

**Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.**



Relatório de Gestão do exercício de 2016

Aprovado pela RD-1690-01 de 25/05/2017

Florianópolis, 2017

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Relatório de Gestão do exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017, das orientações constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) e orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU Nº 500/2016).

A Assessoria de Gestão Empresarial (ASG), órgão da Presidência da Eletrosul, foi a principal unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2016.

Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Florianópolis, 2017

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	14
2. VISÃO GERAL	16
2.1 Finalidade e Competências.....	16
2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	19
2.3 Ambiente de Atuação	20
2.4 Organograma	27
2.5 Macroprocessos Finalísticos.....	38
2.6 Composição Acionária do Capital Social.....	42
2.7 Participação em Outras Sociedades	42
2.8 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício	43
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	44
3.1 Planejamento Organizacional	44
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	44
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	52
3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	53
3.2 Desempenho Orçamentário	55
3.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da LOA	55
3.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	79
3.2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	80
3.2.4 Informações sobre a Realização da Receitas	90
3.2.5 Informações sobre a Execução das Despesas	92
3.3 Desempenho Operacional.....	94
3.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	96
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	104
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	104
4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais.....	114
4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados	115
4.3 Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico	117
4.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	118
4.5 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	121
4.6 Gestão de Riscos e Controles Internos	121
4.7 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados	122
4.8 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	127
4.9 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade.....	128
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	131
5.1 Gestão de Pessoas.....	131
5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	136
5.1.2 Demonstrativo de Despesas com Pessoal	139
5.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	140

5.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	140
5.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	143
5.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	146
5.3	Gestão da Tecnologia da Informação	146
5.3.1	Principais Sistemas de Informações	161
5.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	161
5.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	161
5.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	163
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	164
6.1	Canais de Acesso do Cidadão.....	164
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	165
6.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	165
6.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade .	166
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	168
7.1	Desempenho Financeiro no Exercício.....	168
7.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	171
7.3	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	172
7.4	Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas	172
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	173
8.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	173
8.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	174
8.3	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	174
8.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	175
8.5	Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda	175
9	TÓPICO ESPECIAL RELATIVO AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO ACÓRDÃO N° 12.355/2016	177
9.1	Providências adotadas para o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD-Elos/Eletrosul	177
9.2	Cumprimento das recomendações constantes no Relatório Auditoria Anual de Contas 201503917	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1.1 Composição Acionária	16
Quadro 2.1.2 Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul.....	17
Quadro 2.1.3 Sistema de Transmissão das Empresas Controladas	17
Quadro 2.1.4 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica	17
Quadro 2.3.1 Empreendimentos Corporativos	20
Quadro 2.3.2 Sociedades de Propósito Específico (SPEs).....	20
Quadro 2.3.3 Agentes de Geração - Os Principais Agentes.....	22
Quadro 2.3.4 Agentes de Transmissão - Os dez maiores agentes—por consumo (MWh)	23
Quadro 2.4.1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Presidência.....	33
Quadro 2.4.2 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Administrativa....	34
Quadro 2.4.3 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Financeira.....	35
Quadro 2.4.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Engenharia....	36
Quadro 2.4.5 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Operação.....	37
Quadro 2.5.1 Macroprocessos Finalísticos	38
Quadro 2.5.2 Manuais de Operação e de Manutenção.....	39
Quadro 2.5.3 Disponibilidade de Transmissão	40
Quadro 2.5.4 Disponibilidade de Geração	40
Quadro 2.5.5 Principais Fornecedores e Insumos por Tipo de Fornecimento	41
Quadro 2.6.1 Composição Acionária do Capital Social.....	42
Quadro 2.7.1 Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	42
Quadro 3.1.1.1 Plano Estratégico x Matriz de Riscos (Corporativas empresas Eletrobras)	46
Quadro 3.1.1.2 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Expansão Sustentável..	52
Quadro 3.1.1.3 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Eficiência Operacional	52
Quadro 3.1.3.1 Diretrizes do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras.....	54
Quadro 3.1.3.2 Diretrizes para Atuação: Objetivos Estratégicos a serem alcançados	54
Quadro 3.2.1.2.1.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.10D7. 0042	55
Quadro 3.2.1.2.1.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.20OG.0001	57
Quadro 3.2.1.2.1.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BC.0054.....	58
Quadro 3.2.1.2.1.4 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BB.5070.....	60
Quadro 3.2.1.2.1.5 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BD.0001.....	61
Quadro 3.2.1.2.1.6 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.1O50. 0001	63
Quadro 3.2.1.2.1.7 Empreendimentos Concluídos em 2016.....	63
Quadro 3.2.1.2.1.8 Ações do Orçamento de Investimento - 25.75.2033.2D94. 0001	67
Quadro 3.2.1.2.1.9 Empreendimentos Concluídos em 2016.....	68
Quadro 3.2.1.2.1.10 – Empreendimentos em Andamento 2016-2017	69
Quadro 3.2.1.2.1.11 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15CY. 0043.....	74
Quadro 3.2.1.2.1.12 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.4471.0001	75
Quadro 3.2.1.2.2.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4101.0040	77
Quadro 3.2.1.2.2.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4102.0040	77
Quadro 3.2.1.2.2.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.126.0807.4103.0040	78
Quadro 3.2.3.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2016.....	80
Quadro 3.2.4.1 Principais Fontes Próprias de Receita	90
Quadro 3.2.5.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	92
Quadro 3.2.5.2.1 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	93
Quadro 3.3.1 Indicadores de Desempenho (CMDE)	95
Quadro 4.3.1 Representantes da Eletrosul nos Conselhos das SPE's	117
Quadro 4.7.1 Remuneração Mensal dos Membros dos Conselhos	124
Quadro 4.7.2 Síntese da Remuneração dos Administradores	125
Quadro 4.7.3 Diferenças entre os valores de Remuneração dos Dirigentes	126

Quadro 4.7.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	126
Quadro 4.9 Conselho de Administração Eletrosul 2016	128
Quadro 5.1.1 Indicadores de treinamento no período de 2015-2016	132
Quadro 5.1.2 Média de horas de treinamento no período de 2015-2016	133
Quadro 5.1.3 Indicadores de treinamento no período de 2016	133
Quadro 5.1.4 Investimento em treinamento no período de 2016	133
Quadro 5.1.5 Tipos de treinamento realizados no período de 2016	133
Quadro 5.1.6 Base de Cálculo – Número de terceirizados em 31/12/2016	135
Quadro 5.1.7 Análise Crítica das Obrigações do Acordo Judicial nº 30.654 do Supremo Tribunal Federal	136
Quadro 5.1.1.1 Força de Trabalho.....	136
Quadro 5.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva	137
Quadro 5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	137
Quadro 5.1.2.1 Despesas do pessoal	139
Quadro 5.1.4.1 Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	140
Quadro 5.1.4.2.1 Composição do Quadro de Estagiários	141
Quadro 5.2.1 Sistemas Informatizados da Gestão de Operação	144
Quadro 5.2.2 Sistemas Informatizados da Gestão da Manutenção	145
Quadro 5.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da Eletrosul	149
Quadro 5.3.2 Capacitação do Pessoal de TI Efetivamente Realizada	152
Quadro 5.3.3 Força de Trabalho de TI	154
Quadro 5.3.4 Manutenções de Sistemas em Produção	154
Quadro 5.3.5 Composição do Comitê de Priorização de Sistemas de Informática	155
Quadro 5.3.6 Resumo PDTA 2016	155
Quadro 6.1.1 Canais de Comunicação	164
Quadro 6.3.1 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2016	166
Quadro 6.3.2 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2011 e 2013	166
Quadro 7.1.1 Demonstração do Fluxo de Caixa	168
Quadro 8.1.1 Deliberações do Tribunal de Contas da União recebidas no exercício de 2016	173
Quadro 8.2.1 Monitoramento de Recomendações do Órgão de Controle Interno em 2016	174
Quadro 8.5.1 Despesas com Publicidade	175
Quadro 8.5.2 Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2016	176
Quadro 9.1.1 Situação Financeira/Atuarial 2016 do Plano BD ELOS/Eletrosul	178
Quadro 9.2.1 Constatação 1.1.1.5	179
Quadro 9.2.2 Constatação 1.1.1.6	179
Quadro 9.2.3 Constatação 1.1.1.7	179
Quadro 9.2.4 Constatação 1.1.1.8	180
Quadro 9.2.5 Constatação 1.1.1.9	180
Quadro 9.2.6 Constatação 1.1.1.10	181
Quadro 9.2.7 Constatação 1.1.1.11	181
Quadro 9.2.8 Constatação 1.1.1.12	181
Quadro 9.2.9 Constatação 2.1.1.2	182
Quadro 9.2.10 Constatação 2.1.1.3	182
Quadro 9.2.11 Constatação 2.1.1.4	183
Quadro 9.2.12 Constatação 2.1.1.5	183
Quadro 9.2.13 Constatação 2.1.1.6	184
Quadro 9.2.14 Constatação 2.1.1.7	184
Quadro 9.2.15 Constatação 2.1.1.8	184
Quadro 9.2.16 Constatação 2.1.1.9	185
Quadro 9.2.17 Constatação 2.1.1.10	185
Quadro 9.2.19 Constatação 2.1.1.12	186

Quadro 9.2.20 Constatação 2.1.1.13	186
Quadro 9.2.21 Constatação 2.1.1.14	186
Quadro 9.2.22 Constatação 2.1.1.15	187
Quadro 9.2.23 Constatação 2.1.1.16	187
Quadro 9.2.24 Constatação 2.1.1.17	187
Quadro 9.2.25 Constatação 2.1.1.18	188
Quadro 9.2.26 Constatação 2.1.1.19	188
Quadro 9.2.27 Constatação 2.1.1.20	189
Quadro 9.2.28 Constatação 2.1.1.22	189
Quadro 9.2.29 Constatação 2.1.1.23	189
Quadro 9.2.30 Constatação 2.1.1.25	190
Quadro 5.1.3.1 Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas	197

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Visão de Conjunto	53
Figura 2 Órgãos de Governança Corporativa na estrutura da empresa.....	104
Figura 3 Estrutura de operação das instalações da Eletrosul	144
Figura 4 Divisões e Centros Regionais de Manutenção.....	145

ANEXOS

Anexo 1.....Regulamento da Auditoria Interna

Anexo 2..... Norma Organizacional da Auditoria Interna

Anexo 3.....Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas

SIGLAS e ABREVIATURAS

Sigla de áreas da Eletrosul	Descrição
ACE	Assessoria de Comercialização de Energia
AEE	Assessoria de Engenharia e Estruturação de Empreendimentos
AEF	Assessoria Econômico-Financeira
AGA	Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa
AGE	Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia
AGF	Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira
AGO	Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação
AGP	Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações
AIP	Assessoria de Implantação de Projetos
AJU	Assessoria Jurídica
APD	Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento
ARI	Assessoria de Relações Institucionais
ART	Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais
ASC	Assessoria de Conformidade Corporativa
ASG	Assessoria de Gestão Empresarial
AUD	Auditória Interna
CAEP	Coordenadoria de Avaliação Econômico-Financeira de Projetos
CCHM	Coordenadoria da UHE Mauá
CCME	Coordenadoria de Contabilização e Medição de Energia
CCPA	Coordenadoria de Captação de Recursos e Avaliação das Participações Acionárias
CDAE	Coordenadoria de Direito Administrativo, Ambiental e de Energia
CDCE	Coordenadoria de Direito de Controle Externo
CDEE	Coordenadoria de Estruturação de Empreendimentos
CDNE	Coordenadoria de Negócios
CDPS	Coordenadoria de Planejamento do Sistema
CEEF	Coordenadoria de Estudos Econômicos e Financeiros
CGCE	Coordenadoria de Gestão Comercial de Energia
CIPS	Coordenadoria de Implantação do Projeto SAP
COARE	Centro Regional de Operação de Instalações de Areia
COBLU	Centro Regional de Operação de Instalações de Blumenau
COCNO	Centro Regional de Operação de Instalações de Campos Novos
COG	Centro de Operação de Geração
COLON	Centro Regional de Operação de Instalações de Londrina
CONSR	Centro Regional de Operação de Instalações de Nova Santa Rita
COSEE	Centro de Operação do Sistema Elétrico da Eletrosul
CPAR	Coordenadoria de Gestão de Participações
CRARE	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Areia
CRCAP	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Capivari de Baixo
CRCNO	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Campos Novos
CRCO	Coordenadoria de Regulação e Contratos
CRDOU	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Dourados
CRES	Coordenadoria de Relações Sociais
CRFAR	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Farroupilha
CRJOI	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Joinville

CRLAR	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Laranjeiras do Sul
CRLIV	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Sant'Ana do Livramento
CRLON	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Londrina
CRSAN	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Santo Ângelo
CRSVP	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Santa Vitória do Palmar
CRUPJ	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação a Usina Passo São João
CRUSD	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação a Usina de São Domingos
CTTP	Coordenadoria de Direito do Trabalho, Tributário e Patrimonial
DA	Diretoria Administrativa
DAGF	Divisão de Apoio à Gestão Financeira do Projeto
DCO	Departamento de Contabilidade
DCRE	Divisão de Captação, Remuneração e Educação Corporativa
DE	Diretoria de Engenharia
DEA	Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária
DEAM	Divisão de Engenharia Ambiental
DEEC	Divisão de Engenharia Eletromecânica e Civil
DEF	Departamento Econômico-Financeiro
DEFR	Divisão de Engenharia Fundiária
DEG	Departamento de Engenharia de Geração
DEM	Departamento de Engenharia de Manutenção
DEME	Divisão de Engenharia de Manutenção de Equipamentos
DEMG	Divisão de Engenharia de Manutenção de Geração
DEPC	Divisão de Engenharia de Proteção e Controle
DEPG	Divisão de Engenharia e Projetos de Geração
DES	Departamento de Engenharia do Sistema
DF	Diretoria Financeira
DGFC	Divisão de Gestão Financeira de Contratos
DGI	Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
DGID	Divisão de Gestão da Informação e Documentação
DGIT	Divisão de Gestão da Infraestrutura e Transportes
DGLC	Divisão de Licitação e Gestão de Contratos
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
DGRF	Divisão de Gestão de Recursos Financeiros
DGS	Departamento de Gestão de Suprimentos
DGSF	Divisão de Gestão de Seguros, Materiais e Fornecedores
DIAF	Divisão de Implantação Ambiental e Fundiária do Projeto
DIBP	Divisão de Benefícios e Administração de Pessoal
DNEO	Divisão de Normas e Engenharia da Operação
DO	Diretoria de Operação
DEML	Divisão de Engenharia de Manutenção de Linhas de Transmissão
DEMP	Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição, Proteção e Controle
DMO	Departamento de Manutenção e Apoio à Operação
DCTA	Divisão de Coordenação Técnica e Administrativa
DRMS	Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
DOS	Departamento de Operação do Sistema
DPCG	Divisão de Planejamento e Contratação da Geração
DPCS	Divisão de Planejamento e Contratação do Sistema
DPEF	Divisão de Planejamento Econômico-Financeiro e Faturamento
DPES	Divisão de Proteção e Estudos do Sistema
DPOT	Divisão de Programação e Operação de Telemática
DROE	Divisão Regional do Oeste
DRPR	Divisão Regional do Paraná
DRRS	Divisão Regional do Rio Grande do Sul

DRSC	Divisão Regional de Santa Catarina
DSSA	Divisão de Supervisão e Suporte à Operação
DTL	Departamento de Telemática
DVCP	Divisão de Contabilização e Controle Patrimonial
DVCS	Divisão de Construção do Sistema
DVFT	Divisão de Informações Fiscais e Tributárias
DVIC	Divisão de Informações Contábeis
DVIO	Divisão de Implantação da Obra
DVIP	Divisão de Implantação do Projeto
DVOG	Divisão de Obra de Geração
DVOS	Divisão de Operação do Sistema
DVSS	Divisão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional
GPR	Gabinete da Presidência
OVGE	Ouvidoria Geral
PRE	Presidência
SADMS	Setor de Coordenação Administrativa da Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
SADOE	Setor de Coordenação Administrativa da Divisão Regional do Oeste
SADPR	Setor de Coordenação Administrativa da Divisão Regional do Paraná
SADRS	Setor de Coordenação Administrativa da Divisão Regional do Rio Grande do Sul
SADSC	Setor de Coordenação Administrativa da Divisão Regional de Santa Catarina
SCEMS	Setor de Coordenação Técnica e Engenharia da Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
SCEOE	Setor de Coordenação Técnica e Engenharia da Divisão Regional do Oeste
SCEPR	Setor de Coordenação Técnica e Engenharia da Divisão Regional do Paraná
SCERS	Setor de Coordenação Técnica e Engenharia da Divisão Regional do Rio Grande do Sul
SCESC	Setor de Coordenação Técnica e Engenharia da Divisão Regional de Santa Catarina
SCOTL	Setor de Coordenação Técnica de Telemática
SEACS	Setor de Estudos, Análise e Controle do Sistema
SEADC	Setor de Análise e Demonstrações Contábeis
SEADI	Setor de Administração do Disponível
SEAFS	Setor de Acompanhamento Social e Funcional
SEAGR	Setor de Engenharia Ambiental da Geração
SEAPS	Setor de Estudos e Análise das Proteções do Sistema
SEASC	Setor de Engenharia de Automação, Supervisão e Controle
SEATE	Setor de Atendimento de Serviços de Telemática
SEATR	Setor de Engenharia Ambiental da Transmissão
SEAUT	Setor de Engenharia de Automação de Usinas
SECAT	Setor de Engenharia Civil de Transmissão
SECCM	Setor de Contratos de Conservação, Manutenção e Outros
SECET	Setor de Contratação de Engenharia de Transmissão
SECMI	Setor de Construção de Reforços, Melhorias e Integração da Geração
SECOC	Setor de Contabilidade de Custos
SECOG	Setor de Contabilidade Geral
SECOI	Setor de Contratos de Obras de Investimentos
SECOI	Setor de Coordenação de Operação das Instalações
SECOM	Setor de Contratação e Medição da Geração
SECOP	Setor de Contabilidade Patrimonial
SECOP	Setor de Controle Processual
SECOR	Setor de Coordenação e Planejamento
SECOR	Setor de Coordenação do Orçamento
SECSE	Setor de Construção de Subestações
SEDAM	Setor de Direito Administrativo
SEDEA	Setor de Direito de Energia e Ambiental

SEDOC	Setor de Documentação
SEDOT	Setor de Documentação Técnica
SEDUC	Setor de Educação Corporativa
SEEST	Setor de Engenharia de Estudos de Sistema de Transmissão
SEFAT	Setor de Faturamento da Transmissão e Geração
SEFES	Setor de Folha de Pagamento e Encargos Sociais
SEFGR	Setor de Engenharia Fundiária da Geração
SEFOR	Setor de Faturamento de Outras Receitas
SEFTD	Setor Fiscal de Apuração de Tributos Diretos
SEFTI	Setor Fiscal de Apuração de Tributos Indiretos
SEFTP	Setor de Informações Fiscais, Tributárias e de Perícias
SEFTR	Setor de Engenharia Fundiária da Transmissão
SEGEC	Setor de Gestão dos Contratos de Fornecimento do Sistema
SEGEO	Setor de Gestão de Contratos, Avaliação de Desempenho e Orçamento
SEGES	Setor de Gestão de Serviços Gerais
SEGET	Setor de Gestão de Transportes e Viagens
SEGIG	Setor de Gestão da Informação e Geoprocessamento
SEGIS	Setor de Gestão de Infraestrutura e Segurança Patrimonial
SEINT	Setor de Infraestrutura e Tecnologia para o COSE
SEITE	Setor de Infraestrutura de Telemática
SELCO	Setor de Licitação e Contratação
SELIN	Setor de Construção de Linhas de Transmissão
SELTS	Setor de Engenharia e Projetos de Linhas de Transmissão
SEMEA	Setor de Medição e Administração do Almoxarifado da Transmissão
SENOP	Setor de Engenharia e Normatização da Operação
SEOGE	Setor de Apoio as Obras de Geração
SEOPB	Setor de Operações Bancárias
SEPAT	Setor Patrimonial e Tributário
SEPDG	Setor de Planejamento e Diligenciamento da Geração
SEPEX	Setor de Engenharia e Projetos Elétricos da Expansão
SEPFA	Setor de Engenharia de Projeto de Fontes Alternativas
SEPGH	Setor de Engenharia de Projetos de Geração Hidráulica
SEPLA	Setor de Engenharia de Planejamento e Projeto de Telemática
SEPOE	Setor de Planejamento e Orçamento de Empreendimentos
SEPOP	Setor de Engenharia de Pós-Operação
SEPTE	Setor de Engenharia e Planejamento de Telecomunicação
SEQGF	Setor de Qualidade e Gestão de Fornecedores
SERIG	Setor de Engenharia de Reforços, Melhorias e Integração da Geração
SERLE	Setor de Registros Legais de Empregados
SESAO	Setor de Saúde Ocupacional
SESDI	Setor de Supervisão Digital e Automação de Subestações
SESGT	Setor de Segurança do Trabalho
SESTI	Setor de Seguros e Gestão Internacional
SETAD	Setor Administrativo Centralizado
SETAM	Setor de Administração de Materiais
SETEL	Setor de Supervisão de Telecomunicação
SETEM	Setor de Projetos Eletromecânicos
SETEQ	Setor de Equipamentos
SETOG	Setor de Orçamentação da Geração
SETRA	Setor Trabalhista
SETSC	Setor de Sistemas de Colaboração
SETSG	Setor de Sistemas de Gestão
SGBEN	Setor de Gestão de Benefícios

SGCEF	Setor de Contratos de Empréstimos e Financiamentos e Pagamentos Informais
SGCRD	Setor de Gestão de Captação, Carreira, Remuneração e Desempenho de Pessoas
SGE	Secretaria Geral
SMCMS	Setor de Manutenção Centralizada da Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
SMCOE	Setor de Manutenção Centralizada da Divisão Regional do Oeste
SMCPR	Setor de Manutenção Centralizada da Divisão Regional do Paraná
SMCRS	Setor de Manutenção Centralizada da Divisão Regional do Rio Grande do Sul
SMCSC	Setor de Manutenção Centralizada da Divisão Regional de Santa Catarina
SMTMS	Setor de Manutenção de Telecomunicações do Mato Grosso do Sul
SMTOE	Setor de Manutenção de Telecomunicações do Oeste
SMTPR	Setor de Manutenção de Telecomunicações do Paraná
SMTRS	Setor de Manutenção de Telecomunicações do Rio Grande do Sul
SMTSC	Setor de Manutenção de Telecomunicações de Santa Catarina
SOCBA	Setor de Operação Curitiba
SPROG	Setor de Programação de Desligamentos
Demais Siglas	Descrição
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AOS	Análise de Ocorrência no Sistema
Art.	Artigo
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CE	Comunicação Externa
CI	Comunicação Interna
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CONSISE	Conselho Superior do Sistema Eletrobras
COPEM	Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente
DATUM SAD-69 e SIRGAS 2000	Orientações cartográficas
DCA	Deliberação do Conselho de Administração
DE	Diretor Empregado
e.g. CCS	Carbon Capture and Sequestration (Captura e Armazenamento de Carbono) - e.g. significa por exemplo
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPG	Empregado
FCPA / LACBRA	Foreign Corrupt Practices Act)
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
G	Geração
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
GW	Gigawatt
GWh	Gigawatt-hora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
KM	Quilômetro
KV	Quilovolt
LT	Linhas de Transmissão
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MSO	Materiais, Serviços e Outros
MVA	Mega-volt-amperes

MW	Megawatt
MWh	Megawatt-hora
NG	Norma de Gestão Empresarial
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Decenal de Energia
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PE	Plano Estratégico
PG	Procedimento de Gestão Empresarial
PIB	Produto Interno Bruto
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças
PMI	Plano de Modernização das Instalações
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNE	Plano Nacional de Energia
PNG	Plano de Negócios e Gestão
PRAD	Programa de recuperação ambiental
PRD	Proposta para Resolução da Diretoria
PROERP	Programa de implantação do padrão ERP nas empresas Eletrobras
PS	Pedido de Serviço de Manutenção
PV	Parcela Variável
RAP	Receita Anual Permitida
RAPO	Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais
RBSE	Rede Básica Sistema Existente
RD	Resolução da Diretoria Executiva
RDOS	Relatório Diário de Ocorrências no Sistema
REA	Resolução Autorizativa ANEEL
RT	Recomendação Técnica
S.A.	Sociedade Anônima
SAEC	Solicitação de Alteração/Encerramento Contratual
SAGE	Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia
SC	Santa Catarina
SCMA	Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras
SE	Subestação
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGF	Sistema de Gestão Fundiária
SIN	Sistema Interligado Nacional
SIN	Serviços de Informática – Aplicativo Lotus Notes
SMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre
SPE	Sociedade de Propósito Específico
T	Transmissão
UHE	Usina Hidrelétrica
UPC	Unidade Prestadora de Contas
WACC	Custo Médio Ponderado de Capital

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório está estruturado de acordo com os conteúdos e orientações constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) e a Portaria do TCU nº 59/2017.

As informações seguem o detalhamento em seções, itens e subitens observando os conteúdos atribuídos à Eletrosul constantes do Sistema e-contas.

Principais realizações da gestão no exercício

Uma das principais realizações para gestão do exercício de 2016 foi a inauguração da Usina Hidrelétrica Jirau, em Rondônia, considerada o quarto maior aproveitamento hidrelétrico em operação no País e no qual a empresa possui 20% de participação acionária. O empreendimento é o maior projeto de energia renovável registrado na Organização das Nações Unidas (ONU), com tecnologia de baixo impacto ambiental e 34 programas socioambientais em andamento.

A Eletrosul obteve em 2016 o reconhecimento de créditos decorrentes da Rede Básica Sistema Existente (RBSE), na ordem de R\$ 2 bilhões, que afetou positivamente os resultados econômicos do exercício. Também alcançou índices positivos no aspecto operacional, atestados com o resultado da pesquisa realizada com os clientes, na qual o nível de satisfação ficou em 94,7%.

A Eletrosul promoveu em 2016, juntamente com Furnas, o terceiro edital de chamada pública para seleção de investidores interessados na participação societária dos empreendimentos concernentes ao Lote A do Leilão ANEEL nº 004/2014, de forma individual ou em grupo de investidores, para o qual foi apresentada uma proposta firme de negócio. Com isso, está prevista para 2017 a formalização de um termo de compromisso entre a Eletrosul e a proponente, com interveniência e anuência da Eletrobras, no qual constarão os princípios e as condições básicas para esse importante e estratégico negócio.

Com relação à receita de comercialização de energia no presente ano, o preço médio de venda dos contratos de longo prazo no Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Energia Convencional - foi superior ao preço médio de compra. Observa-se que, frente aos resultados alcançados por meio de leilões de 2014 e 2015, evitou-se déficit da ordem de R\$ 123,2 milhões entre os meses de janeiro a novembro de 2016, caso a energia convencional fosse totalmente comercializada no mercado de curto prazo.

As principais dificuldades encontradas pela unidade prestadora da conta (UPC) para a realização dos objetivos no exercício de referência do relatório

As dificuldades vivenciadas pela crise da economia nacional refletiram em diferentes setores produtivos do País, impactando no Setor Elétrico Brasileiro. Com isso, houve a necessidade de adequação, por parte da empresa, a esse novo contexto. Foram adotadas medidas de otimização de recursos, redução de custos e reformulação de investimentos, o que ensejou na elaboração e aprovação de um Plano de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021, aprovado por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD 1662-07 e pela Deliberação do Conselho de Administração DCA 394-04.

Mesmo com os ajustes que levaram à redução de investimentos em todas as áreas, a empresa empreendeu esforços para continuar honrando os compromissos assumidos, tanto financeiros como sociais, visto que, a preocupação com as comunidades onde a empresa está inserida permaneceu e os trabalhos socioambientais prosseguiram.

Dessa forma, seguimos buscando uma empresa cada vez mais forte, sustentável e estratégica, que exerce papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social não apenas das comunidades onde está presente, mas também do Brasil.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e, como tal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de energia elétrica, visando cumprir seu objeto social, a Eletrosul realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades. Além disso, a Eletrosul também atua na área de comercialização de energia elétrica.

A empresa, que tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, atua nos três estados da Região Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia, por meio de empreendimentos próprios e em parceria.

Detém 24 operações próprias, sendo sete de geração e 17 de transmissão, com um quadro de 1.344 empregados efetivos, 24 cedidos em conformidade com o Decreto nº 4.050/2001 e 340 empregados anistiados pela Lei no 8.878/94, cedidos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Em 31/12/2016, a Empresa apresenta a seguinte estrutura societária:

Quadro 2.1.1 Composição Acionária

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social (R\$ Mil)	% de participação
Eletrobras	102.212.728	4.353.915	99,8782
Usiminas	57.901	2.466	0,0566
CEEE	49.519	2.109	0,0484
Copel	14.195	605	0,0139
Celesc	1.544	66	0,0015
CSN	1.194	51	0,0012
Outros	320	14	0,0003
Total	102.337.401	4.359.226	100,00

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

Alinhada às políticas públicas do Governo Federal, em 2016, a Eletrosul investiu em ativos próprios, R\$ 87 milhões na área de transmissão e R\$ 68 milhões na área de geração, além de R\$ 447 milhões em empreendimentos de geração e transmissão em implantação por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul, considerando todos os contratos de concessão, é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), representando uma capacidade total de transformação de 25.850,80 MVA, além de 10.991,37 km de linhas de transmissão.

Quadro 2.1.2 Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul

Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul		
Subestações / Conversora de Frequência	45	
Capacidade de Transformação (MVA)	25.850,80	
Linhas de Transmissão (Km)	Tensão (kV)	Extensão
	69	56,2
	132	12,5
	138	1.898,59
	230	5.254,79
	525	3.769,29
	Total	10.991,37

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

Quadro 2.1.3 Sistema de Transmissão das Empresas Controladas

Empresa	Participação	Extensão (KM)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A	27,42%	188,0
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	49,00%	151,5
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	51,00%	273,0
Marumbi Transmissora de Energia S/A	20,00%	29,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	80,00%	783,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	51,00%	468,0
Paraíso Transmissora de Energia S/A	100,00%	283,0
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	75,00%	120,0

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

No segmento de geração, a empresa realiza atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, sendo que a atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica (próprios e parcerias) totaliza 2.100,4 MW de potência em operação comercial (considerando apenas o percentual que cabe à Eletrosul). Para tanto, os investimentos realizados totalizam mais de R\$ 6 bilhões.

Os empreendimentos de geração em operação comercial, estes totalizam onze usinas próprias, uma em consórcio e nove em parceria por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 2.1.4 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica

Usina	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada em Operação Comercial (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional
Corporativo	661,2	661,2	349,0	-	476,0	248,2
UHE Passo São João	77,0	77,0	41,1	100,0	77,0	41,1
UHE Governador Jayme Canet Júnior (Consórcio Cruzeiro do Sul)	363,1	363,1	197,7	49,0	177,9	96,9
UHE São Domingos	48,0	48,0	36,4	100,0	48,0	36,4
PCH Barra do Rio Chapéu	15,2	15,2	8,6	100,0	15,2	8,6
PCH João Borges	19,0	19,0	10,1	100,0	19,0	10,1
Eólica Cerro Chato I	30,0	30,0	11,3	100,0	30,0	11,3
Eólica Cerro Chato II	30,0	30,0	11,3	100,0	30,0	11,3

Eólica Cerro Chato III	30,0	30,0	11,3	100,0	30,0	11,3
Eólica Coxilha Seca	30,0	30,0	13,2	100,0	30,0	13,2
Eólica Capão do Inglês	10,0	10,0	4,5	100,0	10,0	4,5
Eólica Galpões	8,0	8,0	3,5	100,0	8,0	3,5
Megawatt Solar	0,9	0,9	Não aplicável	100,0	0,9	Não aplicável
SPE's	6.231,8	6.177,8	3.395,2	-	1.624,4	839,5
UHE Jirau	3.750,0	3.750,0	2.205,1	20,0	750,0	441,0
UHE Teles Pires	1.819,8	1.819,8	930,7	24,7	449,9	230,1
Santa Vitória do Palmar Holding	258,0	258,0	109,5	49,0	126,4	53,7
Livramento Holding	79,2	25,2	11,7	59,0	46,7	6,9
Chuí Holding	144,0	144,0	59,6	49,0	70,6	29,2
Eólica Hermenegildo I	57,3	57,3	24,9	99,99	57,3	24,9
Eólica Hermenegildo II	57,3	57,3	25,3	99,99	57,3	25,3
Eólica Hermenegildo III	48,3	48,3	21,0	99,99	48,3	21,0
Eólica Chuí IX	17,9	17,9	7,4	99,99	17,9	7,4
Total	6.893,0	6.839,0	3.744,2	-	2.100,4	1.087,7

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

As relações comerciais no atual modelo do Setor Elétrico Brasileiro se estabelecem no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No Mercado de Curto Prazo, são contabilizadas e liquidadas as diferenças entre os montantes gerados, contratados e consumidos.

Na área de comercialização de energia, com o retorno efetivo da Eletrosul à geração desde 2010, a empresa vem atuando no ACR, comercializando a energia produzida pelos empreendimentos UHE Passo São João, UHE Governador Jayme Canet Júnior, UHE São Domingos e Complexo Eólico Cerro Chato. Em 2015, a empresa ampliou sua atuação nesse ambiente, com a incorporação dos parques eólicos Galpões, Capão do Inglês e Coxilha Seca, que venderam cerca de 70% da energia em leilões regulados.

A Eletrosul vendeu 90% de seu portfólio de energia por meio de contratos de médio e longo prazo no ACR e ACL, minimizando a exposição a volatilidade do PLD, além de garantir estabilidade no fluxo de receitas da empresa. Cerca de 10% do portfólio foi reservado para *hedge* hidrológico e perdas, sendo o saldo dessa reserva comercializado mensalmente no curto prazo, em 2016.

As usinas da Eletrosul são operadas centralizadamente por meio do Centro de Operação de Geração (COG), que faz parte do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSEE), em turno de revezamento 24 horas, com pelo menos quatro operadores em tempo real por turno. Além disso, prestam suporte à operação em tempo real equipes de pré-operação, pós-operação, telecomunicações, engenharia de tempo real e equipe de proteção, bem como equipes que atuam como apoio à operação nas plantas de geração, em horário comercial.

As equipes de manutenção são descentralizadas, sendo que a logística e o dimensionamento destas são reconfiguradas sempre que as análises e cálculos desenvolvidos pela área de Engenharia de Manutenção da empresa demandarem ajustes. As equipes de Coordenação Técnica e de Engenharia de Manutenção realizam análises sistemáticas do desempenho das instalações, tendo presente os dados disponíveis nos sistemas de gestão da Eletrosul. Dessas análises resultam as definições de

melhorias e reformas a serem implantadas nas instalações, com o objetivo de manter a confiabilidade das usinas.

A empresa possui reserva de equipamentos e acessórios, com o intuito de reduzir, ao máximo, os tempos de eventuais indisponibilidades das unidades geradoras.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. foi constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395, de 23/04/1969. Incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1998 foi impelida a vender suas operações de geração e a limitar sua atuação ao segmento de transmissão. Após a privatização de seu parque gerador, em 1998, a Lei 10.848/2004, em seu art. 31, volta a autorizar a empresa a prestar os serviços públicos de geração de energia elétrica, mediante concessão ou autorização.

Para orientar suas atividades, a Eletrosul segue um Estatuto Social, Políticas específicas, Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Conselho Fiscal, Normas Organizacionais e de Gestão, Manuais Técnicos e Código de Ética e Conduta.

De acordo com seu Estatuto, a empresa tem por objeto social:

- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
- i) comercializar, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de

controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

A Eletrosul segue ainda outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada, tais como Resoluções Aneel e Procedimentos de Rede ONS.

2.3 Ambiente de Atuação

Cada vez mais, a Eletrosul vem se consolidando como referência nacional em transmissão e geração de energia renovável. Comprometida com a sociedade e com o Governo Federal, tem como objetivo garantir a produção e transmissão de energia de forma eficiente e segura. Para que isso ocorra, são priorizadas as pesquisas em novas fontes de geração de energia elétrica e em novas tecnologias.

A Eletrosul possui atuação nas regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e Norte (Pará e Rondônia), por meio de empreendimentos próprios e em parceria.

Os empreendimentos de geração em operação comercial totalizam 11 usinas próprias, uma em consórcio e nove em parceria, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), conforme quadro a seguir:

Quadro 2.3.1 Empreendimentos Corporativos

Usina	Potência Instalada (MW)
Hidrelétricas	522,30
UHE Passo São João	77,0
UHE Governador Jayme Canet Júnior (Consórcio Cruzeiro do Sul)	363,1
UHE São Domingos	48,0
PCH Barra do Rio Chapéu	15,2
PCH João Borges	19,0
Eólicas	138
Eólica Cerro Chato I	30,0
Eólica Cerro Chato II	30,0
Eólica Cerro Chato III	30,0
Eólica Capão do Inglês	10,0
Eólica Coxilha Seca	30,0
Eólica Galpões	8,0
Solar	0,9
Megawatt Solar	0,9

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Quadro 2.3.2 Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

Usina	Potência Instalada Total (MW)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional
SPE's	6.231,8	-	1.624,3

UHE Jirau	3.750,0	20,0	750,0
UHE Teles Pires	1.819,8	24,7	449,9
Santa Vitória do Palmar Holding	258,0	49,0	126,4
Livrramento Holding	79,2	59,0	46,7
Chuí Holding	144,0	49,0	70,6
Eólica Hermenegildo I	57,3	100,0	57,3
Eólica Hermenegildo II	57,3	100,0	57,3
Eólica Hermenegildo III	48,3	100,0	48,3
Eólica Chuí IX	17,9	100,0	17,9

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

No que se refere à transmissão, considerando todos os contratos de concessão, o sistema de transmissão próprio da empresa é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência, com capacidade total de transformação de 25.850,80 MVA, além de 10.991,37 quilômetros de linhas de transmissão. A companhia ainda tem envolvimento com mais 55 subestações de propriedade de outras empresas, nas quais possui parceria, equipamentos e/ou bays instalados, ou presta serviço de manutenção e/ou operação.

Espaço Potencial de Atuação com relação ao Espaço Ocupado pela Empresa

A expansão da geração está especialmente vinculada a realizações de Leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), tendo o seu planejamento norteado pelo Plano Nacional de Energia (atual PNE 2030) e seus desdobramentos nos Planos Decenais de Energia (atual PDE 2024), instrumentos máximos do planejamento setorial indicativo.

Apesar da promissora oferta de energia no mercado futuro, a Eletrosul, a partir de 2014, foi impactada com a redução da geração interna de recursos, o que diminuiu a capacidade de fazer frente a investimentos já contratados e a empreendimentos futuros. Com isso, foram suspensos vários projetos já existentes e inviabilizada a participação da empresa em novos projetos, até que a capacidade de investimento da empresa se restabeleça.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Eletrosul aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para o período de 2017-2021, prevê as ações da empresa para os próximos cinco anos.

Conforme descrito no PNG, até que a capacidade de investimento da empresa se restabeleça, não está prevista expansão em projetos de geração a partir de 2017. Dessa forma, não se evidencia o aumento da potência instalada nos próximos anos.

Da mesma forma, no que se refere à transmissão, embora possa haver casos específicos de pequenos e médios empreendimentos e boas oportunidades de negócios, em termos gerais não há previsão para que nos próximos anos a Eletrosul participe de forma corporativa ou em parceria em novos leilões ANEEL.

Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

Na condução de seus negócios, a Eletrosul realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso

de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicações e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Dessa forma, os principais produtos da empresa são a produção de energia e a disponibilidade do sistema de transmissão. Na geração de energia elétrica, tem participação no mercado nacional e na viabilização de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, como indutoras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; na transmissão de energia elétrica atua em projetos estruturantes e nas interligações regionais com os sistemas isolados e com os países da América do Sul.

Caracterização e Comportamento de Mercado

Nas últimas décadas, o setor elétrico brasileiro passou por intensas mudanças no seu modo de funcionamento e atuação das empresas que atuam neste mercado. Durante esse período, houve uma nova regulação e uma nova forma de competição e concorrência, uma vez que o setor, que antes era basicamente governamental e monopolista, em pouco mais de 10 anos passou a ser extremamente competitivo e concorrencial, no qual a empresa, para sobreviver neste mercado deve ter estratégias bem definidas, eficiência de gestão e custos baixos, para assim poder vencer os leilões de energia elétrica e continuar atuando neste ramo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a área de atuação preponderante da Eletrosul responde por, aproximadamente, 17,8%¹ do PIB nacional e 18,8%² do mercado de energia elétrica brasileiro, abrigando uma população da ordem de 32,1 milhões de habitantes³, o que representa 15,6%³ da população brasileira. Essa área também responde por 33,3%¹ da produção agropecuária, 19,1%¹ da indústria e 16,3%¹ do comércio nacional.

O EPE constatou ainda que, o consumo de energia foi 0,9% menor em 2016, 4.401 GWh menor que o registrado em 2015, e que este resultado se deu principalmente pela queda no consumos das indústrias (-2,9%).

Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Os principais agentes de geração de energia segundo a ANEEL:

Quadro 2.3.3 Agentes de Geração - Os Principais Agentes

Nº	Agentes do Setor	Potência Instalada (KW)
1º	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	10.609.131,00
2º	Furnas Centrais Elétricas S/A. - FURNAS	9.411.200,00
3º	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRO NORTE	9.222.104,10
4º	Engie Brasil Energia S.A. - ENGIE	7.323.817,73
5º	Itaipu Binacional - ITAIPU	7.000.000,00
6º	Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS	6.239.224,60
7º	Cemig Geração e Transmissão S.A - CEMIG-GT	5.310.276,80
8º	Rio Paraná Energia	4.995.200,00
9º	Copel Geração e Transmissão S.A. - COPEL-GT	4.921.216,00
10º	Energia Sustentável do Brasil S.A.UHE - JIRAU	3.750.000,00

Fonte: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/AgenteGeracao/GraficoDezMaioresPotencia.asp>

¹ IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Contas Regionais do Brasil 2010-2014.

² EPE - Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica – Dez/2016.

³ IBGE - Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros – Jul/2016.

Já na área de transmissão, destacam-se dez grandes empresas de energia elétrica:

Quadro 2.3.4 Agentes de Transmissão - Os dez maiores agentes—por consumo (MWh)

Nº	Agentes do Setor	(MWh)
1º	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	34.412.140
2º	Cemig Distribuição	25.934.393
3º	Copel Distribuição	22.298.879
4º	Companhia Paulista de Força e Luz	21.086.422
5º	Light Serviços de Eletricidade	20.645.431
6º	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	17.346.936
7º	Celesc Distribuição	14.891.095
8º	Companhia Energética de Goiás	11.809.002
9º	Elektro Eletricidade e Serviços	11.491.550
10º	Companhia Energética de Pernambuco	11.233.468

Fonte:<http://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+4%C2%BA+trimestre+de+2016/2cc14375-3e1c-9dfe-f6a6-a5a1fd69f021?version=1.1>

Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

No Plano Estratégico das Empresas Eletrobras estão descritas as oportunidades e ameaças, que foram levantadas por meio de uma Análise Ambiental (Matriz Swot). Em seu Plano Estratégico 2015-2030, as empresas Eletrobras utilizaram a matriz SWOT com o objetivo de mapear as interações entre as oportunidades e as ameaças oriundas do ambiente externo versus as forças e as fraquezas existentes no ambiente interno. Dessa forma, o instrumento possibilitou a criação de recomendações de atuação (ofensiva e defensiva) para as empresas Eletrobras, além de identificar possíveis vulnerabilidades.

Destaca-se que a Matriz foi construída pensando nos negócios de todas as empresas Eletrobras, e a Matriz descrita no Relatório de Gestão da Eletrosul 2016 refere-se apenas à Geração e Transmissão, negócios compatíveis com o perfil de nossa empresa.

Ressalta-se ainda que para a construção do Plano de Negócio e Gestão (PNG) das empresas Eletrobras devem ser seguidas as premissas do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras e, consequentemente, do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, que contempla os riscos e oportunidades de negócios para a empresa.

Oportunidades:

- Demanda deverá crescer a uma taxa de 4% a.a., requerendo expansão no sistema elétrico para atendê-la;
- A expansão da geração demandará a construção de 63,3 GW de usinas, até 2023;
- A expansão do SIN demandará a construção de 69,8 mil km de linhas de transmissão, até 2023;
- Manutenção de UHEs como base da matriz energética;
- Crescimento da participação de fontes eólica, solar e térmica a gás natural;

- O mercado internacional apresenta oportunidades com risco adequado e atratividade superior ao mercado brasileiro;
- Oportunidades de crescimento via Fusões e Aquisições (M&A);
- Captura de dívida por meios alternativos pode ser um importante complemento ao BNDES;
- A fonte solar como geração distribuída está muito próxima da viabilidade financeira em algumas regiões;
- Novas tecnologias capazes de reduzir a emissão de CO₂ de fontes a carvão e gás podem se viabilizar (e.g. CCS);
- O armazenamento de energia pode ser importante para a gestão da matriz energética e espera-se crescimento global de 4% a.a. até 2020;
- A descontração nos próximos anos abre a oportunidade de geração de valor em função da alta dos preços do MWh no mercado livre;
- Regras de leilão podem se alterar para atender ao setor e viabilizar fontes menos competitivas;
- Necessidade de investir na modernização e revitalização de ativos renovados.

Ameaças:

- O potencial remanescente de UHEs é de mais difícil exploração;
- A crescente entrada de empresas privadas tem gerado maior competição;
- Processo de licenciamento socioambiental continuará restrito e desafiante;
- A remuneração prevista para fundos e programas reduzirá no futuro próximo, com alterações regulatórias;
- Empreendimentos de G e T passarão por processo de revisão tarifária em curto prazo;
- A renovação recente e futura de concessões de G e T, como novo fator estrutural de pressão sobre as margens das empresas – mecanismos de revisão tarifária incertos;
- Incidentes de projetos causam atrasos em obras e elevações de orçamento em empreendimentos do setor;
- Órgãos reguladores têm atuado com maior rigor e ações concretas para prevenir atrasos futuros em obras;
- Dificuldade de obtenção de financiamento para apoiar a expansão do Sistema Eletrobras.

Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.

No segmento de transmissão, os principais clientes da Eletrosul são empresas distribuidoras, transmissoras e geradoras dos três estados da região Sul e do Mato Grosso do Sul, áreas nas quais também presta serviços de telecomunicações. Na área de geração, atende distribuidoras de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O engajamento com os clientes é realizado de forma contínua, visando estreitar a relação entre a empresa e o cliente e otimizar os serviços prestados. A Eletrosul faz o levantamento das necessidades dos clientes por meio de Pesquisa de Satisfação de Clientes, Relatórios Técnicos e Reuniões Técnicas.

Outra importante forma de relacionamento comercial com o cliente do serviço de operação se dá por meio da comunicação feita continuamente entre o Cliente e o Centro de Operação do Sistema Elétrico da Eletrosul (COSEE).

Além disso, para os clientes com os quais existe Acordo Operativo formalizado, ou seja, contratos celebrados com as empresas, por ocasião das definições das cláusulas contratuais já ficam definidos os canais de relacionamento comercial e técnico. A comunicação do COSEE com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é regulada pelos Procedimentos de Rede que estabelecem todo o protocolo de comunicação entre as empresas em tempo real.

Por meio da Ouvidoria Geral também são disponibilizados outros canais de comunicação com o cliente como carta, telefone, fax, e-mail e contato pessoal com os empregados dessa área.

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A edição da Medida Provisória (MP) 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013, impactou profundamente a estratégia de atuação da empresa em função dos ajustes praticados pelo Governo Federal sobre a dinâmica de operação, manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro, uma vez que uma série de premissas adotadas sobre geração de caixa, financiamentos, captações e estratégias de expansão foram afetadas pelas disposições introduzidas pela citada MP. As medidas adotadas pelo Governo Federal visaram, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica por meio da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Mediante tais instrumentos legais, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Eletrosul aceitou as condições de prorrogação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão 57/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da empresa, o que representou uma redução de 50,1% da receita atual das instalações de transmissão do referido contrato. Tal concessão é composta por 38 subestações de transmissão e 9.450,64 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

Destaca-se que o bom desempenho operacional da Eletrosul, nos últimos anos, favoreceu a Empresa na definição, pelo Ministério de Minas e Energia - MME, do novo valor da Receita Anual Permitida - RAP, com a prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados.

Nas referências técnicas, que embasaram o MME na definição das novas RAPs, a ANEEL criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir

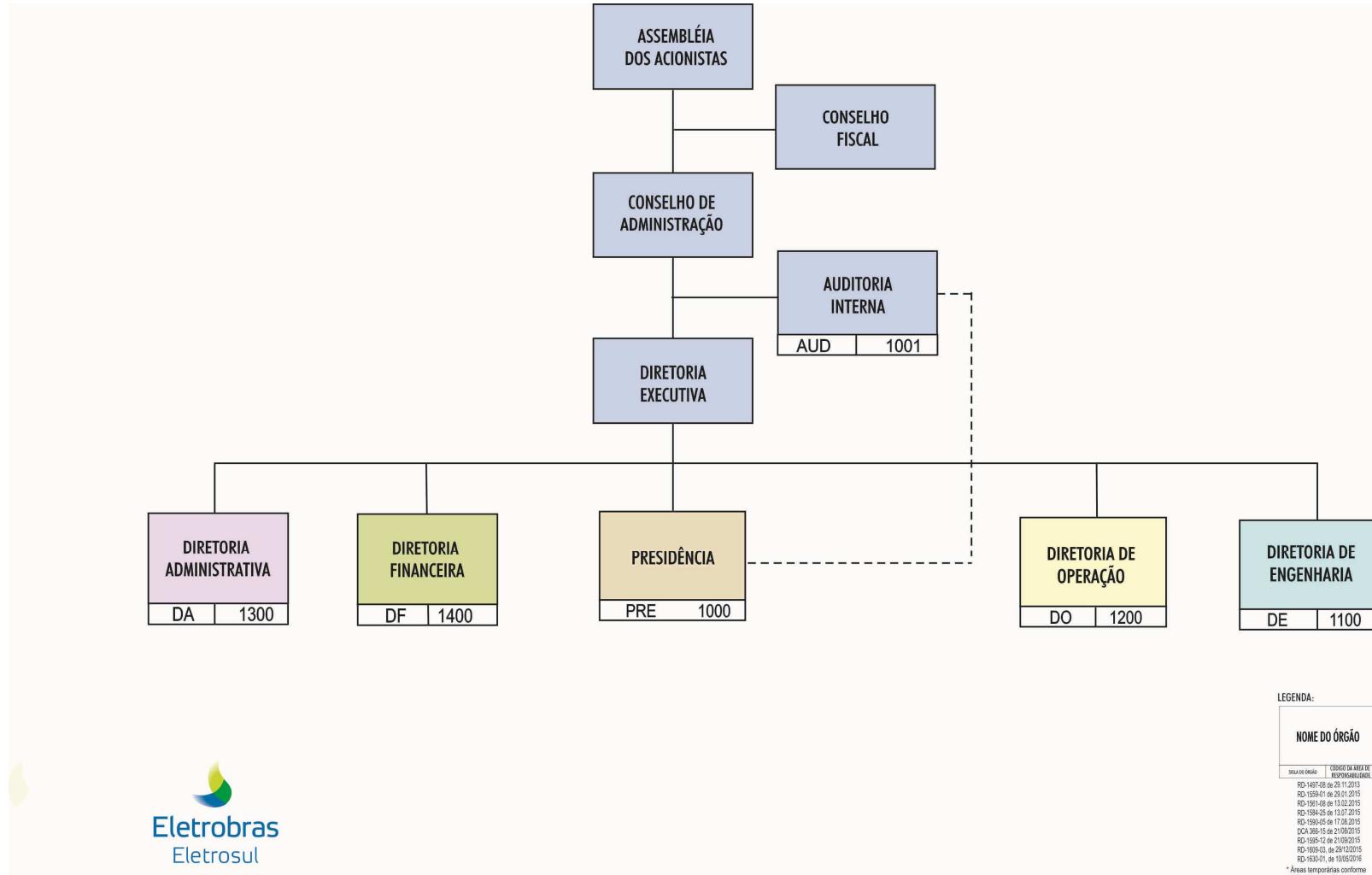
da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1, servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

Conforme o artigo 4º da Portaria 580, supracitada, a Eletrosul solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em 31 parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

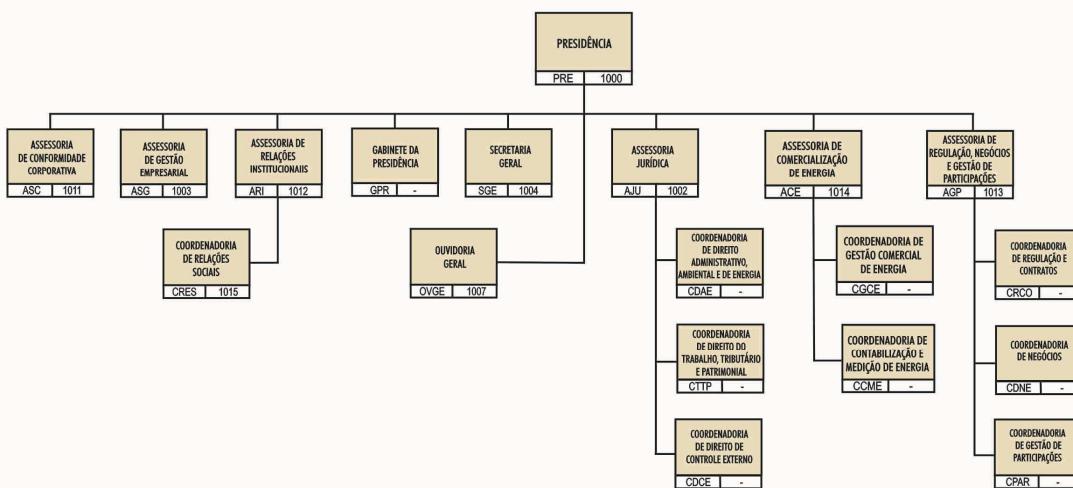
As dificuldades vivenciadas pela crise da economia nacional refletiram em diferentes setores produtivos do País, impactando no Setor Elétrico Brasileiro. Com isso, houve a necessidade de adequação, por parte da empresa, a esse novo contexto. Foram adotadas medidas de otimização de recursos, redução de custos e reformulação de investimentos, o que ensejou na elaboração e aprovação de um Plano de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021.

2.4 Organograma

A seguir apresentaremos a estrutura orgânica da Eletrosul e as principais funções das áreas relevantes da empresa.



PRESIDÊNCIA

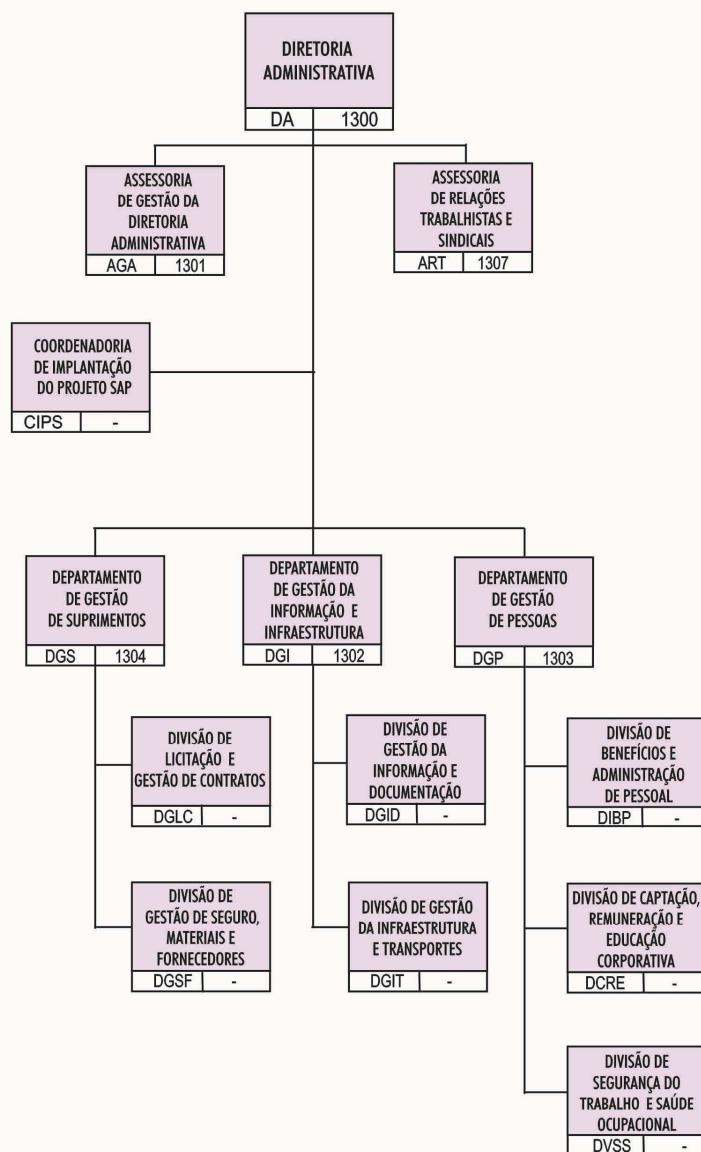


LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO
SIGLA/DO/ÓRGÃO CÓDIGO DA MATRIZ DE REFERENCIAL/ÓRGÃO

Extrato do organograma atualizado em 10/05/2016

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

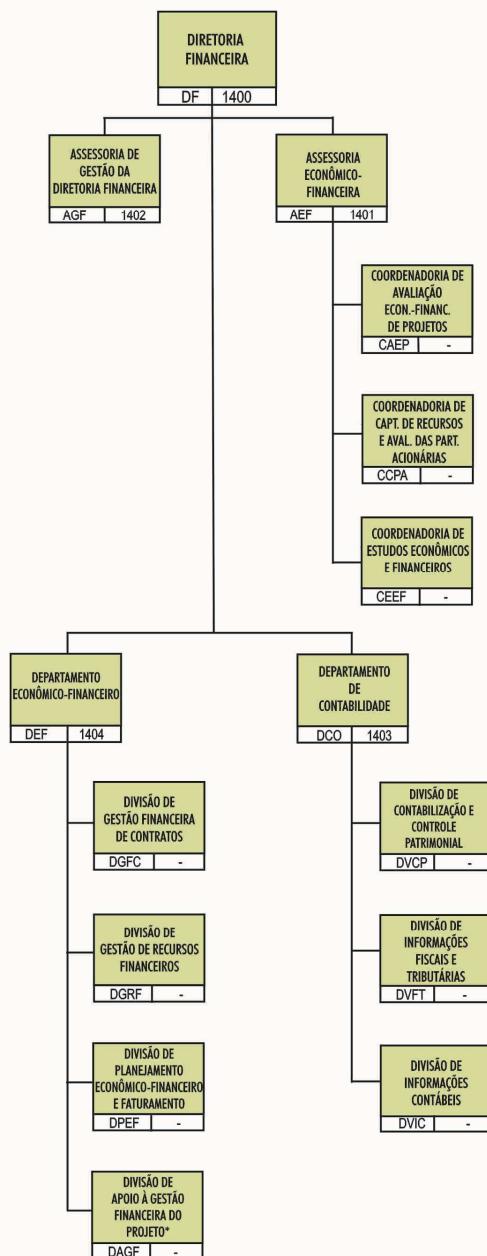


LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO
SÉRIE DO ÓRGÃO CÓDIGO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

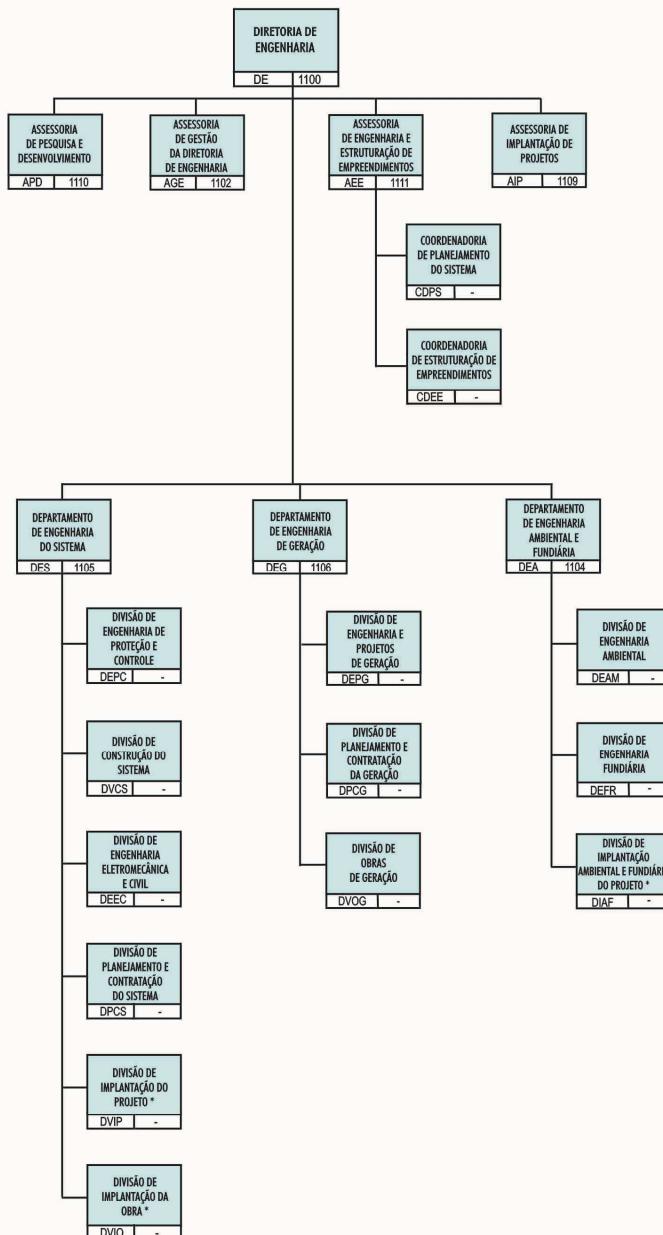
Extrato do organograma atualizado em 17/08/2015

DIRETORIA FINANCEIRA



LEGENDA:		
NOME DO ÓRGÃO		
SGU/LIN/ORGÃO	CÓDIGO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE	

DIRETORIA DE ENGENHARIA



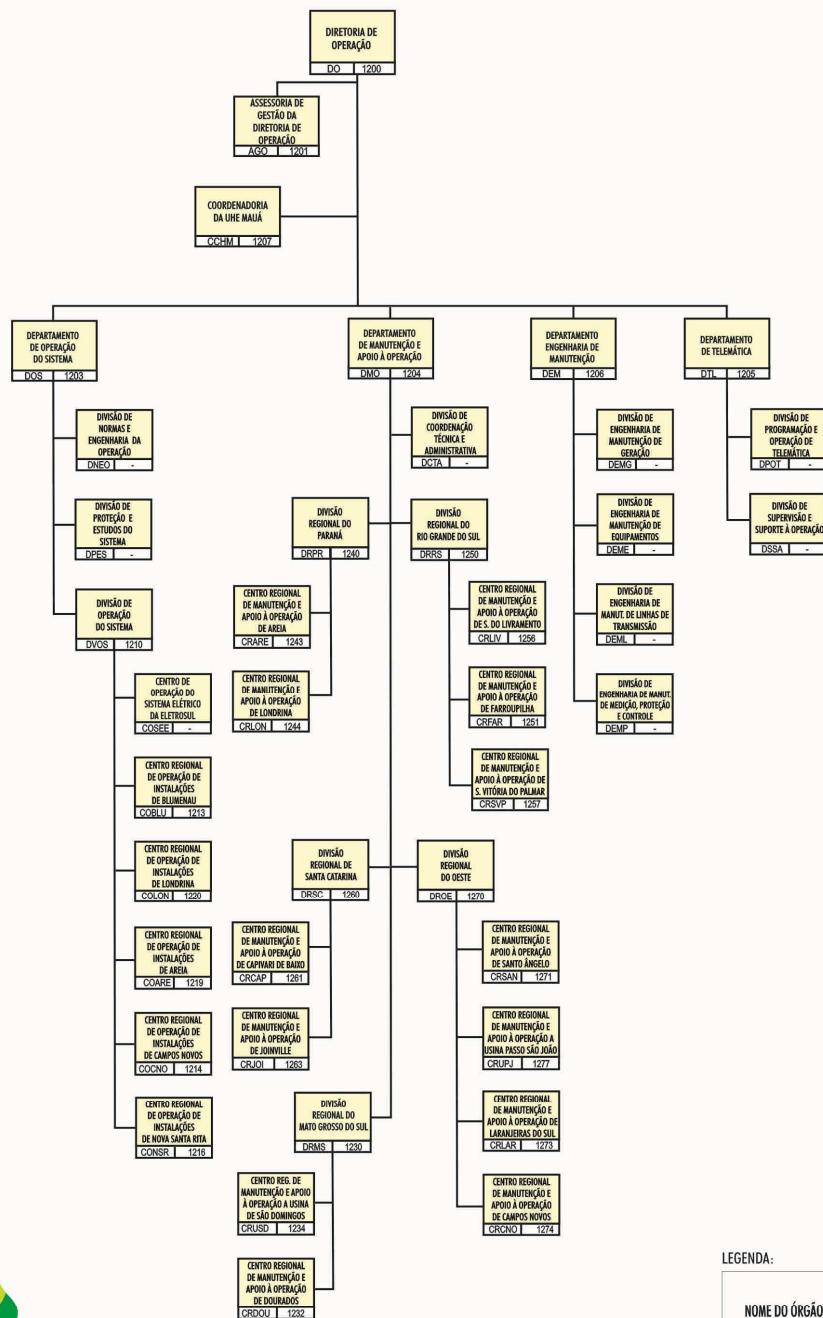
LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO
SERVIÇO/ÓRGÃO CORPO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

Extrato do organograma atualizado em 17/08/2015



DIRETORIA DE OPERAÇÃO



Informações sobre as áreas estratégicas

A Assembleia dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva constam no item 4.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Quadro 2.4.1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Presidência

PRESIDÊNCIA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Presidência (PRE)	Orientar as estratégias empresariais e a representação da Eletrosul, e coordenar as ações da Diretoria Executiva com vistas a assegurar o funcionamento integrado da Empresa.	Diretor-Presidente	Djalma Vando Berger	01/01/2016 a 17/03/2016
			Márcio Pereira Zimmermann	18/03/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Comercialização de Energia (ACE)	Assessorar a Presidência nos assuntos relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como, ao mercado de subprodutos da geração de energia elétrica.	Gerente da Assessoria de Comercialização de Energia	Alceu Vieira Neto	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações (AGP)	Assessorar a Presidência nos assuntos relacionados à regulação, negócios e gestão das participações acionárias da Empresa.	Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações	Marcelo Kowalski Teske	01/01/2016 a 19/04/2016
			Kátia Cristina Pasquaso	20/04/2016 a 30/11/2016
			Sidney do Lago Júnior	01/12/2016 a 31/12/2016
Assessoria Jurídica (AJU)	Resguardar os interesses empresariais e preservar o patrimônio jurídico da Eletrosul.	Gerente da Assessoria Jurídica	Fabiano Marcos Zwicker	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Relações Institucionais (ARI)	Assessorar o Diretor-Presidente e a Diretoria Executiva em suas relações institucionais.	Gerente da Assessoria de Relações Institucionais	Celso Soares Pereira	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Conformidade Corporativa (ASC)	Promover um ambiente de controles internos adequado e eficaz, em conformidade com as orientações regulatórias internas e externas, de modo a mitigar os riscos, tornando-se uma linha de defesa para a Empresa.	Gerente da Assessoria de Conformidade Corporativa	Luiz Arthur Duarte Nunes	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)	Gerenciar o desenvolvimento das ações para a incorporação das melhores práticas de governança corporativa e gestão empresarial, considerando requisitos de sustentabilidade.	Gerente da Assessoria de Gestão Empresarial	Jorge da Silva Mendes	01/01/2016 a 31/12/2016

Gabinete da Presidência (GPR)*	Assessorar o Diretor-Presidente na execução de suas atribuições.	Chefe de Gabinete da Presidência	Maria Luísa Longen Cavallazzi	09/05/2016 a 31/12/2016
Secretaria Geral (SGE)	Secretariar e assessorar os órgãos de deliberação coletiva da Administração Superior e do Conselho Fiscal da Empresa, e prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Gabinete do Diretor-Presidente e orçamentário às Áreas vinculadas à Presidência.	Secretária-Geral	Maria Luísa Longen Cavallazzi	01/01/2016 a 31/12/2016
Ouvidoria Geral (OVGE)	Estabelecer um canal institucional de comunicação com os públicos interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento da Empresa, para a cultura da cidadania e para a preservação dos direitos individuais e coletivos.	Gerente da Ouvidoria Geral	Luiz Alberto de Cerqueira Cintra Filho	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

* Área criada 09/05/2016 conforme RD-1630-01, de 10/05/2016.

Quadro 2.4.2 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Administrativa

DIRETORIA ADMINISTRATIVA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria Administrativa (DA)	Administrar de forma econômica, competitiva e temporal a gestão organizacional, de pessoas, de informação, de suprimentos corporativos e de infraestrutura predial, bem como as relações trabalhistas e sindicais, objetivando maximizar os resultados empresariais.	Diretor Administrativo	Paulo Afonso Evangelista Vieira	01/01/2016 a 17/03/2016
			Laércio Faria	18/03/2016 a 05/09/2016
			Gilberto Odilon Eggers	06/09/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)	Assessorar o Diretor Administrativo nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria e promover a gestão orientada por processos na Eletrosul.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa	Marialba dos Santos Coelho	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais (ART)	Coordenar a formulação de estratégias relacionadas às relações trabalhistas e sindicais.	Gerente da Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais	Jeferson Nunes	01/01/2016 a 31/12/2016

Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)	Instrumentalizar os processos de negócios através do provimento e administração de sistemas/aplicativos corporativos, de instrumentos normativos, de transportes, da gestão do acervo documental e da infraestrutura predial da Sede.	Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	Tarcisio Kemper	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)	Assegurar o planejamento e execução das políticas de gestão de pessoas da Empresa.	Gerente do Departamento de Gestão de Pessoas	Nara Maria da Silva	01/01/2016 a 25/10/2016
			Marialba dos Santos Coelho	25/10/2016 a 31/12/2016
Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)	Promover o suprimento de bens e serviços, administrar os materiais e equipamentos de estoque, coordenar a gestão de transporte internacional e de seguros.	Gerente do Departamento de Gestão de Suprimentos	Edson Augusto Buch	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

Quadro 2.4.3 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Financeira

DIRETORIA FINANCEIRA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria Financeira (DF)	Gerenciar os recursos econômico-financeiros visando maximizar, de forma sustentável, os resultados empresariais.	Diretor Financeiro	Claudio Antonio Vignatti	01/01/2016 a 31/05/2016
			Tomé Aumary Gregório	01/06/2016 a 31/12/2016
Assessoria Econômico-Financeira (AEF)	Assessorar a Diretoria nos assuntos de natureza econômico-financeira.	Gerente da Assessoria Econômico-Financeira	Janildo Jovino da Silveira	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira (AGF)	Assessorar o Diretor Financeiro na gestão dos assuntos econômico-financeiros da Empresa.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira	Sadi Luis Schoeler	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Contabilidade (DCO)	Administrar o sistema de informações contábeis e de controle patrimonial da Empresa.	Gerente do Departamento de Contabilidade	Sandro Rodrigues da Silva	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento Econômico-Financeiro (DEF)	Elaborar o planejamento econômico-financeiro de forma a subsidiar a Administração Superior na tomada de decisão e administrar os recursos financeiros da Empresa.	Gerente do Departamento Econômico-Financeiro	Andréa Catão Martins	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

Quadro 2.4.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Engenharia

DIRETORIA DE ENGENHARIA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria de Engenharia (DE)	Assegurar a otimização e expansão dos negócios da Empresa.	Diretor de Engenharia	Ronaldo dos Santos Custódio	01/01/2016 a 09/08/2016
			Jorge Andriguetto Junior	10/08/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Engenharia e Estruturação de Empreendimentos (AEE)	Assessorar a Diretoria de Engenharia nos assuntos relacionados à estruturação dos empreendimentos e planejamento setorial.	Gerente da Assessoria de Engenharia e Estruturação de Empreendimentos	Daniel Vieira de Almeida	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia (AGE)	Assessorar o Diretor de Engenharia nos assuntos relacionados com a gestão da Diretoria.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia	Jorge Luis Alves	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Implantação de Projetos (AIP)	Administrar o monitoramento dos empreendimentos de geração e transmissão da Eletrosul e em parceria, durante a fase de implantação.	Gerente da Assessoria de Implantação de Projetos	Maurício Xavier	01/01/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento (APD)	Gerir os processos de inovação e de eficiência energética na Eletrosul propiciando ganhos de competitividade sustentável e sócio-ambiental responsável.	Gerente da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento	Dirceu Wilson Külzer	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária (DEA)	Assegurar que a implantação dos empreendimentos da Empresa ocorra em consonância com a política de preservação socioambiental e gestão patrimonial, garantindo o atendimento aos requisitos legais e promovendo o princípio da sustentabilidade.	Gerente do Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária	Giovani Gonçalves Petri	01/01/2016 a 31/12/2016

Departamento de Engenharia de Geração (DEG)	Administrar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia, contratação e aquisição de serviços e bens, e a execução de obras, visando assegurar a implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica da Empresa.	Gerente do Departamento de Engenharia de Geração	Franklin Fabricio Lago	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Engenharia do Sistema (DES)	Administrar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia e a execução de obras, visando assegurar a implantação dos empreendimentos da expansão, integração de usinas e a otimização da infraestrutura do sistema de transmissão da Empresa.	Gerente do Departamento de Engenharia do Sistema	Marco Antonio Salgueiro dos Santos	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

Quadro 2.4.5 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Operação

DIRETORIA DE OPERAÇÃO				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria de Operação (DO)	Assegurar a operação, manutenção e a telemática do sistema elétrico de transmissão e geração da Empresa.	Diretor de Operação	Antonio Waldir Vittori	01/01/2016 a 09/08/2016
			Rogério Bonini Ruiz	10/08/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação (AGO)	Assessorar o Diretor de Operação nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação	Cleiton Luis Rezende Cabral	01/01/2016 a 15/08/2016
			Décio José do Lago Júnior	16/08/2016 a 31/12/2016
Departamento de Engenharia de Manutenção (DEM)	Administrar o desempenho dos ativos dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, buscando a melhor relação entre disponibilidade e confiabilidade dos ativos, atuando de forma sustentável sob aspecto econômico, social e ambiental.	Gerente do Departamento de Engenharia de Manutenção	Ayres Melchiades Ulysséa Junior	01/01/2016 a 31/12/2016

Departamento de Manutenção e Apoio à Operação (DMO)	Assegurar a disponibilidade dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, através da manutenção e apoio à operação de usinas, subestações, linhas de transmissão e sistema de telecomunicações.	Gerente do Departamento de Manutenção e Apoio à Operação	Altair Coutinho de Azevedo Junior	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Operação do Sistema (DOS)	Administrar a operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, buscando assegurar a confiabilidade e disponibilidade desses sistemas.	Gerente do Departamento de Operação do Sistema	Adriano Pauli	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Telemática (DTL)	Prover a infraestrutura e serviços de telemática e automação para a Empresa.	Gerente do Departamento de Telemática	Marcos Romeu Benedetti	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenadoria da UHE Mauá (CCHM)	Administrar os interesses da Eletrosul no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (CECS).	Gerente da Coordenadoria da UHE Mauá	José Henrique do Rosário Schreiner	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Eletrosul são: a Geração & Comercialização de Energia e a Transmissão de Energia Elétrica.

Em 2007, iniciou-se o mapeamento dos processos, com a elaboração de mapas, normas e procedimentos para padronização, devidamente aprovados pela Diretoria Executiva. Outros procedimentos são documentados, há mais de 30 anos, por meio dos manuais de operação e de manutenção, que determinam o que e como devem ser feitos pelos profissionais para garantir que o padrão de trabalho seja executado por todos os envolvidos.

Quadro 2.5.1 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Geração & Comercialização de Energia	Desde a prospecção de oportunidades em negócios de geração até a gestão dos contratos de comercialização de energia.	Produção de energia elétrica.	Agentes geradores; produtores independentes e os autoprodutores de energia; agentes Importadores e Exportadores, Comercializadores e Consumidores Livres.	AGP AEE AIP DEG DEA ACE DOS DEM DMO DTL
Transmissão de Energia Elétrica	Desde a prospecção de oportunidades em negócios de transmissão até a	Disponibilidade de Linhas de Transmissão.	Agentes geradores e distribuidores; produtores independentes e	AGP AEE AIP DES

	operação e manutenção da transmissão.		autoprodutores de energia; e, Operador Nacional do Sistema (ONS).	DEA DOS DEM DMO DTL
--	---------------------------------------	--	---	---------------------------------

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA).

Quadro 2.5.2 Manuais de Operação e de Manutenção

Padrões de trabalho	Manual técnico de operação	Manual técnico de manutenção
Critério	Baseado nas normas da Aneel e do ONS	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS, bem como nos catálogos dos fabricantes de equipamentos
Composição	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas
Divulgação	Via correio eletrônico e disponibilizado no ambiente de escritório virtual “Lotus Notes”	

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG).

Os serviços de geração e transmissão de energia elétrica são garantidos pelo Departamento de Operação do Sistema (DOS), Departamento de Manutenção e Apoio à Operação (DMO) e Departamento de Engenharia de Manutenção (DEM), no que se refere à operação e manutenção. Esses órgãos constantemente realizam:

- o monitoramento do estado, condições e ocorrências em equipamentos e linhas de transmissão;
- a avaliação do estado dos equipamentos;
- a inspeção para verificação de anormalidades (inspeção diária ou semanal);
- o registro em sistemas corporativos dos defeitos ou anormalidades detectadas/encontradas em equipamentos e Linhas de Transmissão (LT);
- o gerenciamento da execução dos Pedidos de Serviço (PS) de manutenção.

Para garantia da qualidade dos serviços, a Eletrosul possui também sistemas de monitoramento *on-line* de alarmes e grandezas de equipamentos, tais como, sistema de supervisão e controle e central de monitoramento de equipamentos. O desempenho do processo e melhorias são continuamente verificados.

O processo principal “Operar Sistema Elétrico” é avaliado por meio da análise dos dados cadastrados no Relatório Diário de Ocorrências no Sistema (RDOS), que é avaliado do ponto de vista de desempenho de proteção, por meio da elaboração de Análise de Ocorrência no Sistema (AOS) (deste o ano de 1976), que gera Pedido de Serviço (PS) à área de manutenção, e dos procedimentos operacionais, por meio da elaboração de Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais (RAPO) (deste o ano de 2006), e onde são geradas recomendações às áreas de manutenção, operação, telemática e engenharia.

Também são realizadas inspeções periódicas, pelas equipes de operação das instalações, gerando PS à área de manutenção para correção de anormalidades (essa prática existe desde 2007).

O processo de “Manutenção da Geração e Transmissão” é avaliado criticamente por meio da análise de indicadores de desempenho, pelo Departamento de Manutenção e Apoio à Operação (DMO), a partir de relatórios, estatísticas e dados históricos. Quando são constatadas anormalidades, emite-se PS de manutenção. O Departamento de Engenharia da Manutenção (DEM) analisa a incidência das anormalidades e o final de vida útil dos equipamentos e emite uma Recomendação Técnica (RT) para as Regionais envolvidas efetuarem as correções/adequações necessárias. Essas avaliações resultam em maior disponibilidade e confiabilidade do sistema, bem como na preservação do meio ambiente onde a empresa atua.

A disponibilidade do sistema de transmissão indica o percentual do tempo em que este permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado. O indicador de disponibilidade de transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), submódulo 25.8 “Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração”.

O índice de disponibilidade de transmissão da Eletrosul obteve, nos três últimos anos, os resultados a seguir apresentados:

Quadro 2.5.3 Disponibilidade de Transmissão

Conjunto de funções de Transmissão	2014	2015	2016
Linhos de Transmissão*	99,84%	99,96%	99,95%
Banco de Capacitores*	99,98%	99,77%	99,79%
Reatores*	99,88%	99,94%	99,85%
Transformadores*	99,92%	99,98%	99,92%

*Indicador obtido considerando apenas os desligamentos penalizados com Parcada Variável (PV)

Fonte: Departamento de Operação do Sistema (DOS).

No que concerne às concessionárias de transmissão de energia elétrica, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 729/2016, estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações, aplicando como penalidade a Parcada Variável (PV).

- **Parcada Variável (PV):** é a parcada a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

Neste contexto, a Eletrosul objetiva executar com excelência todos os seus processos e em especial os vinculados à transmissão de energia, visando manter a maior disponibilidade dos seus ativos e, consequentemente, adicionar valores à sua receita.

No que tange à geração, há um indicador de disponibilidade também, que tem como base as taxas de indisponibilidade programadas e forçadas. A seguir são apresentados os índices de disponibilidade na geração hidráulica e na geração eólica, dos últimos três anos:

Quadro 2.5.4 Disponibilidade de Geração

Disponibilidade	2014	2015	2016
Disponibilidade Usinas Hidrelétricas*	89,88%	90,21%	90,78%
Disponibilidade Usinas Eólicas	98,33%	98,13%	98,77%

Fonte: Departamento de Operação do Sistema (DOS).

*Acumulada nos últimos 60 meses.

Para se dar curso aos processos são necessários insumos de materiais e serviços por meio de fornecedores. Abaixo estão relacionados os principais:

Quadro 2.5.5 Principais Fornecedores e Insumos por Tipo de Fornecimento

Tipo	Fornecedores	Insumos
Material	Fabricante de equipamentos eletromecânicos e materiais elétricos, telecomunicações e informática.	Equipamentos de sistema de supervisão e controle.
		Equipamentos/materiais elétricos, eletrônicos e mecânicos.
		Equipamentos de infraestrutura do sistema de telecomunicação e do sistema de transmissão.
Serviço	Construtoras e Montadoras.	Construção e infraestrutura de instalações do sistema de transmissão e geração.
	Consultorias.	Projetos de engenharia.
	Prestadoras de serviços de vigilância e de limpeza e conservação.	Serviços de vigilância, limpeza e conservação.

Fonte: Áreas de Contratação (DGS, DES e DEG/DPCG).

Principais Parceiros:

Macroprocesso: Geração de Energia Elétrica

- Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
- Teles Pires Participações S.A.
- ESBR Participações S.A.
- Livramento Holding S.A.
- Chuí Holding S.A.
- Santa Vitória do Palmar Holding S.A.
- Eólica Hermenegildo I S.A.
- Eólica Hermenegildo II S.A.
- Eólica Hermenegildo III S.A.
- Eólica Chuí IX S.A.

Macroprocesso: Transmissão de Energia Elétrica

- Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
- Marumbi Transmissora de Energia S.A.
- Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
- Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.
- Uirapuru Transmissora de Energia S.A.
- Paraiso Transmissora de Energia S.A.

2.6 Composição Acionária do Capital Social

Quadro 2.6.1 Composição Acionária do Capital Social

Denominação completa		Posição em	
Ações Ordinárias (%)		31/12/2016	31/12/2015
ACIONISTAS			
Tesouro Nacional			
Outras Entidades Governamentais	99,8782	99,8782	
Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
Ações em Tesouraria			
% Governo	99,8782	99,8782	
Free Float Governo			
Pessoas Físicas	0,0001	0,0001	
Pessoas Jurídicas	0,1217	0,1217	
Capital Estrangeiro			
% free float	0,1218	0,1218	
Subtotal Ordinárias (%)	100,00	100,00	
Ações Preferenciais (%)	Posição em		
ACIONISTAS	31/12/2015	31/12/2014	
Free Float Governo			
Tesouro Nacional			
Outras Entidades Governamentais			
Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
Ações em Tesouraria			
% Governo			
Free Float			
Pessoas Físicas			
Pessoas Jurídicas			
Capital Estrangeiro			
% free float			
Subtotal Preferenciais (%)			
Total	100%	100%	

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO).

2.7 Participação em Outras Sociedades

Quadro 2.7.1 Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

Denominação Investidora (UPC) ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A		Posição em	
Ações Ordinárias (% de participação)		31/12/2016	31/12/2015
Empresa Investida			
Livramento Holding S/A	59,00	59,00	
Santa Vitória do Palmar Holding S/A	49,00	49,00	
Chuí Holding S/A	49,00	49,00	
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	49,00	49,00	
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A	27,42	27,42	
ESBR Participações S/A	20,00	20,00	
Marumbi Transmissora de Energia S/A	20,00	20,00	
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	80,00	80,00	
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	51,00	51,00	
Teles Pires Participações S/A	24,72	24,72	
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	75,00	75,00	
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	51,00	51,00	
Eólica Chuí IX S/A	99,99	99,99	
Eólica Coxilha Seca S/A*	-	99,99	
Eólica Hermenegildo I S/A	99,99	99,99	
Eólica Hermenegildo II S/A	99,99	99,99	
Eólica Hermenegildo III S/A	99,99	99,99	
Paraíso Transmissora de Energia S/A	100	24,50	
Ações Preferenciais (% de participação)	Posição em		

Empresa Investida	31/12/2016	31/12/2015
-	-	-

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

* Extinta em 2016

2.8 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

Em 2016 houve aumento de participação na SPE Paraíso. Como descrito nas Demonstrações Financeiras de 2016, Nota Explicativa nº 4.1, em 27 de junho de 2016, a Celeo e a Copel exerceram o seu direito de retirada da sociedade transferindo a totalidade das ações para a Eletrosul. Em 27 de setembro de 2016 a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.045, anuiu a transferência do controle societário direto da Paraíso para a Eletrosul (75,5% das ações). Assim, a participação passou de 24,5% para 100%.

Considerando a prerrogativa dos demais acionistas no exercício de seus direitos, e seguindo a estratégia prevista no Plano Estratégico das Empresas Eletrobras de “Ampliar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável”, a Eletrosul ampliou sua participação na referida SPE, visando a continuidade do empreendimento.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

Nos subitens a seguir será apresentado o planejamento organizacional da Eletrosul no que tange a descrição sintética dos objetivos do exercício, o estágio de implementação do planejamento estratégico e a vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O processo vinculado ao planejamento estratégico das empresas Eletrobras encontra-se sob a coordenação da holding, que realiza as revisões do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, bem como a avaliação e monitoramento da implementação do referido plano. Concomitantemente, no âmbito da Eletrosul, o monitoramento das estratégicas associadas aos objetivos estratégicos é medido por meio do CMDE, verificando assim se o desempenho da empresa encontra-se em alinhamento às estratégias definidas.

A Eletrosul aprovou em 2016, sua adesão ao Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, que orienta as ações para todas as empresas Eletrobras, por meio de cinco diretrizes estratégicas: desempenho econômico-financeiro superior; expansão sustentável; eficiência operacional; excelência em pessoas e cultura de excelência; e readequação do modelo de negócios, governança e gestão.

O referido Plano define que as empresas Eletrobras têm como missão atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável e como visão de futuro estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável as melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos desse Plano foram definidas estratégias que servem de linhas de ação a serem implementadas para o seu alcance. O Plano estabelece, ainda, indicadores vinculados aos Objetivos Estratégicos, com a finalidade de medir o alcance dos resultados esperados e da proposta de valor para os públicos de interesse: Acionistas, Empregados, Clientes, Fornecedores, Governo e Sociedade.

O desdobramento das estratégias definidas no Plano Estratégico se dá por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), desenvolvido também pela Eletrobras, que posteriormente dá origem ao Plano de Negócios e Gestão, elaborado em conjunto entre a holding e suas controladas.

Em 2016, a Alta Direção da empresa se dedicou à construção de um novo Plano de Negócios e Gestão (PNG), tendo como base o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030 e o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras 2017-2021, aprovado por meio da Resolução da Diretoria RD 1662-07 de 05/12/2016 e pela Deliberação do Conselho de Administração DCA 394-04 de 15/12/2016.

O Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras conta ainda com um Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE 2013-2017), celebrado entre a

Eletrobras e as controladas, no qual são estabelecidas metas de desempenho econômico, financeiro, operacional e ambiental para cada ano desse período, que são avaliadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul.

Ao avaliar as estratégias definidas para o alcance dos objetivos da empresa, alguns riscos associados são identificados como possíveis de ocorrerem, os quais estão relacionados na Matriz de Riscos Corporativa da Eletrobras, Ciclo 2016, e esta está classificada em 4 Pilares de Riscos (Estratégico, Operacional, Financeiro e Conformidade), e estes se dividem em 25 Categorias. A Eletrosul aderiu a esta Matriz por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD 1658-03, priorizou e mapeou 21 (vinte e um) Eventos de Riscos em 2016, a saber:

1. Administração Fiscal-Tributária;
2. Aquisições e Incorporações;
3. Comercialização de Energia e Gestão de Contratos;
4. Demonstrações Contábeis e Financeiras;
5. Emissões de GEE;
6. Estrutura Organizacional;
7. *Compliance* (FCPA / LACBRA);
8. Fluxo de Caixa;
9. Formação e Gestão do Contencioso;
10. Fundos de Pensão;
11. Gestão Contábil de Ativos;
12. Gestão de Negócios Corporativos;
13. Gestão do Negócio de SPEs;
14. Gestão Estratégica;
15. Licenciamento Ambiental (ênfase na Transmissão);
16. Mudanças Climáticas;
17. Novos Negócios e Leilões;
18. Revisão Tarifária na Geração;
19. Revisão Tarifária na Transmissão;
20. Gestão de Seguros; e
21. Gestão Ambiental de Empreendimentos.

Cada Objetivo Estratégico pode conter mais de um Evento de Risco relacionado, porém nem todos os Eventos de Riscos já mapeados na Empresa estão diretamente relacionados aos Objetivos Estratégicos consignados no Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, vide quadro a seguir:

Quadro 3.1.1.1 Plano Estratégico x Matriz de Riscos (Corporativas empresas Eletrobras)

Objetivo Estratégico	Estratégia	Pilar de Risco	Categoria de Risco	Evento de Risco
1- Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades	1. Aprimorar a gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos	Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão de Negócios Corporativos Gestão do Negócio de SPEs
			Liquidez	Fluxo de Caixa
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
2- Garantir a Sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras	1. Adequar a estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras	Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão de Negócios Corporativos
			Liquidez	Fluxo de Caixa
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
3 - Ampliar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável	1. Liderar projetos estratégicos e estruturantes em Geração	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade na Geração Revisão Tarifária de Geração
			Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
		Pilar Estratégico	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
	2. Liderar projetos estratégicos e estruturantes em Transmissão	Pilar Operacional	Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão

				Regularização Fundiária na Transmissão
Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional		
	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões		
3. Crescer de forma orgânica em Geração Hídrica, Eólica, Térmica e Gás Natural	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional Sustentabilidade	
	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões		
	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração	
	Pilar Financeiro	Mercado	Risco de Mercado	
4. Crescer de forma orgânica em Transmissão	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional Sustentabilidade	
	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões		
	Pilar Financeiro	Mercado	Risco de Mercado	
5. Avaliar oportunidades de Fusões e Aquisições (M&A) no Brasil	Pilar Operacional	Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão	
	Pilar Estratégico	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões	

		Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's
			Mercado	Risco de Mercado
			Liquidez	Fluxo de Caixa
6. Desenvolver o negócio de prestação de serviços		Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade na Geração Revisão Tarifária de Geração
			Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão
			Tecnologia da informação e Telecomunicação(TIC)	Segurança da Informação Operações de TIC
4 – Expandir seletivamente a atuação internacional em Geração e Transmissão, alinhada com os negócios da Empresa	1. Prospectar Oportunidades no exterior	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
		Pilar Financeiro	Mercado	Risco de Mercado
			Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's
			Liquidez	Fluxo de Caixa
5- Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	1. Desenvolver portfólio de experimentos	Pilar Estratégico	Governança Corporativa	Governança de P&D+I
			Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
6 - Aprimorar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável	1. Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de Geração	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração

		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
2. Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de Transmissão	Pilar Operacional	Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão	
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
3. Adequar a estrutura de custos à nova regulamentação do setor elétrico	Pilar Conformidade	Reporte		Demonstrações Contábeis e Financeiras
4. Buscar atendimento de parâmetro regulatórios em Geração e Transmissão com gestão ativa por contrato de concessão	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional	
		Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões	
	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração	
		Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão	
		Engenharia e Construção	Gestão de Obras Projetos de Engenharia	
5. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os aspectos de	Pilar Estratégico	Governança Corporativa		Governança de P&D+I

	financiamento	Pilar Financeiro	Crédito	Captação de Recursos
6. Aprimorar o processo de comercialização de energia, contribuindo para a maximização da rentabilidade		Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's Carteira de Participações
			Liquidez	Fluxo de Caixa
		Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração
7- Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas	1. Desenvolver plano de atuação regulatória e institucional	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Fatores Externos	Marco Regulatório
8- Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras	1. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultado e competências	Pilar Operacional	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Profissional
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
	2. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de desenvolvimento dos empregados e da gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras	Pilar Operacional	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Profissional
		Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
9- Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial e organizacional do sistema Eletrobras	1. Desenvolver métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas	Pilar Operacional	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Profissional
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
10- Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que	1. Adequar estrutura organizacional das empresas do Sistema Eletrobras	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional

garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	2. Reforçar e eficientizar processos e sistemas de informação	Pilar Operacional	Tecnologia da Informação e Telecomunicação	Segurança da Informação Operações de TIC Arquitetura de TIC Gestão de Mudanças Gerenciamento de Demandas Gerenciamento de Incidentes e Problemas
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
11- Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado	1. Reforçar atuação dos Conselhos de Administração	Pilar Estratégico	Imagen	Comunicação Institucional e de Crises Relações Institucionais com Partes Relacionadas
			Governança Corporativa	Desempenho da Alta Administração
12- Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	1. Criar, aprimorar e integrar instrumentos e condições para estruturação e gestão das parcerias e dos negócios do Sistema Eletrobras	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
		Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's Carteira de Participações
		Liquidez	Fluxo de Caixa	
13- Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	1. Alinhar práticas para garantir atuação sustentável	Pilar Operacional	Socioambiental	Licenciamento Ambiental Gestão Ambiental de Empreendimentos
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
14- Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade	1. Promover propósito e identidade comum ao Sistema Eletrobras	Pilar Estratégico	Imagen	Comunicação Institucional e de Crises Patrocínio, Convênio e Doações Relações Institucionais com Partes Relacionadas

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG) e Assessoria de Conformidade Corporativa (ASC)

Visando dar sustentação ao equilíbrio econômico-financeiro da empresa, bem como atender seus objetivos estratégicos de eficiência, expansão e rentabilidade, institui-se o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), constituindo-se em um instrumento de gestão do desempenho empresarial que permite a definição de ações estratégicas na busca pela melhoria nos resultados.

O item 6.4.a. da Cláusula 6ª (Consequências do Desempenho no Cumprimento de Metas) do CMDE 2013-2017, dispõe que: “6.4. A Controlada por este CMDE obriga-se ainda: a) promover, anualmente, vinculação, integral ou parcial, entre a meta corporativa que integra o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) e as metas dos indicadores do CMDE, nos termos acertados com a Eletrobras.

Dessa forma, considerando que o citado CMDE contempla metas com perfil econômico-financeiro, onde os gastos com Materiais, Serviços e Outros (MSO) compõem a base de cálculo desse tipo de indicadores, bem como a necessidade da empresa de adequação e otimização das respectivas despesas de custeio ao cenário de fluxo de caixa de 2016 e para os próximos anos, acordou-se que no ciclo do Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) e do Programa de Administração do Desempenho (PAD) de 2016 seja adotada a seguinte Meta Empresarial:

Realização do MSO limitado a R\$ 161.400.000,00.

Com relação ao Plano Plurianual (PPA) foram executados programas e ações relacionados a seguir, alinhados ao Plano Estratégico da Empresa.

Quadro 3.1.1.2 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Expansão Sustentável

Programa 2033 – Energia Elétrica
Ação 10D7 – Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .
Ação 20OG – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.
Ação 15BC – Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (MWp)
Ação 15BB – Implantação da Usina Eólica Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10 MW) e Galpões (8MW).
Ação 15BD – Ampliação do sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul
Ação 1O50 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul
Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul
Ação 15CY – Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)
Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Quadro 3.1.1.3 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Eficiência Operacional

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em setembro de 2012, a Medida Provisória 579/12, convertida na Lei 12.783, de 11/01/2013, estabeleceu a forma de prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia. As novas regras estabelecidas trouxeram novos desafios por conta principalmente da relevante redução de receitas, ao mesmo tempo que apresentaram novas

perspectivas e a necessidade de agilizar a melhoria contínua de nossos processos na busca de uma empresa cada vez mais eficiente.

Diante desse novo cenário, foi elaborado o novo Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, para o período de 2015-2030, aprovado em 26/11/2014 e emitido em 12/08/2015. Para a confecção desse plano, foram avaliados diversos cenários, as atratividades dos negócios no mercado de energia, as potencialidades existentes nas empresas Eletrobras e as aspirações dos acionistas. Foram elaboradas, ainda, projeções para apoiar as decisões quanto ao portfólio de negócios, a revisão da Identidade Empresarial (Missão, Visão e Valores) e o estabelecimento de Diretrizes, Objetivos e Estratégias para o período de 2015-2030.

Como a Eletrosul segue o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, no início de 2016, a Alta Administração da Empresa aprovou sua adesão a essa última versão.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Diretrizes Estratégicas para atuação conforme Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
Visando cumprir sua Missão e realizar a sua Visão de Futuro, no período de 2015 a 2030, as empresas Eletrobras deverão orientar sua atuação por meio de 5 Diretrizes Estratégicas citadas no item 3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício. A figura a seguir apresenta estes elementos em uma visão de conjunto:

Figura 1 Visão de Conjunto



Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

Quadro 3.1.3.1 Diretrizes do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras

Diretrizes do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras	Descrição
Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Aprimoramento da gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos e a adequação da estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras.
Expansão Sustentável	Manutenção da liderança do Sistema Eletrobras no setor elétrico brasileiro e uma atuação mais expressiva no exterior, além do desenvolvimento de um portfólio de experimentos de modo a sustentar a sua competitividade.
Eficiência Operacional	Desenvolvimento de planos de revitalização e eficientização de ativos para atendimento aos parâmetros regulatórios e a adoção das melhores práticas.
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Aperfeiçoamento do modelo de Gestão de Pessoas no Sistema Eletrobras.
Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão	Mudanças no Sistema Eletrobras face ao novo contexto regulatório no setor elétrico brasileiro. Elas englobam temas como a revisão da lógica societária, o fortalecimento de estatutos, a adequação da estrutura organizacional da holding e das empresas Eletrobras, readequação de processos e sistemas e gestão sustentável dos recursos financeiros.

Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

Posicionamento Estratégico: Diretrizes e Objetivos Estratégicos

Para as 5 diretrizes estratégicas foram definidos 14 objetivos estratégicos:

Quadro 3.1.3.2 Diretrizes para Atuação: Objetivos Estratégicos a serem alcançados

Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades			Garantir a sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras		
Expansão Sustentável	Ampliar os negócios de GT de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Expandir seletivamente a atuação internacional em GT, alinhada com os negócios da companhia	Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	Eficiência Operacional	Aprimorar os negócios de GTD de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras			Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial organizacional do Sistema Eletrobras		

Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão	Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	Aprimorar a governança competitiva, baseada nas melhores práticas do mercado	Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	Garantir que os empreendimentos sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade
--	--	--	--	---	--

Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

3.2 Desempenho Orçamentário

3.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas sob sua responsabilidade previstos no PPA, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas aos programas 2033 (Energia Elétrica) e 0807 (Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais), motivo pelo qual não apresenta informações sobre Programas temáticos nem Objetivos.

3.2.1.1 Ações

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, possuindo apenas ações de Orçamento de Investimento.

3.2.1.2 Ações - Orçamento de investimento - OI

3.2.1.2.1 Programa 2033 – Energia Elétrica

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW (SC) para a geração de energia elétrica

A ação 10D7 compreende a implantação do Complexo Alto da Serra constituído por duas PCH's com capacidade total instalada de 37,5 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação coletora SE Santo Cristo.

Quadro 3.2.1.2.1.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.10D7. 0042

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033. 10D7 . 0042	Tipo: Projeto
Título	Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .	
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas	Código: 000R
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.	
	Código: 0019	

Programa	Energia Elétrica							Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.							Código: 32225
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta					
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
49.877.004	1.576.800	324.297	Implantação do Complexo Alto da Serra 37,5 KV	%	10	1	0	

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

A PCH Santo Cristo teve uma resolução postergando o cronograma: REA 2014 4685. Nesse cronograma, as unidades geradoras tinham previsão de início da Operação Comercial em 31/10/17, 30/11/17 e 30/12/17. A PCH Coxilha Rica não teve seu cronograma alterado. Entretanto, as datas de início desses empreendimentos aguardam condições financeiras e diretriz estratégica que viabilize o empreendimento.

- Execução das metas:**

Em agosto/2016 foi concluída a revisão do projeto pré-executivo da PCH. Nessa revisão a base topográfica foi convertida do DATUM SAD-69 para SIRGAS 2000, conforme solicita a ANEEL para empreendimentos executados a partir de março de 2015.

- Fatores Intervenientes:**

A PCH Coxilha Rica continua com parecer contrário a sua implantação emitido pelo IPHAN e, todas suas licenças (prévia e de instalação) estão revogadas pelo órgão ambiental competente – FATMA/SC.

A PCH Santo Cristo teve sua licença ambiental de instalação obtida em 25/01/2016, a LAI FATMA 342/2016. A implantação do empreendimento, porém, está suspensa até que as condições financeiras e estratégicas na empresa sejam direcionadas nesse sentido.

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- **Restos a pagar:**

Está pendente de pagamento a rescisão dos contratos com as empresas de meio ambiente e projeto executivo. Para o projeto executivo o valor da rescisão será próximo de R\$ 70.000,00. Existem outros três contratos de meio ambiente, cujos valores de rescisão devem chegar a R\$ 20.000,00.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Todas as campanhas de investigações geológicas estão concluídas. Não estão sendo realizadas atividades nesses empreendimentos até que se decida pela retomada de suas atividades.

Ação 20OG – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica

A ação 20OG compreende investimentos para a manutenção do sistema de geração, buscando maximizar a disponibilidade das instalações de geração, garantindo o atendimento adequado aos serviços de geração de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de geração é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.1.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.20OG.0001

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.20OG.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.	
Iniciativa	Manutenção do parque gerador de energia	Código: 01G1
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
11.787.482	11.152.000	5.798.402

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Esta ação inclui dispêndios com eventuais investimentos na manutenção das usinas em operação, compra de equipamentos sobressalentes, atividades de implantação e manutenção de torres anemométricas e estações solarimétricas.

Em 2016, foi dada continuidade às atividades de prospecção dos parques eólicos, conforme listado abaixo:

- ✓ Prospecção UEE Entorno III
- ✓ Prospecção UEE Coxilha Negra
- ✓ Prospecção UEE Santa Vitória do Palmar

- ✓ Prospecção UEE Jaguarão
- ✓ Prospecção UEE Lavras do Sul
- ✓ Prospecção UEE Mostardas
- ✓ Prospecção UEE Quaraí
- ✓ Prospecção UEE Pinheiro Machado
- ✓ Prospecção UEE Ibirocái
- ✓ Prospecção Eólica (diversos)

Também foi dada continuidade às atividades de prospecção solar, dentre os quais foi finalizada a instalação de estações solarimétricas em áreas pertencentes à Eletrosul, conforme segue:

- ✓ Subestação Dourados
- ✓ Subestação Anastácio
- ✓ UHE São Domingos
- ✓ UHE Passo São João
- ✓ Subestação Campos Novos
- ✓ Conversora de Uruguaiana

- **Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que determinou a postergação de atividades para o próximo exercício.

A postergação de atividades não impactou em risco à geração de energia.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 15BC – Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (22 MWp)

O empreendimento consiste na Instalação de uma usina solar fotovoltaica de 22 MWp em corrente contínua e com capacidade de saída de 20 MW. Além disso, implantação de toda infraestrutura para permitir a instalação dos equipamentos de maneira a captar a irradiação solar local com eficiência adequada.

Quadro 3.2.1.2.1.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BC.0054

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033. 15BC .0054	Tipo: Projeto
Título	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (MWp)	
Iniciativa	Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas Código: 000Y	
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033

Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.							Código: 32225
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta					
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
4.029.541	281.104	67.091	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos.	%	5	1	0	

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- Execução das metas:**

Estimou-se um prazo de instalação da UFV São Domingos de 18 meses. Em relação às experiências internacionais, esse é um prazo bastante longo, mas, devido ao mercado fotovoltaico ainda incipiente aqui no Brasil, preferiu-se adotar um tempo conservador.

Obra não iniciada.

- Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul, mesmo tendo cadastrado a Usina Fotovoltaica São Domingos nos leilões oficiais de 2016, não deu lance para venda de energia. Os motivos para a empresa não ter ofertado a energia desse empreendimento remetem à conjuntura econômica nacional vivida naquele momento e a baixa de capital para investimentos da empresa.

Uma vez que as características locais são favoráveis para a instalação de uma usina fotovoltaica, a Eletrosul mantém a campanha de medição de dados solarimétricos junto à UHE São Domingos, visando ao cumprimento das condicionantes para participação em futuros leilões oficiais.

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- Restos a pagar:**

Não se aplica.

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- Outras Considerações:**

Não se aplica.

Ação 15BB – Implantação da Usina Eólica Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10 MW) e Galpões (8MW).

A ação 15BB compreende a implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, localizada no município de Santana do Livramento (no Rio Grande do Sul), totalizando uma capacidade de 48 (MW), através da instalação de 24 aerogeradores com 80 metros de altura além da infraestrutura associada, caracterizadas pela construção de 23 km de acessos, 24 fundações, 24 plataformas para o posicionamento dos guindastes durante a montagem das turbinas, 24 aerogeradores modelo G114 do fabricante Gamesa, com 2MW de potência instalada cada, 23 km de rede de média tensão em 34,5 kV, bem como a ampliação da SE Coletora Cerro Chato, com a instalação de um transformador de 34,5/230kV de 35 MVA.

Quadro 3.2.1.2.1.4 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BB.5070

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15BB.5070						Tipo: Projeto
Título	Implantação da Usina Eólica Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10 MW) e Galpões (8MW).						
Iniciativa	Implantação de Usinas Eólicos						Código: 000X
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.						
Programa	Código: 0019						Energia Elétrica
Unidade Orçamentária	Código: 2033						Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Ação Prioritária	Código: 32225						() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
9.002.493	14.200.000	13.288.991	Implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10MW) e Galpões (8MW)	%	5	6	6

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- Execução das metas:**

As usinas estão 100% concluídas, com entrada em operação comercial, conforme:

- Capão do Inglês: 02/02/16;
- Coxilha Seca: 25/12/15;
- Galpões: 02/02/16.

- **Fatores Intervenientes:**

Não se aplica.

- **Restos a pagar:**

Pleitos em análise:

- Montagem dos aerogeradores no valor estimado de R\$ 1.190.672,23;
- Obras civis R\$ 200.000,00.

Serviços complementares:

- PRAD (Programa de recuperação ambiental) R\$ 466.786,90;
- Execução de guarita R\$ 70.846,66.

Todos os valores acima foram provisionados no exercício de 2016, e serão pagos na medida em que forem comprovados.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica

- **Outras Considerações:**

Não se aplica

Ação 15BD – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul

A ação 15BD tem como objetivo a expansão da capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e a ampliação e ou repotenciação de usinas existentes e, na sua composição, estão os empreendimentos:

UHE Passo São João: Instalação de duas unidades geradoras de 4,0 MW e construção de toda a infraestrutura associada (tomada d'água, canal de adução e casa de força) de modo a permitir a ampliação.

UHE São Domingos: Instalação de uma unidade geradora de 1,0 MW e construção de toda a infraestrutura associada (conduto forçado e casa de força) de modo a permitir a ampliação.

Quadro 3.2.1.2.1.5 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BD.0001

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.15BD.0001	Tipo: Projeto
Título	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul	
Iniciativa	Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação.	Código: 04U6

Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033						
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Código: 32225						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.442.560	414.000	0	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul	%	3	1	0

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- Execução das metas:**

Obra não iniciada.

- Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- Restos a pagar:**

Não se aplica

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 1O50 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul

A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

Quadro 3.2.1.2.1.6 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.1O50. 0001

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.1O50. 0001						Tipo: Projeto
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul.						
Iniciativa	Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN. Código: 0027						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica						Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						Código: 32225
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
166.742.730	97.251.847	80.347.739	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	17	10	8

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e os empreendimentos atualmente em andamento tem previsão de conclusão em novembro de 2018. Vale destacar que novos projetos podem ser incorporados nesta ação, alterando o prazo informado para sua conclusão.

- Execução das metas:**

Em 2016 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

Quadro 3.2.1.2.1.7 Empreendimentos Concluídos em 2016

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SE IVINHEMA 2 - AMPLIAÇÃO A Instalação de 02 Transformadores Trifásicos 230/138-13,8 kV, 150 MVA cada, e seus respectivos módulos de conexão 230 e 138 kV, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Implantação de 02 módulos de entrada de linha 138 kV, no arranjo barra dupla a quatro chaves, oriundos do seccionamento da LT Ivinhema – Porto Primavera. - Implantação do novo pátio de 138 kV, com a construção do módulo de infraestrutura geral e da interligação de barramentos 138 kV.	29/01/2014	29/01/2016

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SECCIONAMENTO DA LT 138KV PORTO PRIMAVERA – IVINHEMA Implantação do trecho de LT 138 kV entre a SE Ivinhema 2 e o ponto de seccionamento da LT Ivinhema – Nova Andradina – Porto Primavera – Rosana, com extensão de 3km.	29/01/2014	29/01/2016
SE PALHOÇA PINHEIRA 138/13,8 kV, 26,7 MVA – AMPLIAÇÃO ELETROSUL Empreendimento: Implantar, na SE Palhoça Pinheira, duas entradas de linha 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito da LT Palhoça e para o circuito da LT Imbituba.	20/05/2011	06/02/2016
SECCIONAMENTO DA LT 138 kV PALHOÇA – IMBITUBA, 3,7 km Empreendimento: Seccionamento da LT 138kV Imbituba – Palhoça, em circuito duplo, para implantação da nova SE Palhoça Pinheira (CELESC).	20/05/2011	06/02/2016
SE JOINVILLE SANTA CATARINA 138/69/13,8 kV, 110 MVA – AMPLIAÇÃO ELETROSUL Empreendimento: Implantar, na SE Joinville Santa Catarina, duas entradas de linha 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito da LT Araquari Hyosung e para o circuito da LT Joinville GM.	24/09/2013	15/01/2016
SECCIONAMENTO DA LT 138 kV ARAQUARI HYOSUNG – JOINVILLE GM, Empreendimento: Seccionamento da LT 138 kV Araquari Hyosung – Joinville GM, em circuito duplo, com 0.6km, na SE Joinville Santa Catarina	24/09/2013	15/01/2016
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 1944 MVA – AMPLIAÇÃO “G” Empreendimento: Instalação do 4º ATF 230/138 kV - 150 MVA na SE Biguaçu e de seus respectivos módulos de conexão 230 e 138 kV, ambos no arranjo barra dupla a quatro chaves.	17/04/2014	15/04/2016
SE NOVA ANDRADINA 138 kV – AMPLIAÇÃO ELETROSUL Empreendimento: - Implantar, na SE Nova Andradina, dois módulos de entrada de linha 138 kV, arranjo barra dupla quatro chaves, referente às LTs Porto Primavera - Nova Andradina e Ivinhema - Nova Andradina; - Complementar o módulo de infraestrutura geral na SE Nova Andradina.	24/02/2014	17/09/2016
SECCIONAMENTO DA LT 138 kV PORTO PRIMAVERA – IVINHEMA, 11 km Empreendimento: Implantar dois ramais de seccionamento da LT 138 kV Porto Primavera – Ivinhema, circuito duplo, na Subestação Nova Andradina, de propriedade da Enersul.	24/02/2014	17/09/2016
SE DESTERRO 230/138 kV, 300 MVA – AMPLIAÇÃO “A” Empreendimento: Instalação do 2º autotransformador trifásico, de 230/138-13,8 kV, 150 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 138 kV, ambos no arranjo barra dupla a quatro chaves, na Subestação Desterro -	01/09/2014	29/07/2016

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SE JOINVILLE NORTE 230/138 kV, 600 MVA – AMPLIAÇÃO “E” Empreendimento: Instalação do 4º autotransformador trifásico, de 230/138-13,8 kV, 150 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 138 kV, ambos no arranjo barra dupla a quatro chaves, na Subestação Joinville Norte 230/138 kV.	01/09/2014	17/08/2016
SE CANOINHAS 230/138 kV, 375 MVA – AMPLIAÇÃO “G” Empreendimento: Implantação de 01 banco de capacitores 230 kV - 50 MVar na SE Canoínhas e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra principal e transferência.	01/09/2014	20/08/2016
SE LAJEADO GRANDE 230/138 kV, 150 MVA – AMPLIAÇÃO “B” Empreendimento: Instalação do 2º autotransformador trifásico, de 230/138-13,8 kV, 75 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 138 kV, ambos no arranjo barra dupla a quatro chaves, na Subestação Lajeado Grande 230/138 kV.	01/09/2014	29/09/2016
SE GASPAR 2 – AMPLIAÇÃO ELETROSUL Empreendimento: - Implantar, na SE Gaspar 2, de propriedade de ETSE, dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla quatro chaves, referente às LTs Blumenau – Palhoça.	01/09/2014	30/09/2016
SECCIONAMENTO DA LT 230 kV BLUMENAU - PALHOÇA, 2 km Empreendimento: Implantar dois ramais de seccionamento da LT 230 kV Blumenau - Palhoça, na Subestação Gaspar 2, de propriedade da ETSE.	01/09/2014	30/09/2016

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

- Fatores Intervenientes:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.879/2011

O Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A – Palhoça na SE Garopaba Encantada (CELESC), sofreu atraso na definição da melhor localização para a SE.

A CELESC permanece em negociação com a Prefeitura de Garopaba e com a comunidade local alternativas de terrenos para a implantação da SE. Caso se confirme uma nova área para o empreendimento, a ELETROSUL enviará uma revisão da Solicitação de Autorização à ANEEL referente aos ramais de Secccionamento e aos respectivos módulos de entrada de linha. A Agência Reguladora está ciente da situação.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.802/2014

O empreendimento SE Biguaçu -Ampliação J sofreu atraso devido a emissão tardia da Licença Ambiental, que declarou a viabilidade de implantação do empreendimento. Em sequencia, foi emitida a Autorização para Corte de Vegetação, permitindo a vegetação nativa para a ampliação “J”. A demora na emissão das referidas licenças comprometeram o prazo ANEEL para conclusão do empreendimento em 2016.

- Restos a pagar:**

Não se aplica.

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.892/2014

SE Canoinhas: Ampliação “F”: com o intuito de eliminar problemas de sobrecarga previstos para a transformação 230/138 kV da SE Canoinhas em condições de contingência. A Eletrosul foi autorizada a substituir o 3º autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV de 75 MVA por outro de 150 MVA e executar as devidas adequações do módulo de conexão 230 kV e 138kV existentes, como a substituição de para-raios, dos sistemas de proteção, controle e supervisão e de transformadores de corrente. O andamento do empreendimento está dentro do cronograma planejado. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (03/01/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.239/2015

SE Biguaçu Ampliação “M”: visando ao atendimento do mercado das regiões sul e extremo sul de Santa Catarina, a Eletrosul foi autorizada a implantar 01 (um) banco de reatores de barra 525 kV – 3x50 MVar e 01 reator reserva – 50 MVar, na SE Biguaçu, e seus respectivos módulos de conexão, no arranjo disjuntor e meio. O andamento do empreendimento está dentro do cronograma planejado. A data de energização está prevista para 02/06/2017.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.603/2016

SE Tapera – Ampliação “C”: Com o intuito de evita subtensão na contingência da LT 230kV Passo Real – Tapera 2, , a ANEEL autorizou a Eletrosul a instalar, na Subestação Tapera, 01 (um) banco de capacitores 230 kV - 50 MVar na SE Tapera 2 e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Os equipamentos de pátio foram contratados em 2016 e a contratação referente à execução da obra está em andamento. A assinatura do respectivo contrato está prevista para janeiro/2017. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (25/01/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.616/2016

SE Santo Ângelo – Ampliação “G”: Para viabilizar a conexão de futuros parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, a Eletrosul foi autorizada a instalar um banco de 3 autotransformadores monofásicos 525/230 kV – 13,8 kV, 672 MVA na SE Santo Ângelo 2 e de seus respectivos módulos de conexão. Os equipamentos de pátio foram contratados em 2016 e a contratação referente à execução da obra está em andamento. A assinatura do respectivo contrato está prevista para janeiro/2017. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (04/02/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.744/2016

SE Dourados – Ampliação “I”: Para Evitar subtensão na região de Dourados., a Ampliação “I”, compreende a Implantação de 02 bancos de capacitores 230 kV - 50 MVar cada, na SE Dourados e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Os equipamentos de pátio foram comprados em 2016. E iniciou se o processo de licitação, para publicação do edital em janeiro/2017, a contratação da execução da obra e da elaboração dos Projetos de Proteção e Controle. O edital para esta contratação deve ser publicado em janeiro de 2017, para assinatura do

contrato até abril de 2017. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (11/04/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.969/2016

SE Dourados – Ampliação “H”: Envolve a desmontagem e transporte de 01 Autotransformador 230/138 kV – 75 MVA, proveniente da SE Itajaí e posterior montagem na SE Dourados, como reserva de sistema. Este processo reforçará as instalações de transmissão integrantes da Rede Básica, através da instalação de autotransformador reserva. Está em andamento a elaboração dos projetos elétrico, civil e eletromecânico para a instalação do Autotransformador reserva na Subestação. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (24/08/2017)

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.042/2016

SE Nova Petrópolis - Ampliação “A”: Para atender ao critério N-1 na contingência do TF1 da SE Nova Petrópolis, a ANEEL autorizou a Eletrosul a Instalar o 2º transformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 83 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Nova Petrópolis 230/69 kV. As especificações técnicas para os equipamentos de pátio e a elaboração de especificações técnicas referentes à execução da obra estão em andamento, devendo ser concluídas até o primeiro trimestre de 2017. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (23/09/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.090/2016

SE Biguaçu Ampliação “K”: Com o intuito de propiciar a flexibilidade operativa para controle de tensão na região de Biguaçu, na carga média de verão, a Eletrosul foi Autorizada pela ANEEL, a instalar 01 (um) Banco de Capacitores 230kV – 100MVAr, e respectivo módulo de conexão 230 kV e 69 kV, no arranjo barra dupla a quatro chaves. As especificações técnicas para os equipamentos de pátio e a elaboração de especificações técnicas referentes à execução da obra estão em andamento, devendo ser concluídas até o primeiro trimestre de 2017. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (04/11/2018).

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul

A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente no tempo, não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.1.8 Ações do Orçamento de Investimento - 25.75.2033.2D94. 0001

Identificação da Ação		
Código	25.75.2033. 2D94. 0001	Tipo:Atividade
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	
Iniciativa	Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações existentes. Código: 04UG	
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
12.000.000	5.944.000	4.788.481

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e os empreendimentos atualmente em andamento tem previsão de conclusão em dezembro de 2021. Vale destacar que novos projetos podem ser incorporados nesta ação, alterando o prazo informado para sua conclusão.

- Execução das metas:**

O investimento de R\$ 4,79 milhões realizado em Reforços e Melhorias nos ativos de transmissão da Eletrosul atendeu às necessidades da Resolução Autorizativa ANEEL (REA), do Plano de Modernização das Instalações (PMI) e de outros empreendimentos de interesse exclusivo da Empresa em 2016. O uso destes recursos visou à realização de modificações e alterações necessárias nas instalações da Eletrosul, a fim de retirar eventuais restrições ao sistema de transmissão, bem como melhorar a confiabilidade e a flexibilidade de sua operação e manutenção.

Foram concluídos em 2016, nove empreendimentos previstos no PMI. Para atender às necessidades de REA, PMI e a outras de interesse exclusivo da empresa, estão em andamento vinte e oito empreendimentos, sendo dezenove empreendimentos referentes às REA's 5.484/2015 e 5.861/2015, um empreendimento de PMI e onze empreendimentos de interesses da Eletrosul.

Quadro 3.2.1.2.1.9 Empreendimentos Concluídos em 2016

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016	CONCLUSÃO DA OBRA
PMI 2013-2016	
SE SANTO ÂNGELO 525/230 kV, 1344 MVA Empreendimento: Substituição dos para-raios 525 kV de SiC por ZnO do TF2 e Reator 1.	10/03/2016
SE GRAVATAÍ 525/230 kV, 2016 MVA Empreendimento: Substituição de 3 TPCs 525 kV do circuito Caxias.	13/03/2016
SE GRAVATAÍ 525/230 kV, 2016 MVA Empreendimento: Substituição dos PRs 525 kV de SiC por ZnO dos TFs 1, 2 e 3 e do circuito Caxias.	10/04/2016
SE BLUMENAU 525/230 kV, 1962 MVA Empreendimento: Substituição dos TPCs 525 kV dos TFs 5 e 6, em substituição aos cabos de potencial device.	11/09/2016

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016	CONCLUSÃO DA OBRA
SISTEMA Empreendimento: Substituição das flexitests nas SEs SSA, SOS, CNO, BGR, XAN, MIS, STA, PFU, ARE, ASS, CAN, CBA, IVP, LON, MGA, JOI, JNO, BLU, YTA, TPR2, DOU, ANA, JLA, JLB, SID e FHA, nos circuitos descritos no PMI 2013-2016.	15/12/2016
PMI 2014-2017	
LT 230 kV FORQUILINHAS - LAJEADO GRANDE Empreendimento: Substituição de torres de transmissão.	21/03/2016
SE CAMPOS NOVOS 525/230/138 kV, 2466 MVA Empreendimento: Substituição dos Para-Raios 525kV do circuito Areia.	15/05/2016
SE GRAVATAÍ 525/230 kV, 2016 MVA Empreendimento: Substituição dos para-raios 525 kV do RE1.	15/12/2016
SE IVAIPORÃ 525 kV Empreendimento: Substituição dos para-raios 525 kV dos circuitos Areia, Londrina 1 e Stiv 1 e 2.	16/12/2016

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Quadro 3.2.1.2.1.10 – Empreendimentos em Andamento 2016-2017

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2016-2017	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
Resolução Autorizativa Nº 5.484, publicada em 29/09/2015	
SE Areia Aquisição e substituição de 3 TCs de 230kV do circuito São Mateus do Sul	29/09/2017
SE Campos Novos Aquisição e substituição de 4 disjuntores de 230 kV. (DJ712 do TF5, DJ722 do TF4, DJ732 do TF3 e DJ752 do TIE)	29/09/2017
SE Farroupilha Aquisição e substituição de 9 TCs de 230kV dos circuitos GAR1, MCL1 e MCL2.	29/09/2017

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2016-2017	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE Farroupilha Aquisição e substituição de 3 disjuntores de 230kV dos circuitos MCL1, MCL2 e TF1	29/09/2017
SE Florianópolis Aquisição e substituição de 9 TCs de 138kV dos TF1, TF2 e TF3	29/09/2017
SE Ilhota Aquisição e substituição de 6 TCs de 138kV dos TF1 e 2	29/09/2017
SE Joinville Aquisição e substituição de 6 TCs de 69kV dos TF2 e 5	29/09/2017
SE Palhoça Aquisição e substituição de 6 TCs de 138kV dos TF1 e 2.	29/09/2017
Resolução Autorizativa Nº 5.861, publicada em 07/06/2016	
Sistema Instalação/substituição de 28 carregadores de baterias em diversas subestações.	07/06/2019
Sistema Instalação de equipamentos com função PMU em LTs das SEs ARE, BTA, CNO, YTA, IVP, NSR	07/06/2019
SE Gravataí Substituição das proteções dos barramentos	07/06/2019
SE Gravataí Substituição das proteções dos transformadores 1, 2 e 3	07/06/2019
SE Gravataí Substituição das proteções dos Reatores 1 e 2	07/06/2019
SE Gravataí Substituição das proteções da LT GRA-CAX	07/06/2019

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2016-2017	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE Gravataí 2 Aquisição e substituição das proteções dos Bancos de Capacitores BC4 e BC5 da SE Gravataí 2, visando implantação de Esquema Especial de Inserção destes Bancos.	07/06/2019
Sistema Instalação e substituição de Registradores de Perturbação (RDP) nas SEs CBA, CAN, FAR	07/06/2019
PMI 2014 – 2017, publicado em 23/09/2014	
Sistema Substituição das flexitestes nas SEs CAX, NSR, BLU e FAR, nos circuitos descritos no PMI 2014-2017	30/04/2017
INTERESSES DA ELETROSUL	
SE Curitiba Aquisição e instalação de 01 TPC 525 kV em substituição aos cabos de potencial device do TF Mitsubishi	Março/2017
SE Curitiba Implantação de sistema aéreo provisório de 13,8 KV na Subestação Curitiba, em substituição ao sistema existente, de cubículos de 13,8 kV	Março/2017
SE Gravataí Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi, posição TF2	Julho/2018
SE Gravataí Aquisição e substituição de 03 transformadores de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, posição BAB, para posterior instalação pelas equipes do DEM/DMO em substituição a equipamentos de fabricação Haefely	Julho/2018
SE Campos Novos Aquisição e substituição de 03 TPCs 525 kV (Haefely) na Barra B	Julho/2018

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2016-2017	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
Sistema Aquisição e substituição de 102 para-raios em diversas SEs	Julho/2018
SE Blumenau Aquisição e substituição do DJ1070 (525kV Siemens 3AT5)	Julho/2018
SE Curitiba Aquisição e substituição do DJ1030 (525kV Siemens 3AT5)	Julho/2018
Sistema Aquisição e substituição de baterias em diversas SEs	Dezembro/2018
SE Dourados Substituição das proteções dos TF3, TF4, RE1, RE2 e da LT DOU/ANA	Abril/2018
SE Charqueadas Alteração do arranjo da alimentação dos serviços auxiliares, de modo que passem a ser alimentados pelos TF5 e TF6, por ramal da distribuidora local (CEEE-D) e por grupo gerador diesel, na subestação Charqueadas.	Maio/2017

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

- **Fatores Intervenientes:**

Devido a atrasos nos fornecimentos de alguns contratos de equipamentos, houve a necessidade da reprogramação de pagamentos vinculados a esta ação para 2017, sem prejuízo ao atendimento dos cronogramas da ANEEL.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras considerações:**

O Plano Diretor de Melhorias e Reforços visa à realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da ELETROSUL, para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção.

Todas as melhorias e reforços destinam-se ao aumento da capacidade de transmissão e a confiabilidade do SIN, oferecendo maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrosul. Mantém, ainda, a regularidade, a continuidade e a segurança na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, auxiliando, também, nos processos de recomposição do sistema, em caso de falhas. Estas melhorias e reforços acompanham a modernidade tecnológica para a conservação das instalações de transmissão, sempre em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e com os procedimentos de rede do ONS.

Ação 15CY – Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)

A implantação das instalações que compõem o lote A tem por objetivo viabilizar a conexão de futuros parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul e aliviar o carregamento das transformações 230/69 KV da região central de Porto Alegre, garantindo o atendimento adequado a esta região com a necessária confiabilidade.

Os empreendimentos constantes do Lote A do Leilão 004/2014 são os seguintes:

- LT 525 KV Gravataí – Capivari do Sul, CS;
- LT 525KV Guaíba 3 – Capivari do Sul, CS;
- LT 230 KV Viamão 3 – Capivari do Sul, CS;
- SE 525/230kV-13,8kV e 230/138-13,8kV Capivari do Sul;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Guaíba 3, Gravataí e Viamão;
- LT 230kV Porto Alegre 8 – Porto Alegre 1 (subterrânea);
- LT 230kV Porto Alegre 12 (Jardim Botânico) – Porto Alegre 1 (subterrânea);
- LT 230kV Osório 3 – Gravataí 3; Seccionamento da LT 230 kV Osório 2 – Lagoa dos Barros na SE Osório 3;
- Seccionamento da LT 230 kV Passo Fundo – Nova Prata 2, C1 e C2, na SE Vila Maria;
- SE 230/69 kV Porto Alegre 1 (isolada à SF6);
- SE 230/138 kV Vila Maria; SE 230 kV Osório 3;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Porto Alegre 12, Porto Alegre 8 e Gravataí 3;
- LT 230 kV Livramento 3 – Alegrete 2;
- LT 230 kV Livramento 3 – Cerro Chato;
- LT 230 kV Livramento 3 – Santa Maria 3;
- Seccionamento da LT 230 kV Santa Maria - Maçambara, C1 e C2, na SE Maçambara 3;
- SE 230 kV Livramento 3 – Compensador Síncrono -90/+150 Mvar;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Maçambara 3, Santa Maria 3 e Cerro Chato; LT 525kV Santa Vitória do Palmar – Marmeiro, C2;
- LT 525kV Marmeiro – Povo Novo, C2;
- LT 525kV Povo Novo – Guaíba 3, C2; LT 525kV Guaíba 3 – Gravataí; LTs 230kV Guaíba 3 – Guaíba 2, CS, C1 e C2; LT 525kV Guaíba 3 – Candiota 2, CD, C1 e C2;
- LT 525kV Guaíba 3 – Nova Santa Rita, C2;
- Seccionamento da LT 525 kV Nova Santa Rita – Povo Novo na SE Guaíba 3;

- SE 525/230-13,8kV Guaíba 3;
- SE 525/230-13,8kV Candiota 2;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Gravataí, Santa Vitória do Palmar, Povo Novo e Nova Santa Rita e Guaíba 2.

Quadro 3.2.1.2.1.11 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15CY. 0043

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15CY. 0043						
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº004/2014, Lote A)						
Iniciativa	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº004/2014, Lote A) Código: 04UF						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033						
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Código: 32225						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
625.959.381	75.176.642	26.929.340	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	37	5	2

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

• Data de início e de conclusão da obra

Os empreendimentos desta ação iniciaram em 06/03/2015, e possuem o prazo de conclusão de 36 meses.

• Execução das metas:

Em 2016 foram investidos R\$ 26,93 milhões na contratação de bens e serviços, obtenção de licenças ambientais e serviços fundiários de liberação de faixa de servidão e de meio ambiente necessários, desde a implantação desses empreendimentos até a respectiva fase de operação.

• Fatores Intervenientes:

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

• Restos a pagar:

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Esta ação é específica para os empreendimentos do Lote A do Leilão ANEEL nº 004/2014, composto por sete novas Subestações, quatorze ampliações em Subestações, somando uma capacidade de transformação de 4.781 MVA. No conjunto de empreendimentos do Lote A, está previsto também a implantação de 1.531 km de Linha de Transmissão em circuito simples e 271 km de Linha de Transmissão em circuito duplo. Todos os empreendimentos estão localizados no Estado do Rio Grande do Sul.

No decorrer de 2016 foram emitidas as seguintes Autorizações Gerais (ou LI) emitidas (válidas):

- SE Cerro Chato (LI);
- SE Vila Maria (nova);
- SE Livramento 3 (nova);
- SE Maçambará 3 (nova);
- SE Alegrete 2;
- SE Nova Santa Rita;
- SE Viamão 3;
- SE Guaíba 2;
- SE Gravataí;
- SE Gravataí 3;
- SEs Porto Alegre 1, Porto Alegre 8 e Porto Alegre 12 (declarada isenta pelo SMAM).

Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação compreende investimentos para a manutenção do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.1.12 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.4471.0001

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.4471.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul	
Iniciativa	Manutenção do sistema de transmissão	Código: 01G2
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
7.511.315	8.482.153	5.140.319

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Os dispêndios alocados nesta atividade referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção. O Departamento de Engenharia e Sistema (DES) é o responsável pela construção das instalações do Centro Regional de Sant'Ana do Livramento (CRLIV), concluído em maio/2016.

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade referem-se a melhorias da infraestrutura, tais como:

- ✓ Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica;
- ✓ Indenização de Servidão/Benfeitorias/Danos em LT em Operação;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torres na LT 230 kV Jorge Lacerda I – Siderópolis;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torre na LT 230 kV Presidente Médice – Santa Cruz 1;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torre na LT 230 kV Londrina – Londrina;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torre na LT 525kV Campos Novos –Nova Santa Rita;
- ✓ Construção da Guarita da PCH Barra do Rio Chapéu;
- ✓ Substituição de para-raios na SELGR – LT Cax5;
- ✓ Substituição de Transformador da SECHA; e
- ✓ Recuperação do autotransformador de 224 MVA da SE Santo Ângelo.

- **Fatores Intervenientes**

As obras remanescentes da implantação da CRLIV (adequações em muretas, calçada, talude, drenos, entre outros serviços) aguardam análise econômica, para prosseguimento da contratação. Está em andamento a contratação das obras para adequação do sistema de esgoto existente do CRLIV, cuja contratação deve ser concluída em 2017. Esta obra será necessária para obtenção do Habite-se da edificação.

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- ✓ Postergação de atividades para o próximo exercício;
- ✓ Fracasso em licitação; e
- ✓ Contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

3.2.1.2.2 Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.2.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4101.0040

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4101.0040	Tipo:Atividade
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	
Título	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
3.912.973	3.687.973	230.756

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

- ✓ Aquisição de câmeras de segurança;

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes obras:

- ✓ Construção de arquivo de documentação permanente;
- ✓ Ampliação do sistema de ar condicionado do edifício sede;
- ✓ Novo sistema anti-incêndio para o arquivo de documentação permanente;
- ✓ Ampliação do Circuito Interno de TV da sede;
- ✓ Estudo e implantação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.2.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4102.0040

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4102.0040	Tipo:Atividade

Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807		
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A Código: 32225		
Ação prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	
15.318.496	7.718.496	722.909	

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

- ✓ Material bibliográfico;
- ✓ Mobiliário específico para Arquivo/Centro de Documentação.
- ✓ Equipamentos de som para auditório;

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício deixaram de serem adquiridos:

- ✓ 10 Veículos pequenos;
- ✓ 02 Caminhonetes;

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.2.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.126.0807.4103.0040

Identificação da Ação		
Código	25.126.0807.4103.0040	Tipo:Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A Código: 32225	
Ação prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
11.100.004	17.016.213	2.416.724

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra de software e hardware, entre os quais, destaca-se:

- ✓ Equipamentos de informática (impressoras);
- ✓ Licenças de Software (Microsoft);
- ✓ Aquisição de switch;
- ✓ Aquisição de Software e Licenças para manter os sistemas de informática atualizados.

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes aquisições:

- ✓ Aquisição de telefones IPs
- ✓ Equipamentos de informática – Monitores, computadores, notebooks
- ✓ Contratação SNEP - Software Livre de Telecomunicações baseado em Asterisk e GNU/Linux;
- ✓ SWITCH PWE3 da família EDDs - Ethernet Demarcation Device;
- ✓ Servidores, terminais;
- ✓ Licenças de Software;
- ✓ CFTV; e
- ✓ SAP - Sistemas, Aplicações e Programas em processamento de dados.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

3.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

As evidências de eventos que tenham relevância no desenvolvimento das ações estão sendo abordadas no item “Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade”.

3.2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

3.0.2.1 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 3.2.3.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2016

Posição em
31.12.2016

Unidade Concedente: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.										
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.										
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:							
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício				
							Início	Fim		
1	1006120001	80629694000160	15.000,00	0	2.000,00	11.000,00	21/06/2012	21/06/2017	1	
1	80620112002	14473286000137	357.000,00	33.000,00	36.000,00	324.000,00	06/02/2012	05/02/2017	1	
1	84420120024	87612982000150	1.878.397,99	381.408,63	0	0	04/07/2012	31/12/2017	1	
1	1110130054	20320503000402	1.867.310,40	684.850,00	277.134,00	542.036,00	06/11/2013	30/05/2016	1	
1	1006130013	75732057000184	49.500,00	4.500,00	3.000,00	12.000,00	22/11/2013	20/11/2018	1	
1	1006130017	78200482000110	67.500,00	22.500,00	0	3.000,00	21/11/2013	20/11/2018	1	
1	1006130021	79372108000246	17.700,00	2.700,00	4.000,00	10.000,00	19/12/2013	18/12/2018	1	
1	1006130022	5945352000133	15.000,00	0	0	0	19/12/2013	18/12/2018	1	
1	1006130023	88830609000139	491.505,00	446.505,00	4.500,00	13.500,00	29/05/2014	29/05/2019	1	
1	1006130003	76282656000106	65.440,00	5.440,00	12.000,00	24.000,00	28/02/2013	28/02/2018	1	
1	1006130001	0079057000128	30.000,00	0	2.000,00	12.000,00	28/02/2013	28/02/2018	1	
1	1110140010	88630413000281	1.777.107,28	391.487,28	0	715.075,00	27/07/2014	26/02/2017	1	
1	1006130018	76417005000186	974.162,80	704.162,80	27.000,00	81.000,00	29/05/2014	28/05/2019	1	
1	1006130002	05997360000123	15.000,00	0	3.000,00	12.000,00	22/02/2013	21/02/2018	1	
1	1303150006	83477646000191	370.000,00	20.000,00	0	306.028,00	03/11/2015	02/01/2016	1	

Total	7.990.623,47	2.696.553,71	370.634,00	2.065.639,00			
LEGENDA							
Modalidade:		Situação da Transferência:					
1 - Convênio		1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído					
		5 - Excluído					
		6 - Rescindido					
		7 - Arquivado					
Fonte: DGI/SETAD							

Quadro 3.2.3.2 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						
Name:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ:	00.073.957/0001-68					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	1	3	370.634,00	631.930,00	834.075,00
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0
Totais		1	3	370.634,00	631.930,00 *	834.075,00

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI/SETAD)

* No Relatório de gestão 2015, informado em 2016, teve como “montante repassado no exercício” o valor de R\$ 628.452,40 em função de informações de prestação de contas dos contratos 1110130054 e 1006130013, informadas neste relatório, não observando o lapso temporal de 31.12.2015.

Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores:

Dos convênios apresentados no quadro 3.2.3.1, os convênios 1303150006 e 1110130054 tiveram sua vigência encerrada no exercício de 2016, sendo que a Eletrosul participou como convenente, tendo apresentado a sua prestação de contas para a concedente.

Para os demais convênios apresentados, não houve no exercício de 2016 Prestações de Contas Finais, apenas parciais.

Análise crítica por Convênio:

Convênio 1006120001:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 80620112002:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: A Transferência de recursos ocorre conforme cronograma de desembolso da concedente, sendo que a primeira transferência (2012) foi de R\$180.000,00 enquanto nos demais exercícios foram/serão de R\$36.000,00, resultando no valor total de R\$324.000,00.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: O gestor do convênio passou a receber a prestação de contas em duas etapas ao longo do ano sendo que uma no mês de agosto de 2016 e a outra até o mês de fevereiro do ano seguinte (2017), estando de acordo com a Norma de Gestão Empresarial NG-082, PG082.02.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: A documentação de comprovação técnica está documentada em Plano de trabalho, item 3. Cronograma de Execução, metas 1, 2 e 3, as quais estão sendo realizadas conforme o detalhamento do referido documento.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: A transferência de recursos está sendo realizada em parcelas conforme o cronograma de desembolso da Concedente. A área Administrativa da Divisão Regional do Oeste (DROE) avaliou a documentação entregue e emitiu o atestado de cumprimento de evento contratual de nº 007 / 2016.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: Não aplicável.

Convênio 84420120024:

Não houve transferência de recursos.

Convênio 1110130054:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito do Convênio em referência foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas através do acompanhamento de relatórios de atividades e prestações parciais de contas dos valores transferidos.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Não aplicável..

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: Não aplicável..

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: Não aplicável.

Convênio nº 1006130013

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio nº 1006130017

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Aguardamos a prestação de contas da 1ª parcela, desde 2013. Em função do exposto, não foram realizados novas transferências de recursos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiários do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões trimestrais de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiários, o que permite o acompanhamento das metas, previstas no plano de trabalho e a efetiva aplicação dos recursos transferidos pelo Convênio, neste caso não tem funcionado por parte da prefeitura pela falta de estrutura e gestão do Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização de reuniões de avaliações dos projetos, trimestrais, facilita e permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130021:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiários do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130022:

Não houve transferência de recursos.

Convênio 1006130023:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiários do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130003:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130001:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiários do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1110140010:

Não houve transferência de recursos.

Convênio 1006130018:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiários do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130002:

No exercício de 2016 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1303150006:

Não houve transferência de recursos. A prestação de contas final ocorreu em 2015.

3.2.4 Informações sobre a Realização da Receitas

Quadro 3.2.4.1 Principais Fontes Próprias de Receita

Grupo de Receitas (Valores em R\$)	Realizado 2016	Realizado 2015	Var. 2016/2015
Receitas	1.878.900.365	2.713.300.774	-30,8%
Operacional	1.666.176.632	1.642.637.352	1,4%
<i>Comercialização</i>	257.194.142	290.377.011	-11,4%
<i>Geração</i>	428.415.072	361.838.513	18,4%
<i>Transmissão</i>	927.563.444	904.578.425	2,5%
<i>Prestação de Serviços</i>	40.965.840	46.983.771	-12,8%
<i>Outras</i>	12.038.134	38.859.632	-69,0%
Não Operacional	212.723.733	1.070.663.422	-80,1%
<i>Desativações e Alienações</i>	209.911	845.087.105	-100,0%
<i>Renda de Aplicação Financeira</i>	34.549.641	34.946.307	-1,1%
<i>Indenizações - Prorrog. Concessões</i>	0	26.795.143	-100,0%
<i>Lei 8.727/93</i>	135.272.200	131.840.868	2,6%
<i>Dividendos e JCP</i>	18.033.108	11.421.179	57,9%
<i>Renda de Repasse LP</i>	204.774	329.594	-37,9%
<i>Outras Receitas não Operacionais</i>	24.454.099	20.243.226	20,8%
Recursos P/ Aumento Pat. Líquido	0	0	-
Retorno Financiamento de Longo Prazo	1.349.759	1.284.063	5,1%
Recursos de Financiamentos de LP	4.287.014	250.901.115	-98,3%
<i>Operações Internas - Moeda</i>	4.287.014	250.901.115	-98,3%
<i>Operações Internas - Bens e Serviços</i>	0	0	-
<i>Operações Externas - Moeda</i>	0	0	-
<i>Operações Externas - Bens e Serviços</i>	0	0	-
Recursos de Financiamentos de CP	250.000.000	200.000.000	25,0%
Outras Fontes	0	0	-
Total de Recursos	2.134.537.138	3.165.485.952	-32,6%

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Os dados utilizados para as informações acima apresentadas foram extraídas do Relatório da Administração 2016 – Regulatório.

3.2.4.1 Análise crítica da realização das receitas

A execução orçamentária da realização das receitas apresentou uma redução de 32,6% em relação ao ano de 2015. Essa redução foi impulsionada pelas Receitas Não Operacionais e pelos Recursos de Financiamentos de Longo Prazo, que apresentaram variação negativa de 80,1% e 98,3%, respectivamente.

Ressalta-se, para fins de informação, que todas as rubricas que compõem os recursos apresentaram realização orçamentária abaixo dos limites aprovados pelo Decreto nº 8.931, de 14/12/2016.

As rubricas que apresentaram variação significativa, quando comparado ao ano anterior, foram:

- a) **Receita Operacional (1,4%)** – A variação desta rubrica foi impactada principalmente pelo aumento na Receita de Geração e a redução em Outras Receitas Operacionais. O aumento na Receita de Geração deve-se a entrada em operação comercial dos Parques Eólicos Coxilha Seca, Galpões e Capão do Inglês, no início de 2016. Já a variação observada em Outras Receitas Operacionais refere-se à repactuação do Risco Hidrológico de geração de energia elétrica, apurado no ano de 2015, conforme Lei nº 13.203, de 08/12/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684, de 11/12/2015.
- b) **Receita Não Operacional (- 80,1%)** – A redução significativa na realização deste item é explicada pela venda, para a Eletronorte, dos ativos (imobilizado e participação) PVTE - Porto Velho Transmissora de Energia, NBTE - Norte Brasil Transmissora de Energia e Construtora Integração, em 2015, contribuindo para o aumento nas receitas daquele ano. Em 2016 o destaque, na realização, ficou por conta da receita referente à Lei nº 8.727/93, que representou 64% das receitas não operacionais. Já na rubrica Dividendos e JCP o aumento corresponde à apropriação dos dividendos das controladas ETAU, Uirapuru e Costa Oeste.
- c) **Recursos de Financiamentos de Longo Prazo (- 98,3%)** – Em 2015 a empresa apresentava diversas obras em fase de conclusão, havendo uma maior necessidade de captação de recursos de terceiros para fazer frente aos investimentos. Considerando a conclusão dessas obras em 2016, houve uma redução na captação de recursos junto a instituições financeiras, ocorrendo somente o recebimento do saldo remanescente de R\$ 4,3 milhões, provenientes de Contratos de Financiamento firmados com o BNDES, relativos aos contratos sob nº 1221451.1 e 1220004.1 da empresa RS Energia, incorporados pela Eletrosul em 2013.
- d) **Recursos de Financiamentos de Curto Prazo (25%)** – No ano de 2015 houve a necessidade de captar um empréstimo de curto prazo, por meio da 1ª emissão de Notas Promissórias, precedente a uma operação de longo prazo a ser captada por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), coordenada pelo Banco BTG Pactual, com a finalidade de cumprir o cronograma de investimentos. Considerando que a operação de FIDC só virá a se concretizar no início de 2017, fez-se necessária a obtenção de um novo empréstimo de curto prazo, no ano de 2016, por meio da 2ª emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$ 250 milhões, para cobertura do fluxo de caixa da empresa.

3.2.5 Informações sobre a Execução das Despesas

As informações sobre a execução orçamentária da despesa destacam-se por modalidade de contratação e por grupo orçamentário.

3.2.5.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

A Eletrosul por não ser uma empresa da administração direta não possui fase de liquidação, adaptando este quadro e considerando sua principal fase de realização, a econômica.

Quadro 3.2.5.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Em R\$

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico	
	2016	2015
Modalidade de Licitação	182.298.943	204.849.585
Convite	155.677	189.833
Tomada de Preços	968.868	4.232.066
Concorrência	50.860.666	53.443.184
Pregão	130.313.732	146.984.502
Contratações Diretas	53.284.161	213.693.996
Dispensa	48.851.459	206.179.246
Inexigibilidade	4.432.702	7.514.750
Pagamento de Pessoal	404.168.800	369.307.606
Pessoal, Encargos e Benefícios	394.002.099	355.601.452
Diárias	10.166.701	13.706.154
Outros	1.882.766.366	2.384.051.314
Inversões Financeiras	447.389.426	924.789.307
Serviço da Dívida	665.226.432	836.265.553
Tributos e Encargos Parafiscais	193.514.755	187.981.113
Compra de Energia	283.686.265	226.417.323
Indenizações	2.030.155	5.287.644
Dividendos/PLR	71.711.877	30.516.135
TUST/TUST	19.735.585	16.835.622
Contencioso Judicial/Trabalhista	43.465.727	17.656.249
Demais Pagamentos	156.006.144	138.302.368
Total	2.522.518.270	3.171.902.501

Fonte: Departamento Econômico-financeiro (DEF)

3.2.5.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 3.2.5.2.1 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	Realizado 2016	Realizado 2015	Var. 2016/2015
Pessoal e Encargos Sociais	378.422.519	340.413.929	11,2%
Serviços de Terceiros	120.846.172	121.264.853	-0,3%
Utilidades e Serviços	3.987.578	3.958.159	0,7%
Materiais e Produtos	313.616.716	256.103.651	22,5%
Tributos e Encargos Parafiscais	193.514.755	187.981.113	2,9%
Juros e Outros	438.430.243	358.231.844	22,4%
<i>Operações Internas</i>	155.731.501	144.639.239	7,7%
<i>Outras Fontes</i>	282.698.741	213.592.605	32,4%
Outros Dispêndios Correntes	213.718.301	198.686.843	7,6%
Total Despesas Correntes	1.662.536.284	1.466.640.392	13,4%
Investimento	140.055.049	302.439.093	-53,7%
Inversões Financeiras	447.389.427	924.789.307	-51,6%
Amortização de Principal	226.796.189	478.033.709	-52,6%
<i>Operações Internas</i>	170.869.444	438.467.758	-61,0%
<i>Outras Fontes</i>	55.926.745	39.565.951	41,4%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0	-
Dividendos	45.741.321	0	-
Total Despesas de Capital	859.981.986	1.705.262.109	-49,6%
Total Despesas	2.522.518.270	3.171.902.501	-20,5%

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Os dados utilizados para as informações acima apresentadas foram extraídas do Relatório da Administração 2016 – Regulatório.

3.2.5.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Todas as despesas são executadas diretamente pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

3.2.5.4 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta.

3.2.5.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta.

3.2.5.6 Análise crítica da realização da despesa

A execução orçamentária das despesas apresentou uma redução de 20,5% em relação ao ano de 2015. Essa variação reflete, basicamente, a uma redução na realização das Despesas de Capital.

Ressalta-se, para fins de conhecimento, que todas as rubricas que compõem os dispêndios apresentaram realização orçamentária abaixo dos limites aprovados pelo Decreto nº 8.931, de 14/12/2016.

As Despesas Correntes apresentaram um aumento de 13,4% quando comparadas ao ano anterior, cujas rubricas que contribuíram para essa variação, foram:

- a) **Pessoal e Encargos Sociais (11,2%)** – O acréscimo decorre, principalmente, do reajuste anual dos salários e benefícios dos empregados.
- b) **Materiais e Produtos (22,5%)** – A variação significativa destaca-se pela rubrica de Compra de Energia, para atender os contratos de *Power Purchase Agreement* (PPA), firmados com Teles Pires Participações S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A.
- c) **Juros e Outros / Outras Fontes (32,4%)** – O aumento verificado neste item coube à repactuação da dívida com a Eletrobras Holding, além dos juros e encargos do empréstimo de curto prazo com apropriação somente a partir do terceiro quadrimestre em 2015 e para todo o período em 2016.

As Despesas de Capital sofreram uma redução de 49,6% quando comparado ao ano de 2015. Neste contexto, destacam-se as rubricas que apresentaram variação significativa:

- a) **Investimento (-53,7%)** – A postergação de captação de recursos para 2017, aliada a busca por parceiros para execução do empreendimento relativo ao Leilão Aneel nº 004/2014 – Lote A, associados ao contingenciamento no orçamento, foram fatores relevantes que contribuíram para a baixa realização dos investimentos no ano de 2016.
- b) **Inversões Financeiras (-51,6%)** – A postergação de captação de recursos para 2017, associados ao contingenciamento no orçamento, foram fatores relevantes que contribuíram para a baixa realização dos investimentos no ano de 2016.
- c) **Amortização / Operações Internas (-61,0%)** – A variação expressiva decorre da baixa do Serviço da Dívida da Empresa PVTE, no exercício de 2015, em função da venda do ativo à Eletrobras Holding. Se não considerarmos os valores dessa operação, a variação na rubrica seria uma redução de 6,0%.
- d) **Amortização / Outras Fontes (41,4%)** – A variação apresentada decorre da amortização, no valor de R\$ 36,7 milhões, referentes ao contrato de financiamento ECF-3037/13, firmados com a Eletrobras Holding.
- e) **Dividendos** – Provisão da distribuição de dividendos em 2017, na ordem de R\$ 45,7 milhões.

3.3 Desempenho Operacional

A Assessoria de Gestão Empresarial (ASG) apresenta mensalmente ao Conselho de Administração da Eletrosul o relatório de indicadores de desempenho operacional, intitulado Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), com o objetivo de promover o monitoramento, controle e definição de providências necessárias em caso de descumprimento de metas.

Os resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional, incluindo análise comparativa dos índices previstos, estão descritos a seguir:

Quadro 3.3.1 Indicadores de Desempenho (CMDE)

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Participação do PMSO na ROL	56,1%	27,6%	Anual	PMSO Ajustado (controladora)/ ROL Ajustada (controladora)
Dívida Líquida Consolidada	8,00	1,70	Anual	Dívida Líquida (Consolidado)/ EBITDA Ajustado (Consolidado)
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	2,9%	20%	Anual	Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido
Realização dos Investimentos	90,0%	63,7%	Anual	Investimento Realizado (Consolidado)/ Investimento Aprovado (Consolidado)
Margem % do EBITDA	49,8%	73,5%	Anual	EBITDA (Consolidado)/ ROL (Consolidado)
Disponibilidade de Geração	0,990	0,996	Anual	$\frac{(1 - \text{TEIFa}) \times (1 - \text{TEIP})}{(1 - \text{TEIFRef}) \times (1 - \text{TEIPRef})}$
Disponibilidade de Transmissão	99,75%	99,69%	Anual	Indicador de Disponibilidade = $\frac{\sum_{i=1}^N (\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i)}{\sum_{i=1}^N (\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hp}_i)} \times 100 [\%]$
Parcela Variável descontada na Transmissão (PV)	2,85%	0,91%	Anual	$PV = PV_1 + PV_{RO} + \text{Parcela}_{Atraso\ de\ Obra}$ $PV\% = \frac{PV}{PB}$
Satisfação dos Colaboradores	N/A	N/A	Bianual	Valor obtido na Pesquisa de Clima Organizacional
ISE Bovespa (Dimensão Econômico-Financeira)	54,4	56,0	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Econômico-Financeira)
ISE Bovespa (Dimensão Social)	61,0	72,2	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Social)
ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)	53,3	60,2	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)
ISE Bovespa (Dimensão Mudanças Climáticas)	51,0	67,0	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Mudanças Climáticas)

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

A análise crítica do resultado destes indicadores bem como as eventuais dificuldades enfrentadas pela Eletrosul para seu atingimento serão melhor abordadas no item 3.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho a seguir abordados.

3.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicadores Econômico-Financeiros – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE):

Participação do PMSO na ROL

Objetivo da Meta: Reduzir gastos com PMSO em relação a Receita Operacional Líquida.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Quantifica a participação dos Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) na Receita Operacional Líquida (Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre Receita e Encargos Setoriais) da empresa. Os dados utilizados para esta informação são contábeis via demonstrações financeiras.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
56,1	27,6

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
59,9	54,6

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: O resultado apurado evidencia o atingimento da meta no período. Como fator preponderante para o indicador destaca-se o aumento nas receitas do segmento de transmissão, em especial pelo reconhecimento da receita financeira decorrente dos efeitos da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabelece remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

Dívida Líquida Consolidada

Objetivo da Meta: Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional.

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

É uma medida da alavancagem financeira da companhia. Ele indica o números de anos de fluxo de caixa requeridos para pagar todas as dívidas da companhia.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
8,00	1,70

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
8,2	N/D*

* Resultado indisponível em função do resultado do EBITDA negativo no encerramento do exercício. Nesse caso, conforme previsto no CMDE, na impossibilidade de composição do indicador em decorrência de

Ebitda negativo será considerado para efeito de estabelecimento de meta e apuração a componente Dívida Líquida, que resultou em R\$ 3.792.999, frente a uma projeção de R\$ 4.191.524.

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: O resultado apurado evidencia o atingimento da meta no período. A apuração desse indicador inclui a Receita do Ativo Financeiro relativo à RBSE para o cálculo do EBITDA. Dentre os fatores que afetaram o EBITDA destaca-se a equivalência patrimonial positiva, resultante da reversão de provisão efetuada pela SPE ESBR Participações S/A.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Objetivo da Meta: Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor 

Revela quanto à empresa teve de lucro líquido (prejuízo líquido) para cada Real de capital próprio. Trata-se de um indicador clássico de lucratividade para a análise de qualquer tipo de empresa.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
2,9	20

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
2,1	-16,9

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: A realização do indicador foi favorável devido, principalmente, ao reconhecimento da Receita do Ativo Financeiro relativo à RBSE. Também, destacam-se: a equivalência patrimonial positiva, e a venda à Eletronorte dos ativos inerentes ao contrato de transmissão 010/2009 concretizada em julho de 2015, sendo que na projeção do CMDE o fato não foi considerado.

Realização dos Investimentos

Objetivo da Meta: Aumentar o nível histórico de realização dos Investimentos.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor 

Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
90,0	63,7

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
90,0	65,5

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o acompanhamento da realização orçamentária.

Análise Crítica: A realização inferior ao planejamento de investimentos para 2016 foi ocasionada pelo impacto de medidas necessárias ao equilíbrio econômico-financeiro da gestão de caixa da empresa, decorrente da postergação para o início de 2017 da captação de recursos, objeto da constituição do FIDC no valor de até R\$ 750.000 mil, recursos imprescindíveis à retomada dos investimentos em curso..

Margem % do EBITDA

Objetivo da Meta: Aumentar a Margem% do EBITDA frente à Receita Operacional Líquida.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Expressa a capacidade de geração de caixa operacional através das operações da empresa. Por não incluir as despesas com depreciação e amortização e a equivalência patrimonial, a margem do Ebitda pode ser vista como uma aproximação do fluxo de caixa (e não do lucro) da empresa.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
49,8	73,5

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
40,8	-3,1

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: O atingimento da meta deve-se, principalmente, pelo reconhecimento da Receita do Ativo Financeiro relativo à RBSE. Se não houvesse o reconhecimento da referida Receita, o resultado seria favorável devido à equivalência patrimonial.

ISE Bovespa – Dimensão Econômica

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho econômico, segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Nesta dimensão, o questionário avalia os processos de planejamento estratégico, a gestão dos ativos intangíveis e qualifica a empresa em relação aos riscos diversos. Há também nesta dimensão, os critérios relacionados ao desempenho financeiro e lucratividade e os critérios de cumprimento das normas legais de apresentação dos resultados.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
54,4	56,0

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
53,7	62,0

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Com o resultado de 56,0 pontos, a empresa superou em 2,9% a meta estabelecida. Houve redução de 9,68% em relação ao resultado obtido em 2015, impactado pelas respostas nas questões ECO8 e ECO16, bem como alterações nas questões ECO7.1 e ECO 12.

Indicadores Operacionais – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE):

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Objetivo da Meta: Reduzir a Parcela Variável Descontada em Transmissão (PVI).

Fórmula = PV/PB

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

- **PV** – Parcela Variável
- **PB** – Pagamento Base da função transmissão.

Demonstra, em termos percentuais, o valor descontado da receita de transmissão por indisponibilidades no sistema de transmissão da Eletrosul, sendo uma penalidade imposta pela Aneel.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
2,85	0,91

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
2,85	0,83

Periodicidade: Meta anual, com acompanhamento realizado mensalmente.

Análise Crítica: O indicador PVI acumulado de 2016 permaneceu acima da meta pactuada, visto que o ONS não tem apurado e contabilizado as ocorrências desde a entrada em vigência da Resolução Normativa ANEEL REN 729/2016 (assinada em 28/06/2016).

Índice de Disponibilidade de Geração (DISPGR)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Geração para todas as usinas da empresa

Fórmula = $\frac{(1-\text{TEIFa}) \times (1-\text{TEIP})}{(1-\text{TEIF Ref}^*) \times (1-\text{TEIP Ref})}$

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

- **TEIFa** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade forçada

- **TEIP** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade programada
- **TEIP Ref e TEIF Ref** – Valores de TEIP e TEIF estabelecidos como referência.

Este indicador expressa o período em que as unidades geradoras estão aptas a gerar energia, quando considerado determinado intervalo de tempo.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
0,990	0,996

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
0,980	0,994

Periodicidade: Meta anual, com acompanhamento realizado mensalmente.

Análise Crítica: O indicador DISPGR acumulado de 2016 ficou dentro da meta pactuada.

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (DISPLT)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão

Fórmula = Indicador de Disponibilidade =
$$\frac{\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i \right)}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hp}_i \right)} \times 100 [\%]$$

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor \uparrow

Definições:

- **extLT_i** - Extensão total do circuito da linha de transmissão “i” em quilômetros
- **Hd_i** - N° de horas disponíveis do circuito da linha de transmissão “i”
- **Hp_i** - N° total de horas de existência do circuito da linha de transmissão “i” no período considerado
- **N** - N° total de circuitos de linhas de transmissão, sendo “i” o contador do número de circuitos de linhas de transmissão.

A disponibilidade de uma linha de transmissão indica o percentual do tempo em que esta permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
99,75	99,69

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
99,75	99,96

Periodicidade: Meta anual, com acompanhamento realizado mensalmente.

Análise Crítica: O indicador DISPLT acumulados de 2016, ficou abaixo da meta pactuada, tendo em vista as quedas de torres das Linhas de transmissão LT 230KV JLB-SID 1, LT 230kV ARE-PGN e da LT 525 kV CNO-NSR, que ocorreram no mês de outubro, classificadas como caso fortuito ou de força maior.

Indicadores Socioambientais – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE):

Satisfação dos Colaboradores

Objetivo da Meta: Aumentar o nível de satisfação dos colaboradores.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Também chamado de Índice de Favorabilidade é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa de Clima Organizacional. É uma forma de mensurar o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional. Tem como output um plano de melhorias.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
*	*

* Não houve aplicação da Pesquisa em 2016.

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
66,00	69,27

Periodicidade: Meta bianual, de acordo com o resultado da Pesquisa de Clima Organizacional.

Análise Crítica: Não houve aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional no ano de 2016.

ISE Bovespa – Dimensão Social

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho social segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na Dimensão Social, são avaliados critérios relacionados às relações de trabalho e formas de discriminação (raça, cor, gênero, orientação sexual); critérios de conduta empresarial, ética e, relações com o público interno (empregados) e externo (comunidade). Há critérios que formalizam

as relações com os fornecedores e parâmetros para medir o quanto a empresa influencia e exige os mesmos padrões éticos em sua cadeia de suprimentos, por meio de avaliação sistemática de seus fornecedores; existem nesta dimensão, também indicadores de avaliação das demandas e satisfação dos clientes, bem como, indicadores de desempenho e cumprimento legal na esfera social (clientes, consumidores e fornecedores).

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
61,0	72,2

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
61,0	70,2

Periodicidade: Meta anual, de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Com o resultado de 72,18 pontos, a empresa superou em 18,3% a meta estabelecida. Houve uma melhora de 2,82% em relação ao resultado obtido em 2015, principalmente devido ao refinamento das questões SOC1.3.1, SOC2 e SOC19.

ISE Bovespa – Dimensão Ambiental

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho ambiental para segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na dimensão ambiental, verifica-se a existência de política corporativa ambiental; analisam-se critérios de responsabilidade socioambiental, bem como, gerenciamento e monitoramento das políticas socioambientais. Há critérios que também avaliam o posicionamento da empresa, no tocante ao consumo de recursos e emissão de resíduos e, finalmente, critérios relacionados ao cumprimento legal dos quesitos ambientais.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
53,3	60,2

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
50,5	61,0

Periodicidade: Meta anual, apurada de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Com o resultado de 60,2 pontos, a empresa superou em 12,9% a meta estabelecida. Houve ligeira redução de 1,3% em relação ao resultado obtido em 2015, impactado

pelas respostas nas questões AMB A-1, AMB A-3 E AMB A-12, bem como pelas alterações nas questões AMB A-5, AMB A-14 e AMB A-15.

ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado a alterações climáticas segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na dimensão mudanças climáticas, o foco é na existência de política corporativa, quanto aos compromissos, abrangência e divulgação; no critério gestão, são avaliados o planejamento/gestão de riscos e oportunidades, inventário de emissões, sistemas de gestão e diálogo com partes interessadas; resultados e nível de abertura das informações sobre o tema.

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
51,0	67,0

META ANUAL 2015	REALIZADO ANUAL 2015
51,0	68,7

Periodicidade: Meta anual, apurada de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Com o resultado de 67,0 pontos, a empresa superou em 31,3% a meta estabelecida.

A redução na pontuação do desempenho dessa dimensão de 68,7 em 2015 para 67,0 em 2016 deveu-se a alteração na questão “CLI-10” com consequente piora no atendimento ao indicador “3 - Gestão da Mitigação” (de 11 para 6,75). Constatamos que o peso atribuído a este indicador, bem como a máxima e a média também reduziram em relação ao ano anterior. Adicionalmente, a inclusão da questão “CLI-13” referente a precificação de carbono que não se aplica a Eletrosul contribui na piora do resultado, já que esta questão não possui como opção de resposta a alternativa “não se aplica”.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

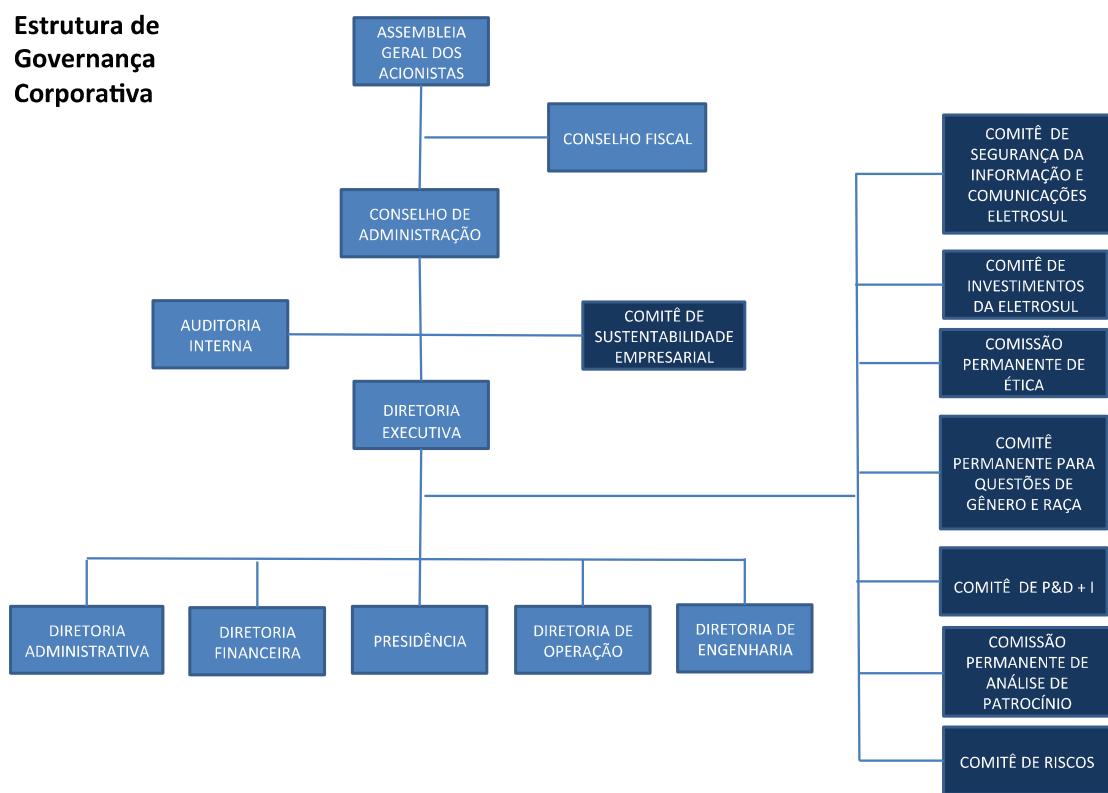
4.1 Descrição das Estruturas de Governança

A Eletrosul cumpre suas atribuições, definidas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em que apresenta sua Alta Administração, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A empresa conta, ainda, com a atuação de seu Conselho Fiscal, órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul, verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários.

A governança corporativa da Eletrosul vem sendo aprimorada com base no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), incorporando valores de desenvolvimento sustentável, aspectos de responsabilidade social e ambiental com as partes interessadas e critérios de excelência de gestão exigidos pelo mercado e pela sociedade em geral, uma vez que suas práticas de gestão impactam na valorização da *Holding Eletrobras*.

Figura 2 Órgãos de Governança Corporativa na estrutura da empresa



Assembleia Geral dos Acionistas

A Assembleia Geral dos Acionistas é convocada e instalada de acordo com a legislação pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul.

A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher e por um secretário escolhido entre os presentes.

Tem poderes para decidir sobre todos os negócios da Empresa e adotar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e o seu desenvolvimento.

A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede da Eletrosul para:

- I-Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II-Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- III-Eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- I-Alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- II-Operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
- III-Permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- IV-Reforma do Estatuto Social e;
- V-Outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da Empresa.

Os membros do Conselho de Administração têm os mesmos deveres dos administradores, de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/76, e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo ou com violação da Lei ou do Estatuto Social.

O mais alto órgão de governança da Empresa, o Conselho de Administração da Eletrosul, é integrado por até seis membros, quatro dos quais são indicados pela Eletrobras.

Um dos membros é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e outro membro é eleito pelos empregados, escolhido por voto direto em eleição da qual participam empregados efetivos.

O Conselho tem a função de delegar à Diretoria Executiva autoridade para a gestão dos negócios, incluindo temas relacionados a desempenho econômico, ambiental e social, e tem a função de dar direcionamento estratégico, orientar e acompanhar os resultados dos principais programas e projetos aprovados.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Eletrosul, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, conforme estatuto social da empresa, cabe também ao Conselho de Administração:

- I-Estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;

- II–Autorizar a Eletrosul a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- III–Autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- IV–Autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- V–Eleger e destituir Diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- VI–Deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Eletrosul, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho da Administração da Eletrobras;
- VII–Aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para copor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- VIII–Aprovar a estrutura organizacional da Eletrosul;
- IX–Monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- X–Aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- XI–Autorizar a Eletrosul a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- XII–Escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- XIII–Elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno da Eletrosul;
- XIV–Deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Eletrosul em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- XV–Deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- XVI–Deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- XVII–Autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- XVIII–Convocar as Assembleias Gerais;
- XIX–Autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- XX–Deliberar sobre o afastamento dos Diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- XXI–Avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- XXII–Aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- XXIII–Deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente o último exercício social encerrado;
- XXIV–Aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, por meio do qual a Eletrosul se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- XXV–Decidir os casos omissos neste Estatuto.

Presidência e Diretorias

A Diretoria Executiva é um dos órgãos responsáveis pela Administração da Empresa, conforme definido no Estatuto Social da Eletrosul. A Diretoria Executiva da Eletrosul é composta por 4 Diretorias (Administrativa, Financeira, de Engenharia e de Operação) e uma Presidência, sendo que as responsabilidades inerentes a cada um desses órgãos estão descritas nas Normas Organizacionais de cada Diretoria e da Presidência.

As Diretorias e a Presidência são os órgãos responsáveis pelo planejamento, coordenação e controle de atividades específicas de suas áreas de atuação.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado, de caráter permanente, tem suas funções previstas em Lei e no Estatuto Social da Empresa.

Os membros do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos administradores, de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/76, e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da Lei ou do Estatuto Social.

É composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Este Conselho se reúne, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor-Presidente da Eletrosul ou de qualquer de seus membros, e as reuniões serão registradas em atas.

É responsável pela fiscalização dos atos da alta administração da Empresa e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

I – pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

II – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V – opinar sobre o regulatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Eletrosul;

VII – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Eletrosul, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Eletrosul;

VIII – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX – analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI – exercer atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação da Eletrosul;

XII – assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que deliberar sobre assuntos os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;

XIII – fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e

XIV – examinar o plano de auditoria interna.

Órgão de Assessoramento

Todos os órgãos de assessoramento possuem suas atribuições e responsabilidades descritas nas Normas Organizacionais de suas áreas.

Os Órgãos de Assessoramento prestam assessoramento ao Conselho de Administração, à Presidência e às Diretorias na formulação de estratégias e planos de ação. Na Empresa possuímos os seguintes órgãos de Assessoramento: Auditoria, Assessorias, Secretaria Geral e Ouvidoria.

Administração Intermediária

Todos os órgãos que compõe a Administração Intermediária possuem suas atribuições e responsabilidades descritas nas Normas Organizacionais de suas áreas, formalmente aprovados pela Diretoria Executiva.

A Administração Intermediária é constituída de órgãos, organizados por meio de departamentos responsáveis pela operacionalização dos programas de trabalho.

Administração Operacional

Todos os órgãos que compõe a Administração Operacional possuem suas atribuições e responsabilidades descritas nas Normas Organizacionais de suas áreas, formalmente aprovados pela Diretoria Executiva.

A Administração Operacional é composta por órgãos que executam os planos de trabalho previamente estabelecidos referentes às suas atividades específicas e organizados por meio de divisões, coordenadorias e/ou centros regionais de manutenção/operação.

Auditoria

A Auditoria Interna, vinculada estatutariamente ao Conselho de Administração, possui suas atribuições e competências estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo referido Colegiado. A Auditoria também possui suas responsabilidades e atribuições descritas em Norma Organizacional.

Suas atividades são realizadas com base nas melhores práticas de auditoria, preconizadas internacionalmente, e estão previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que se fundamenta em Matriz de Riscos específica.

Os resultados das atividades da Auditoria Interna são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Presidência da Eletrosul e à Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do Relatório Mensal de Atividades da Auditoria, e, anualmente, por meio do Relatório de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

Comitês e Comissões de Apoio

• Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul (CSEE)

O Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul foi criado por meio da RCA 230-05, de 28/06/2007. Há um Regimento Interno para o Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul (CSEE) que estabelece o objetivo, as atribuições e a composição desse Comitê.

Vinculado ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, tem objetivo de assessorar a Alta Administração nos assuntos relacionados com a sustentabilidade da Empresa, nas dimensões econômica, social e ambiental, por meio da identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com os públicos de interesse e na imagem da Empresa.

É composto atualmente por 11 membros. Além do Diretor-Presidente da Empresa, conta com a participação do Gerente da Assessoria de Gestão Empresarial, como Secretário-Executivo, com o Chefe de Gabinete da Presidência, quatro Assistentes de Diretor e quatro Gerentes de Assessorias de Gestão de Diretoria.

São atribuições do Comitê:

I - Assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva em assuntos relacionados à sustentabilidade;

II - Avaliar as políticas e propor diretrizes empresariais que contemplem a gestão sustentável – acompanhamento e avaliação de resultados;

III - Propor a implementação e manter programa de melhoria de gestão sustentável alinhada ao planejamento estratégico;

IV - Acompanhar a elaboração dos relatórios corporativos;

V - Avaliar e formular recomendações com respeito à estratégia de relacionamento da Empresa com seus diversos públicos (interno e externo);

VI - Dar cumprimento aos requisitos do Pacto Global e compromissos de desenvolvimento do milênio, assumidos pelo governo federal junto à ONU, dos quais a Eletrosul é signatária;

VII - Atender o comitê de sustentabilidade do sistema Eletrobras e manter programa de ações de conscientização do público interno sobre sustentabilidade empresarial;

VIII - Avaliar e recomendar ações no plano de melhoria de gestão, focada em ações de sustentabilidade, nas dimensões econômico-financeira, social e ambiental.

• Comitê de Segurança da Informação e Comunicações Eletrosul

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Eletrosul foi criado pela Diretoria Executiva em 05/06/2014, por meio da Resolução de Diretoria RD-1524-02.

O Comitê é composto por empregados representantes de cada uma das cinco Diretorias da Empresa.

Tem a função de assessorar a Diretoria Executiva e propor normas para a implementação das ações de segurança da informação e comunicações da Eletrosul, formulando e conduzindo diretrizes para

a Política de Governança de Tecnologia da Informação, tendo suas atribuições descritas a seguir, nos termos da PRD DGI-0012/2014:

- I - Coordenar as ações de Segurança da Informação e Comunicações;
- II - Aplicar as ações corretivas e disciplinares cabíveis nos casos de quebra de segurança;
- III - Propor programa orçamentário específico para as ações de Segurança da Informação e Comunicações;
- IV - Instituir e implementar equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais;
- V - Colaborar com os trabalhos relacionados com os resultados consolidados das auditorias de gestão de Segurança da Informação e Comunicações;
- VI - Assessorar na implementação das ações de Segurança da Informação e Comunicações;
- VII - Constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre Segurança da Informação e Comunicações;
- VIII - Promover a revisão da Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de Segurança da Informação e Comunicações;
- IX - Propor à Diretoria Executiva a Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas relativas à Segurança da Informação e Comunicações;
- X - Promover cultura de Segurança da Informação e Comunicações;
- XI - Formular e conduzir diretrizes para a Política de Governança de Tecnologia da Informação, analisar periodicamente sua efetividade, propor normas e mecanismos institucionais para melhoria contínua, bem como assessorar, em matérias correlatas, a Diretoria Executiva; e,
- XII - Realizar e acompanhar estudos de novas tecnologias, quanto a possíveis impactos na Segurança da Informação e Comunicações.

- **Comitê de Investimentos da Eletrosul (CIE)**

Analisa projetos de investimento e desinvestimentos para garantir a aderência das propostas à estratégia, às políticas de investimentos e de riscos e à estrutura de governança da Eletrosul, subsidiando a tomada de decisões pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Investimentos da Eletrosul foi criado pela Diretoria Executiva em 13/09/2006, por meio da Deliberação de Diretoria DD-1159-02.

Atual Composição do Comitê:

Gerente da Assessoria de Gestão Empresarial – Coordenador
Assistente do Diretor Administrativo
Assistente do Diretor de Engenharia
Assistente do Diretor de Operação
Assistente do Diretor Financeiro

O Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações é o responsável pelo assessoramento técnico e secretaria do CIE.

O Comitê possui como atribuições:

- I - Prover uma visão consolidada dos projetos de investimentos e desinvestimentos da Eletrosul incorporando empreendimentos em prospecção e em leilão, assim como oportunidades em participações societárias;
- II - Analisar os projetos de investimentos e desinvestimentos, de forma a garantir a aderência do projeto à estratégia, às políticas de investimentos e de riscos e à estrutura de governança, subsidiando a tomada de decisão pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Eletrosul;

III - Assegurar análises periódicas em relação aos resultados dos investimentos corporativos e em parceria, e também em participações societárias, realizados pela Eletrosul para acompanhamento e tomada de decisão da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletrosul.

- **Comissão Permanente de Ética**

Dissemina conhecimento e esclarece as dúvidas de seus empregados, administradores e prepostos relacionadas à conduta ética. Tem o papel de minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e fortalecer a imagem da Empresa e de seus empregados perante a sociedade.

A Comissão Permanente de Ética Eletrosul foi criada pela Diretoria Executiva em 13/08/2008, por meio da Deliberação de Diretoria DD-1244-01, composta atualmente por um Presidente, dois Membros Titulares e três Membros Suplentes.

Possui como atribuições atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito do seu respectivo órgão ou entidade; aplicar o Código de Ética da Eletrosul, devendo:

I - Submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento;

II - Dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;

III - Apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; e

IV - Recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina.

V - Representar a respectiva entidade ou órgão na Rede de Ética do Poder Executivo Federal;

VI - Supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

VII - Manter o Código de Ética da Eletrosul em consonância com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, com vistas ao atendimento das determinações dos órgãos de controle da Empresa e ao aperfeiçoamento permanente da gestão da Eletrosul.

- **Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça**

Visa à implementação de políticas incentivadoras, de concepções e práticas de gestão voltadas a promover a cidadania e difundir as iniciativas exemplares de equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. Atua visando sensibilizar e mobilizar dirigentes e empregados (as) nas questões de gênero e raça.

O Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça foi criado pela Diretoria Executiva em 07/12/2006, por meio da Deliberação de Diretoria DD-1167-01, o qual é composto atualmente por: um Coordenador, dois Suplentes e sete membros Representantes nas Divisões Regionais.

Tem como forma de atuação:

I - Fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltadas para a mulher, sob a perspectiva de gênero, no âmbito da Eletrosul;

II - Contribuir para o desenvolvimento sustentável da área de atuação da Eletrosul, com Responsabilidade Social, por meio da proposição de políticas de equidade de gênero;

III - Apresentar à Diretoria Executiva Relatório Semestral das Atividades desenvolvidas pelo Comitê Permanente para as Questões de Gênero.

- **Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica**

Formula e monitora políticas e diretrizes destinadas ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Eletrosul.

Foi criado por meio da Deliberação da Diretoria Executiva DD-0978-03 de 22/04/2002, composto originalmente por um presidente e seu suplente, membros da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira: 02 titulares e 01 suplente; membros da Diretoria de Engenharia: 04 titulares e 04 suplentes; e membros da Diretoria de Operação: 03 titulares e 03 suplentes.

Tem como atribuições:

- I - Elaborar e submeter à Diretoria Executiva da Eletrosul, o seu programa anual de trabalho;
- II - Elaborar, ajustar e acompanhar programas de P&D+I da Eletrosul, a médio e longo prazo, de forma a assegurar sua compatibilização com os objetivos da Empresa e tendências tecnológicas;
- III - Fomentar inovações tecnológicas junto aos empregados, com o objetivo de desenvolver projetos de melhorias em processos e em equipamentos;
- IV - Examinar e emitir pareceres para a Diretoria interessada, sobre assuntos técnicos de gestão e estratégicos em P&D+I, com o objetivo de assegurar o bom desenvolvimento e a ação integrada dos trabalhos de P&D de acordo com o alinhamento estratégico da Empresa.

- **Comissão Permanente de Análise de Patrocínio**

Analisa projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência. Para que os projetos sejam aceitos, é preciso que tenham caráter estruturante para comunidades de baixa renda, visando novas oportunidades de trabalho e renda, e que sejam voltados à formação profissional, propiciando maior empregabilidade dessa população. A Comissão estabelece diretrizes para o gerenciamento do processo de concessão de patrocínios e de destinação de recursos para projetos sociais por intermédio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Foi formalizado por meio da Norma de Gestão NG-075 - Patrocínio e destinação de recursos fiscais por intermédio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), aprovada pela Resolução da Diretoria RD-1603-06, de 16/11/2015, tendo como composição atual Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente ; Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa; Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia; Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação; Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira.

- **Comitê de Riscos**

Assessora a Diretoria Executiva no acompanhamento da Gestão Integrada de Riscos (GIR), auxiliando a área responsável a eleger, validar, aprovar e monitorar os riscos relevantes existentes ou que possam vir a comprometer o alcance das estratégias corporativas.

Foi criado por meio da Deliberação da Diretoria Executiva DD-1351-03, de 20/01/2011, tendo como composição atual:

- Gerente da Assessoria de Conformidade Corporativa – Coordenador;
- Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente;
- Assistente do Diretor Administrativo;
- Assistente do Diretor de Engenharia;
- Diretor Financeiro e
- Assistente do Diretor de Operação.

O Comitê de Riscos se reúne periodicamente, em sessão ordinária ou extraordinariamente para acompanhar, apoiar, validar e recomendar os trabalhos realizados pela área de Gestão de Riscos da Empresa.

Tem como atribuições:

- I - Validar e submeter à aprovação da Diretoria Executiva a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e suas eventuais atualizações, em consonância com o Comitê de Riscos da Eletrobras;
- II - Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva, o apetite e a tolerância ao risco da Eletrosul, no que diz respeito à definição dos limites de variação da curva de apetite ao risco em consonância com o estabelecido pelo Comitê de Riscos da Eletrobras; validar a matriz de riscos da Eletrosul, bem como garantir a sua periódica revisão;
- III - Acompanhar e assessorar a implementação da Gestão Integrada de Riscos na Eletrosul, através da área de gestão de riscos e das unidades de negócio; Indicar os proprietários de riscos;
- IV - Validar a proposta de critérios para a priorização de riscos a ser efetuada pela área de gestão de riscos e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- V - Eleger e submeter à aprovação da Diretoria Executiva os riscos relevantes existentes ou que possam vir a comprometer o alcance das estratégias corporativas e monitorá-los;
- VI - Elaborar e encaminhar para aprovação da Diretoria Executiva proposta de ordem de prioridade e as ações para o tratamento dos riscos consolidados pela área de gestão de riscos, além da alocação de recursos para tal fim;
- VII - Aprovar políticas apropriadas e ambientes de monitoramento e reporte para suportar o gerenciamento efetivo dos riscos relevantes;
- VIII - Revisar e avaliar a eficácia dos processos de trabalho da Gestão Integrada de Riscos (identificação, avaliação, tratamento e monitoramento -);
- IX - Promover o alinhamento de assuntos estratégicos e operacionais no processo de gestão integrada de riscos;
- X - Acionar as demais Áreas de Negócio da Empresa, em caráter consultivo, sempre que julgarem oportuno, para análise de matérias de competência destas;
- XI - Convocar reuniões sempre que for necessário;
- XII - Funcionar como instância de arbitragem em assuntos que envolvam a área de Gestão de Riscos e de Gestão de Negócios;
- XIII - Avaliar a performance dos indicadores de riscos, de modo a alinhá-los aos indicadores estratégicos da Empresa;
- XIV - Decidir sobre seu próprio regimento interno;
- XV - Reportar ao corpo direutivo (Diretoria Executiva e Conselho de Administração - o processo de gerenciamento dos riscos relevantes.

Além dos comitês e comissões estratégicos, a estrutura de governança conta com processos de gestão de riscos e conformidade corporativa estruturados da seguinte forma:

Gestão de Riscos e Controle Interno

A Eletrosul gera seus riscos de forma integrada, o que constitui uma ferramenta eficaz para a redução da materialização de eventos que impactem negativamente em seus objetivos estratégicos. A gestão integrada de riscos, através de um enfoque estruturado, alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando a preservação e a criação de valor para a Empresa e seus acionistas.

Com base nas orientações da ISO 31000:2009 e do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), a Eletrosul trabalha na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos críticos que, quando materializados, afetam as oportunidades empresariais.

Em aderência à Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e com o objetivo de verificar a eficácia do ambiente de controles internos e mitigação dos riscos empresariais, a empresa realiza o mapeamento dos

processos e submete esse ambiente a testes periódicos, notadamente por meio dos Testes de Administração e dos trabalhos de Auditoria Independente.

Posteriormente, os resultados são divulgados internamente para as partes interessadas e consolidados na Eletrobras para a divulgação ao mercado por meio do Relatório 20F.

Conformidade Corporativa

A estrutura de conformidade corporativa foi formalizada na Eletrosul em 2015 como medida necessária para a implantação do Programa de Compliance das Empresas Eletrobras, visando garantir o fiel cumprimento da Lei 12.846/2013 - Lei Anticorrupção Brasileira (LACBRA) e da Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

O Programa de Compliance da empresa tem por objetivo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte de seus colaboradores, representantes, sócios de joint ventures, assim como a implantação de ações voltadas para a prevenção, o combate e a repressão de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em especial por atos de corrupção e por fraudes em licitações e contratos administrativos.

Estruturas de Governança Externas à Unidade

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela Eletrobras *holdig* para realização Serviços regulares e especiais de auditorias independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a Revisão das Informações Trimestrais. Inclui também, a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID) emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON e da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley – SOX, com a emissão de relatórios requeridos. Essa contratação foi realizada para todas as empresas Eletrobras, inclusive para a Eletrosul.

4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Ações planejadas e eventualmente já adotadas em decorrência da Lei das Estatais:

Em razão do processo de certificação SOX à qual a Eletrobras se submete, a Eletrosul já possui uma robusta estrutura de controles, que exigiu, também, a implementação da práticas de gestão de riscos, envolvendo priorização, mapeamento, monitoramento e reporte de uma série de eventos de risco.

Ações em curso (fazer descrição sintética, indicando marcos temporais de previsão de conclusão etc) a fim de dar cumprimento à Lei 13.303/2016, a exemplo de:

a) Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno (art. 9º):

- Execução dos Testes de Administração e Certificação por Auditoria Independente do ambiente de Controles Internos;
- Priorização, Mapeamento, Monitoramento e Reporte dos principais eventos de risco;
- Desenvolvimento da Matriz de Controles de Nível de Entidade (ELC), relativos à Governança Corporativa e Compliance;
- Criação da área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e gestão de riscos (Assessoria de Conformidade Corporativa);

b) Elaboração de Código de Conduta e Integridade – e posterior divulgação (art. 9º, § 1º):

Apesar da prévia existência do Código de Ética, as empresas Eletrobras lançaram, no final de 2016, uma atualização desse documento, denominado Código de Ética e Conduta, atendendo aos

requisitos do §1º do Artigo 9º da Lei das Estatais. Eventuais atualizações decorrentes do Decreto nº 8.945/2016 serão realizadas dentro do prazo nele previsto.

c) planejamento para a eventual necessidade de adequação da composição dos integrantes do Conselho de Administração e da diretoria, segundo as novas disposições (arts. 16 a 23):

As adequações que demandam alteração estatutária serão executadas pela Eletrobras, controladora da Eletrosul, dentro do prazo previsto no Decreto nº 8.945/2016.

Em relação aos administradores, há um processo de avaliação na *holding* que contempla os requisitos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016, incluindo avaliação de integridade pela área de Compliance .

d) criação de Comitê de Auditoria Estatutário (art. 24):

A criação Comitê de Auditoria Estatutário demandará alteração estatutária, e será implementado pela *holding* dentro do prazo previsto no Decreto nº 8.945/2016.

4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Eletrosul, órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa, é composto por até seis membros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, os quais designam, dentre eles, o Presidente.

O colegiado tem seu funcionamento disciplinado por meio de Regimento Interno próprio e os seus membros deverão atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente. Um dos membros é considerado Conselheiro Independente por não possuir vínculo com o segmento de energia elétrica. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O Diretor-Presidente da empresa, em atendimento ao Estatuto Social, integra o Conselho de Administração. O Conselho conta, também, com um membro eleito pelos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição de uma chapa composta por titular e suplente, organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. O mandato dos membros do Conselho está previsto no Estatuto Social da empresa. Todos os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas da empresa, conforme determina o Estatuto Social.

As reuniões do colegiado ocorrem, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho. As deliberações ocorrem com a presença da maioria dos membros. Cada conselheiro tem direito a um voto. Cabe ao Presidente do Conselho, além do voto pessoal, o voto de desempate.

Os membros do Conselho de Administração responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a empresa.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da empresa. Cada Diretoria é responsável, ainda, pelo planejamento, pela coordenação e pelo controle de atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa.

É composta pelo Diretor-Presidente e até cinco Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, a Diretoria Executiva tem seu tempo de mandato previsto no Estatuto Social da empresa. Com exceção do Diretor-Presidente, não há exigência para que os demais membros da Diretoria Executiva sejam acionistas da empresa.

Assim como exigido para os membros do Conselho de Administração, também os membros da Diretoria Executiva devem ser brasileiros e atender os requisitos previstos na legislação pertinente. Além desses requisitos, o Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da Eletrosul, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no conselho de administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. Cada Diretor tem direito a um voto. Cabe ao Diretor-Presidente, além do voto pessoal, o voto de desempate. Também os membros da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a empresa.

Conselho Fiscal

Órgão fiscalizador de caráter permanente, o Conselho Fiscal tem seu funcionamento disciplinado por meio de Regimento Interno próprio. É composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, todos brasileiros e residentes no país, observados ainda os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um dos membros é indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável. O mandato dos membros do Conselho está previsto no Estatuto Social da empresa. Na primeira reunião após a eleição em Assembleia, os membros efetivos elegem entre si o Presidente do Conselho, ao qual caberá dar cumprimento às decisões do órgão.

O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor-Presidente da Eletrosul ou de qualquer de seus membros.

As decisões do Colegiado são tomadas por maioria de votos e registradas em Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. Cabe ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

4.3 Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico

A Norma de Gestão Empresarial NG-097, vigente atualmente, estabelece as diretrizes para designação de representante da Empresa e para indicação a cargo em Sociedades, Consórcios, Fundações e outras Entidades de que a Eletrosul participe.

A seleção dos indicados é efetuada conforme estabelece a Política de Representantes em SPE, definida pela Eletrobras Holding, aprovada em seu âmbito pela Resolução nº 645/2015 de 01/12/2015 e encaminhada para a Eletrosul por meio da CTA-PR-111/2016 de 09/03/2016.

Os indicados são avaliados conforme os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 – que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Após realizada a escolha dos representantes, conforme as diretrizes constantes na Norma de Gestão citada (NG-097), na Política de Representantes em SPE, na Lei nº 13.303 e no Decreto nº 8.945, os indicados da Eletrosul em SPE são submetidos, por meio de PRD (Proposta de Resolução de Diretoria) à aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletrosul.

De posse das respectivas Resoluções de Diretoria (RD) e Deliberação do Conselho de Administração (DCA) a Eletrosul, por meio de email, envia o nome dos representantes, bem como toda a documentação utilizada para deliberação no âmbito da Eletrosul, para apreciação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletrobras Holding.

Atualmente a Eletrosul possui representantes nas seguintes sociedades:

Quadro 4.3.1 Representantes da Eletrosul nos Conselhos das SPE's

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A REPRESENTANTES DA ELETROSUL NOS CONSELHOS DAS SPE'S		
SPE	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	-
Uirapuru Transmissora de Energia S.A	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Teles Pires Participações S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Livramento Holding S.A.	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Chuí Holding S.A.	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	02 Conselheiros Titulares	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	01 Conselheiro Titular 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. – FOTE	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Eólica Hermenegildo I S.A.	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes
Eólica Hermenegildo II S.A.	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes

Fonte: Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações (AGP)

4.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna:

a) Indicação do Estatuto ou Normas que regulam a atuação da Auditoria Interna:

A atuação da Auditoria Interna da Eletrosul está baseada nos seguintes normativos:

- Regulamento da Auditoria Interna, aprovado por meio da Deliberação do Conselho de Administração – DCA 296-05, de 16/02/2012, que dispõe sobre a finalidade, competências e organização da Auditoria Interna – Anexo 1;
- Norma Organizacional da Auditoria Interna, versão 3, aprovada por meio da Deliberação da Diretoria Executiva – DD-1259-08, de 04/12/2008, contendo a missão, posição e responsabilidades da Auditoria Interna – Anexo 2;
- Estatuto Social da Eletrosul, art. 50, que estabelece a vinculação da Auditoria Interna ao Conselho de Administração, bem como o procedimento de designação e destituição de seu titular, disponível no link <http://www.eletrosul.gov.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social/estatuto-social->
- Decreto 3.591/2000, que dispõe acerca do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa nº 24/2015, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) e
- Lei 13.303/2016, que dispõe acerca do estatuto jurídico das empresas estatais, estabelecendo, em seu art.9º, §3º, a responsabilidade de a Auditoria Interna aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da Auditoria Interna.

Os normativos acima destacados, que regulam a atuação da unidade de Auditoria Interna, asseguram a necessária independência e objetividade dos trabalhos realizados no âmbito do referido Departamento. Destacamos a seguir os principais normativos da Auditoria Interna.

Regulamento da Auditoria Interna:

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3591/2000, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão,

do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e operações.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico, que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas. Os resultados serão consubstanciados em relatórios de auditoria a serem encaminhados aos gestores e Diretorias envolvidas para justificativas e implementação das recomendações apresentadas.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Empresa, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, qualquer processo, documento ou informação. As informações e documentos de que tiver conhecimento terão tratamento confidencial e serão utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado dos trabalhos.

Norma Organizacional

Executar as atividades constantes do PAINT, examinando e avaliando sistemas, transações, procedimentos, operações e normas da Empresa, com o objetivo de certificar que os controles existentes garantem:

- a salvaguarda do Patrimônio;
- a confiabilidade dos sistemas de informações contábeis, financeiros e operacionais;
- a otimização dos recursos;
- a eficiência operacional;
- a adesão às políticas, normas e procedimentos vigentes .

Estatuto Social da Eletrosul

Art. 50 - A Auditoria Interna da ELETROSUL vincula-se ao Conselho de Administração e o seu titular, escolhido dentre os empregados da ativa das empresas Eletrobrás, é designado e destituído pelo Presidente do Conselho de Administração, por proposta do Diretor Presidente, após aprovação da Controladoria-Geral da União – CGU.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A estratégia de atuação da unidade de Auditoria Interna está consolidada no seu Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT, que contemplou, para o exercício de 2016, a realização de 29 (vinte e nove) projetos de auditoria, dos quais 17 (dezesseis) foram realizados na Unidade Central e 12 (doze) em Áreas Descentralizadas.

d) Estrutura da Auditoria Interna

Conforme estabelece o art. 50 do Estatuto Social da Empresa, a Auditoria Interna da Eletrosul vincula-se ao Conselho de Administração e o seu titular, escolhido dentre os empregados da ativa das empresas Eletrobras, é designado e destituído pelo Presidente do Conselho de Administração, por proposta do Diretor Presidente, após aprovação da Controladoria-Geral da União (CGU).

A estrutura do referido Departamento é composta por uma Gerência, responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos, e equipe técnica de auditores. A Auditoria Interna também dispõe de uma função de apoio administrativo.

e) Certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna

Mensalmente, a Auditoria Interna reporta o resultado dos seus trabalhos à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à CGU, por meio de Relatório Mensal de Atividades. Nesse relatório, constam as auditorias realizadas, as horas alocadas pelos auditores na execução dos projetos e as não conformidades verificadas em cada trabalho.

Além do referido Relatório Mensal de Atividades, ao final de cada ano, a Auditoria Interna elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), no qual constam, dentre outros dados, todos os projetos realizados e as respectivas não-conformidades identificadas. Também integra o referido relatório a síntese de acompanhamento de todas as recomendações de auditoria existentes, com breve relato do ponto de auditoria verificado e a resposta da área responsável quanto à adoção das medidas corretivas pertinentes. O RAINTE é aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa e objeto de reporte ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva, à Eletrobrás e à CGU.

f) Sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração sobre riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações da Auditoria Interna

O RAINTE contém item específico no qual é apresentada a avaliação dos controles internos da Empresa, com base na análise de riscos realizada ao final de cada projeto de auditoria pela respectiva equipe de auditores, definindo-se a sua graduação em escala que prevê quatro estágios de criticidade, conforme tabela abaixo:

Escala	Gradação do Risco
1	Nulo ou Fraco
2	Médio
3	Acentuado
4	Forte ou Crítico

Trata-se de uma avaliação consolidada, promovida pela Auditoria Interna, tendo em vista critérios de “relevância” e “vulnerabilidade”, estabelecidos sob a forma de quesitos. No RAINTE, a Auditoria Interna apresenta à alta gerência e aos Conselhos de Administração e Fiscal, a média simples de avaliação de riscos, considerando os projetos de auditoria realizados ao longo do ano. No exercício de 2016, a média obtida em todos os quesitos, considerando as avaliações de riscos realizadas pela Auditoria Interna em projetos executados, remeteu a uma graduação de risco de 2,0.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve.

4.5 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Eletrosul inclui os Procedimentos Disciplinares e Apurações Diretas no Sistema CGU-PAD conforme Norma de Gestão do Processo de Apuração Disciplinar – PAD – NG 118, que se encontra vigente, e mediante designação formal do coordenador responsável pelo registro no referido sistema, considerando que o procedimento atual de apuração é disciplinado pela NG 58 e PG 058 e pela NG 118, Cláusula de Acordo Coletivo e observância dos dispositivos previstos na Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, cujo regime todos os empregados desta empresa estão submetidos. No exercício de 2016 houve 02 (duas) ocorrências, sendo uma de Procedimento Disciplinar e uma de Apuração Direta.

Para os Procedimentos Disciplinares, após instauração do Processo Administrativo Disciplinar pela Diretoria Executiva, foram constituídas comissões por meio de Resolução da Diretoria Executiva - RD para apuração da falta disciplinar. Conforme NG 118, item 5.2.1.2, as Comissão foram formadas obrigatoriamente por 3 empregados incluindo o Presidente e mais o representante do Sindicato, sendo 1 empregado lotado na mesma Diretoria do empregado investigado, 1 empregado do órgão de Gestão de Pessoas e 1 empregado do órgão Jurídico e o representante do sindicato. A Apuração Direta é realizada pelo Gerente de Departamento do empregado e o órgão de Gestão de Pessoas.

Os fatos apurados no Procedimento Disciplinar e providências foram:

1. Conduta nas Relações do Trabalho – NG 058, fraude no registro de frequência, caracterizando inobservância do item 5.3.13, que proíbe registrar a frequência de outro empregado ou contribuir para fraude no registro ou apuração de sua frequência ou de outrem. Como resultado, o empregado foi suspenso por 10 dias.

Os fatos apurados na Apuração Direta e providências foram:

1. Conduta nas Relações do Trabalho – NG 058, não cumprimento dos itens 5.1.13, 5.2.1.10, 5.2.1.12, 5.2.1.13, 5.2.1.14 e inobservância do item 5.3.9, desviar o empregado de suas atividades para atendimento de seu interesse particular ou de outrem. Como resultado, o empregado foi suspenso por 10 dias.

4.6 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Assessoria de Conformidade Corporativa (ASC) foi criada por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD-1584-25, de 13 de julho de 2015, subordinada à Presidência (PRE), para funcionar a partir de 1º/08/2015. Dessa forma, conforme a Norma Organizacional (NO), a ASC tem como missão: Promover um ambiente de controles interno adequado e eficaz, em conformidade com as orientações regulatórias internas e externas, de modo a mitigar os riscos, tornando-se uma linha de defesa para a Empresa.

Em aderência à Lei Sarbanes-Oxley e com o objetivo de verificar a eficácia do ambiente de controles internos e mitigação dos riscos empresariais, a empresa realiza o mapeamento dos processos e submete esse ambiente a testes periódicos, notadamente por meio dos Testes de Administração e dos trabalhos de Auditoria Independente.

Para a obtenção da certificação SOX 2016, foram mapeados 30 subprocessos e 500 controles, dentre esses foram selecionados 222 controles para a realização dos testes pelo Auditor

Independente (KPMG). Os resultados decorrentes da certificação são divulgados internamente para as partes interessadas e consolidados na Eletrosul para a divulgação ao mercado por meio do Relatório 20F. Os apontamentos e deficiências elencados pelo Auditor Independente são objeto do Programa de Remediação realizado pela ASC juntamente com as áreas de negócio.

A Eletrosul no que tange ao desenvolvimento de Programas e/ou Medidas de Integridade, efetua suas avaliações com observância da Avaliação dos Riscos. Mantém suas ações orientadas ao desenvolvimento de processos que visam à proteção de sua integridade, tanto física quanto relacionada à prevenção de riscos de fraude, corrupção e desvios.

A Eletrosul observa integralmente os ditames da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras para a realização das atividades de avaliação, tratamento, monitoramento, e reporte dos riscos priorizados pela Eletrosul e dos riscos empresariais priorizados pela holding para o Ciclo de Gestão de Riscos do ciclo de 2016-2017.

Durante o exercício de 2016 as atividades de Gestão Integrada de Riscos – GIR estiveram afetas aos seguintes normativos internos e externos à Eletrosul, sem no entanto se limitar a estes:

- Norma Organizacional – NO, com as responsabilidades e missão da Assessoria de Conformidade Corporativa (ASC);
- Aprovação da Diretoria Executiva da atualização da composição do Comitê de Riscos da Eletrosul, criado formalmente em 2011 e alterado em 2014;
- Resoluções CGPAR nºs 09 a 17, todas de 10/05/2016, relacionadas à integridade, controles internos e gestão de riscos;
- Resolução CGPAR nº 18, de 10/05/2016. Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, que resolveu que “As Empresas Estatais Federais devem implementar políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos adequadas ao seu porte e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por elas realizadas”;
- Deliberação do Conselho de Administração da Eletrosul DCA-393-17, de 24/11/2016 que aprova a adesão da Eletrosul à Matriz de Riscos Corporativa da Eletrobras - Ciclo 2016 e à Lista de Eventos de Risco Priorizados;
- Deliberação do Conselho de Administração da Eletrosul DCA-393-02, de 24/11/2016 que aprova a adesão da Eletrosul à regra de Tratamento de Riscos Corporativos; determinação da propensão (“apetite”) ao risco e seus desdobramentos aprovada pela Eletrobras, em especial à no que couber a Eletrosul;
- Resolução Eletrobras nº 771, de 05/12/2016 - aprova (i) a metodologia de cálculo que define a materialidade para a identificação do escopo da Certificação SOX.

4.7 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

1) **Base normativa da remuneração:** A Eletrosul cumpre os procedimentos adotados pela Holding para suas subsidiárias, consubstanciado no voto de acionista majoritário para aprovar, em Assembleia

Geral Ordinária, os valores a título de remuneração dos seus membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

A Diretoria-Executiva, em 2016, estava constituída por um Diretor Presidente e 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho de Administração composto de 6 (seis) membros e um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva na figura de Diretor Presidente.

2) Objetivos da política ou prática de remuneração: A política de remuneração dos Dirigentes com função executiva praticada pela Eletrosul, incluindo os membros do Conselho de Administração e Fiscal, tem por objetivo oferecer justa remuneração, considerando-se a equidade interna e o equilíbrio em relação ao mercado, além de reter, motivar e desenvolver determinados profissionais com o padrão de excelência requerido pelo Grupo Eletrobras.

3) Composição da remuneração:

a) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- Honorários: Retribuição mensal.
- Abono Especial Natalino: Honorário extra, concedido 1 (uma) vez ao ano como bonificação natalina.
- Adicional de Férias: Gratificação concedida ao Diretor e Diretor-Presidente por ocasião de férias.
- Remuneração Variável Anual* – RVA (PLR): Remuneração Variável Anual concedida anualmente.

Para os Diretores também são concedidos os seguintes benefícios: Auxílio refeição, Seguro de Vida, Plano de Saúde, Previdência Complementar, Seguro Funeral e Auxílio Moradia quando necessário.

Os valores que compõe a remuneração dos conselheiros são: Honorários e Abono Especial Natalino mensalizado na forma de 1/12.

*Obs.: Em 2016, referente ao período de 2015, a RVA não foi concedida.

b) Proporção de cada elemento na remuneração total:

- Honorários: 82,28%
- Abono Especial Natalino: 6,76%
- Adicional de Férias: 6,71%
- Demais benefícios: 1,68%

c) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- Honorário: Valor mensal e reajuste anual definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovado na Assembleia Geral Ordinária.
- Abono Especial Natalino: Valor correspondente a 1 honorário;
- Adicional de Férias: Parcela correspondente a 1/3 do honorário;
- Remuneração Variável Anual – RVA (PLR): Cálculo fixado pela SEST limitado a 1,8 honorários, vinculado ao lucro do exercício anterior e atrelada ao cumprimento das metas e Lucro Empresarial.
- O cálculo dos honorários dos Conselheiros de Administração e Fiscal é fixado em 10% dos Honorários médios mensais e do Abono Especial Natalino, pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, não computados para ambos os colegiados, os demais benefícios.

d) Razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração dos administradores da Eletrosul é fixada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que encaminha os limites aprovados das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração), para aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Remuneração dos Diretores e Conselheiros não é vinculada a indicadores de desempenho, sendo reajustada anualmente conforme determinação da SEST, tendo como base o mês de abril de cada ano.

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho: Não se aplica.

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade: A política ou prática de remuneração dos administradores da Eletrosul é definida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, via Eletrobras e aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos: Não se aplica.

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia: Não se aplica.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

- termos e condições gerais: Não se aplica.
- objetivos do plano: Não se aplica.
- número máximo de ações abrangidas: Não se aplica.
- condições de aquisições de ações: Não se aplica.
- forma de liquidação: Não se aplica.
- efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão: Não se aplica.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre: os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.); os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável; os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas); a descrição dos benefícios oferecidos:

A Remuneração Variável Anual (RVA) é vinculada ao lucro do exercício anterior e nos últimos anos o pagamento Autorizado pela SEST via Eletrobras, foi de 1,8 Honorário. No ano de 2015 a Eletrosul não apresentou lucro líquido, portanto não foi autorizado pagamento de RVA para os diretores no ano de 2016.

Os Diretores empregados receberam Participação nos Lucros e Resultados (PLR) proporcional ao período que não estiveram ocupando cargo de diretor em 2015, bem como os Diretores interinos receberam PLR nos moldes do Termo de Pactuação da PLR 2015 – 2016, que rege o Pagamento de Participação nos Lucros dos empregados.

11) Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros dos Conselhos:

Quadro 4.7.1 Remuneração Mensal dos Membros dos Conselhos

Valores em R\$1,00

Nome do Conselheiro	Conselho de Administração		
	Período de Exercício		Remuneração (R\$)
	Início	Fim	Média mensal (2016)
			Total no exercício

Claudia Hofmeister	-	28/07/2016	4.099,80	28.698,66
Celso Knijnik	-	-	4.136,17	49.634,04
Márcio Pereira Zimmermann	18/03/2016	-	4.320,00	38.880,00
Rogério Bonini Ruiz	-	29/04/2016	4.104,35	16.417,41
Derci Pasqualotto	-	28/07/2016	4.099,80	28.698,66
Djalma Vando Berger	-	17/03/2016	3.584,68	10.754,04
Josias Matos de Araujo	-	28/07/2016	4.099,80	28.698,66
Dayson Roberto Waldschmidt	29/04/2016	-	4.167,98	33.343,89
Armando Casado de Araujo	29/07/2016	-	4.187,07	20.935,38
Ricardo Moura de Araujo Faria	06/09/2016	-	3.977,08	15.908,35
Wilson Pinto Ferreira Junior	29/07/2016	-	-	-
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal (2016)	Total no exercício
Sonia Regina Jung	-	-	4.136,17	49.634,04
Antônio Gomes de Faria Neto	-	29/07/2016	4.117,96	28.825,72
Marlete Barbosa Borges	29/07/2016	03/10/2016	4.454,33	8.908,67
Ernesto Carneiro Preciado	-	-	4.136,17	49.634,04
Engels Augusto Muniz	25/11/2016	-	4.899,77	4.899,77

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Para cálculo da média mensal utilizou-se mês inteiro o período de dias igual ou superior a 15 dias.

O Conselheiro Wilson Pinto Ferreira Junior não recebe honorários pela Eletrosul.

12) Demonstrativo da Remuneração Anual da Diretoria Executiva

Quadro 4.7.2 Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva	EXERCÍCIO		
	2016	2015	
Número de membros:	5	5	
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.340.709,45	2.357.314,72	
a) salário ou pró-labore ¹	2.748.813,10	2.038.131,13	
b) benefícios diretos e indiretos ²	591.896,35	319.183,59	
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	255.922,06	
e) bônus			
f) participação nos resultados	0,00	255.922,06	
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	3.340.709,45	2.613.239,78	
IV – Benefícios pós-emprego³			

V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

1 - Salário ou pró-labore: Honorários; Diferença de Honorários; Complemento Vantagem Pessoal; Difer. Comp. Vantagem Pessoal; Reembolso do salário de Diretor cedido por órgão estadual.

2 - Benefícios diretos e Indiretos: Gratificação Honorário de Férias; Honorário Conv. 1/3 Férias; Gratif. Substituição Diretor; Férias Indenizadas Honorários; Grat. Fer. Honorário término de mandato; Abono Especial Honorário; Auxílio Moradia Diretor; Ajuda de Custo.

3 - Benefícios pós-emprego: Um dos Diretores, ao término do respectivo mandado, requereu e foi contemplado com o pagamento da quarentena, porém, apesar do mandato encerrado em 2016, o benefício foi pago no exercício de 2017.

Abaixo segue a análise realizada pelo Departamento de Contabilidade (DCO) com as diferenças dos valores entre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, no que tange o custo dos Dirigentes.

Quadro 4.7.3 Diferenças entre os valores de Remuneração dos Dirigentes

VALORES INFORMADOS	Em R\$
Contabilidade - remuneração e benefícios (controladora)	3.846.376,06
Contabilidade - encargos sociais e outros (controladora)	1.075.445,93
Contabilidade - remuneração mais encargos sociais (controladora)	4.921.821,99
Relatório de Gestão - remuneração e benefícios	(3.340.709,45)
Diferença - Remuneração e Benefícios	505.666,61
APURAÇÃO DA DIFERENÇA	
Benefícios não considerados na base do Relatório de Gestão (auxílio alimentação/seguro de vida/despesas médicas/Elos Empresa)	490.870,57
Devolução honorário, ajustes abono especial e 13º salário	19.272,90
Diferença de remuneração - ajustes periodicidade empregado/Diretor	(39.552,04)
Diferença entre período de recebimento e registro contábil de informações - Diretor Administrativo	35.390,20
Remuneração com registro contábil em conta de Pessoal e arredondamento de contabilização	(315,02)
DIFERENÇA TOTAL	505.666,61

As informações do Relatório de Gestão não consideram os Encargos Sociais e Outros Benefícios

Quadro 4.7.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO	
	2016	2015
I – Bônus (a+b+c+d)		
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
b) valor máximo previsto no plano de remuneração		
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
d) valor efetivamente reconhecido no resultado		
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0,00	255.922,06

<i>e) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>		
<i>f) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>		
<i>g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>		
<i>h) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	0,00	255.922,06
III – Total (I + II)	0,00	255.922,06

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

PLR – Participação de Lucros e Resultados é denominada pela SEST e Eletrobras de RVA –Remuneração Variável Anual.

Os Diretores não receberam RVA no ano de 2016, referente ao exercício de 2015.

A Eletrosul não pratica previsão de valores mínimos e máximos para cálculo e pagamento da RVA.

4.8 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

Em 04 de fevereiro de 2014, foi celebrado o Contrato nº ECE-DAC-991/2014, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS e a KPMG Auditores Independentes, como auditor único para as suas Empresas Controladas, para o período de 2014 a 2016, podendo haver prorrogação.

O critério de contratação de auditor único foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras, conforme DEL-058/2007, de 16.05.2007, e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrosul, conforme RCA 230-09, de 28.06.2007.

Em 19/12/2013, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou:

- A homologação do procedimento licitatório para contratação da empresa KPMG Auditores Independentes para o Sistema Eletrobras, no período de 2014 a 2016, objeto da Concorrência DAC nº 01/2013;
- A efetivação da contratação, pelo valor total de R\$ 28.833.600,00.

A KPMG Auditores Independentes, situada à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, na cidade de São Paulo/SP, com filial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 57.755.217/0003-90, prestará ao grupo Eletrobras os seguintes serviços:

Serviços regulares e especiais de auditorias independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais CPC/CVM e IASB/SEC, dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a Revisão das Informações Trimestrais (1T2014, 2T2014, 3T2014, 1T2015, 2T2015, 3T2015, 1T2016, 2T2016 e 3T2016). Inclui também, a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID) emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON e da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley – SOX, com a emissão de relatórios requeridos.

Os serviços descritos acima serão prestados para todas as empresas do grupo Eletrobras, para o período de 2014, 2015 e 2016, com um valor mensal de R\$ 800.933,33 (oitocentos mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), o qual será rateado para todas as empresas com base no ativo total apurado no exercício de 2013. O percentual de rateio para a Eletrosul ficou em 4,93%.

O valor total do contrato para o período de 03 anos (2014, 2015 e 2016) é de R\$ 28.833.600,00, podendo ser reajustado após um ano, conforme determina a Cláusula Quinta do contrato em questão.

Conforme determinado na Cláusula Terceira do Contrato, para a prestação dos serviços a KPMG Auditores Independentes seguirá os padrões e normas de auditoria internacionalmente aceitos, obedecendo, também, aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Poder Concedente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Instituto Brasileiro de Auditores Independentes – IBRACON, pela Receita Federal do Brasil – RFB, pelas Agências Internacionais de Financiamento, tais como BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, pela *Securities And Exchange Commission – SEC* e pelo *PCAOB – The Public Company Accounting Oversight Board*, ambos dos Estados Unidos da América do Norte, observados os Princípios Contábeis adotados no Brasil, os Princípios Contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América do Norte – US GAAP e as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, além de observar as demais normas, procedimentos e requerimentos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, do Conselho Regional de Contabilidade – CRC, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, do Tribunal de Contas da União – TCU, e do *International Accounting Standards Board – IASB*.

4.9 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

O Conselho de Administração é um órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social da empresa.

No quadro abaixo, segue relação dos membros do Conselho de Administração que apreciaram as Demonstrações Financeiras de 2016:

Quadro 4.9 Conselho de Administração Eletrosul 2016

Membros do Conselho	Cargo	Quantidade de Ações Ordinárias
Wilson Ferreira Junior	Presidente	01
Gilberto Odilon Eggers	Membro	01
Celso Knijnik	Membro	01
Armando Casado de Araujo	Membro	01
Ricardo Moura de Araujo Faria	Membro	01
Dayson Roberto Waldschmidt	Membro (Representante Empregados)	01

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

No Estatuto Social da Eletrosul está definido:

Art. 11: A Eletrosul será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva. Parágrafo único: É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da administração da Eletrosul, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os da Diretoria Executiva, acionistas ou não.

Em atendimento ao Estatuto Social, quando da indicação ou eleição de membro para o Conselho de Administração, por substituição ou por término do mandato, o novo Conselheiro deve adquirir a ação que está de posse do membro substituído. O preço de transação da ação é o valor patrimonial à época do efetivo exercício do direito de aquisição, que deve ser pago pelo Conselheiro adquirente ao Conselheiro que a transfere. O novo membro do Conselho recebe um certificado em seu nome contendo todos os dados relativos à ação adquirida.

Para preservar a continuidade do processo, o Conselheiro adquirente estabelece instrumento particular de procuração ao Acionista Controlador, a Eletrobras, à qual confere poderes para, em causa própria, transferir para seu próprio nome, ou para quem indicar, 1 (uma) ação ordinária. As ações são registradas no Livro de Transferência de Ações Ordinárias Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas.

Segundo o Art. 19 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Eletrosul é composto “por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição”.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar a assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivados na Junta Comercial competente e publicadas.

Segundo o Art. 21 do Estatuto Social, “compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Eletrosul, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos”. O artigo também cita que cabe ao Conselho de Administração:

- I – estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- II – autorizar a Eletrosul a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- III – autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- IV – autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- V – eleger e destituir Diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- VI – deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Eletrosul, sob o regime de

concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

VII – aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;

VIII – aprovar a estrutura organizacional da Eletrosul;

IX – monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;

X – aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;

XI – autorizar a Eletrosul a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

XII – escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;

XIII – elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno da Eletrosul;

XIV – deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Eletrosul em cada exercício, propostas pela Diretoria;

XV – deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;

XVI – deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;

XVII – autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto;

XVIII – convocar as Assembleias Gerais;

XIX – autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;

XX – deliberar sobre o afastamento dos Diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;

XXI – avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano, com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;

XXII – aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;

XXIII – deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;

XXIV – aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, por meio do qual a Eletrosul se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender as metas e resultados estabelecidos pela controladora.

Cabe ao Conselho de Administração submeter o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício social à apreciação do Conselho Fiscal.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A Eletrosul possui um total de 1.344 profissionais em seu Quadro Efetivo, sendo 1.323 empregados e 21 cedidos de outros órgãos. Além disso, possui 24 empregados cedidos para outros órgãos, em consonância com o Decreto nº 4.050/2001 e 340 empregados anistiados em conformidade com a Lei nº 8.878/94, que também se encontram cedidos para Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal.

Se considerados os 24 empregados cedidos para outros órgãos e excluídos os 21 empregados cedidos de outros órgãos, o Quadro Próprio (Servidores de Carreira vinculados ao Órgão) resulta em 1.347 empregados.

Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Desde 2011, as necessidades de capacitação e desenvolvimento de pessoas da Eletrosul são identificadas anualmente utilizando os métodos e ferramentas descritas a seguir e que ao final resultam em um documento denominado Plano Anual de Educação Corporativa (PAEC).

A primeira forma de identificação de capacitação se dá no nível individual, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), cuja origem decorre do resultado da Avaliação de Desempenho estabelecida no Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), utilizado pelas empresas Eletrobras.

A segunda forma, se dá no nível setorial ou área de trabalho, por meio do Plano de Desenvolvimento de Equipe (PDEquipe), no qual são estabelecidas as competências necessárias de desenvolvimento para as equipes dos diferentes setores, divisões, coordenadorias, departamentos, assessorias e diretorias. Determina-se que a identificação de tais competências tenha como premissa foco no resultado do trabalho e cumprimento de metas estabelecidas a partir do PNG e outros instrumentos de gestão da empresa.

Outra forma de identificação de necessidade de capacitação é a verificação no sistema de registro de treinamento se os (as) empregados (as) estão atualizados perante a determinação legal da formação e conhecimento em assuntos pertinentes às suas atividades laborais. Citamos como exemplo a Certificação dos Operadores e a capacitação e atualização nas Normas Regulamentadoras (NRs).

Também há a determinação interna de obrigatoriedade na capacitação e desenvolvimento em determinadas competências para a execução de atividades laborais principalmente relativas ao corpo técnico da empresa. Desta forma, anualmente se identifica as pessoas que devem participar das ações educacionais propostas, por exemplo, CIPA.

Em nível mais estratégico, o Setor de Educação Corporativa do Departamento de Gestão de Pessoas, juntamente com os Gabinetes das Diretorias, observando-se os objetivos estratégicos e o cumprimento de determinações legais e de sua responsabilidade social, identificam as capacitações para os gestores e demais ações educacionais corporativas a serem executadas no ano.

No âmbito das empresas Eletrobras, em 2010, foi criado o Comitê de Educação Corporativa, com o objetivo de garantir a atuação integrada e cooperativa entre as unidades de educação corporativa das empresas do sistema e garantir qualidade e otimização de recursos, com ações educacionais conjuntas. As necessidades são levantadas por meio de fóruns promovidos pela Universidade das Empresas Eletrobras (UNISE) com representantes de todas as empresas.

A participação das pessoas na identificação de capacitação e desenvolvimento se dá na definição de seu PDI, após o resultado da Avaliação de Desempenho na etapa de desenvolvimento do SGD e, também, quando são chamados a auxiliar nos fóruns da UNISE.

A liderança de nível intermediário identifica as necessidades em dois momentos: ao acordar o PDI com os empregados e no momento de preenchimento da ferramenta do PDEquipe de sua área.

Em 2016, a área de Educação Corporativa na Eletrosul teve como destaque as seguintes atividades:

- Utilização da Educação a Distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio, para 2.560 participações em 6 cursos, sendo 4 deles da área técnica produzidos e tutoriados por Empregados Educadores;
- Realização da 5ª edição do Seminário Compartilhando Conhecimento, com exposição de trabalhos e vivências dos participantes do Programa Ciência Sem Fronteiras;
- Realização da Integração de 42 novos empregados e suas devidas capacitações chegando a ter mais de 200 horas de qualificação para os integrantes das áreas técnicas de linha de transmissão;
- Utilização de 409 horas em capacitações relacionadas a Direitos Humanos, questões de gênero e raça, com 70 participações;
- Realização de cursos e palestras em assuntos de compliance, diligências prévias e programa de conformidade, com 274 participações e utilização de 768 horas; e
- Lançamento do curso Integridade e Ética – Compliance para todos os empregados da Empresa.

Seguem abaixo, os indicadores de Treinamento e Desenvolvimento, comparando os anos de 2015 e 2016:

Quadro 5.1.1 Indicadores de treinamento no período de 2015-2016

Indicadores de Treinamento	2015	2016	Variação %
Empregados Treinados	1.127	1.329	17,92%
Homem-Hora Treinado	82.702	83.998	1,57%
Média de Horas de Treinamento	73,4	63,2	-13,90%
Índices de Empregados Treinados (%)	86%	99,4%	15,58%
Força de Trabalho Treinada (%)	3%	3%	0,00%
Investimento Total (R\$ mil)	1.680	1.147	-31,73%
Valor Médio Investido por Empregado (R\$)	1.491	863	-42,12%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram na empresa ao longo do ano de 2016, incluindo requisitados, ou seja 1.337 pessoas. Efetivamente, destes 1.337 empregados disponíveis para realização de treinamentos, 1.329 empregados realizaram treinamentos.

Foram excluídos os Diretores, Conselheiros, cedidos e pessoas que estiveram afastadas ou em licença durante o ano todo.

A média de horas de treinamento, por categoria funcional, no período de 2015 e 2016, apontando a variação entre os dois exercícios, está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 5.1.2 Média de horas de treinamento no período de 2015-2016

Categoria Funcional	Média de horas de treinamento		
	2015	2016	Variação %
Cargos de diretoria	14,0	16,0	14,29%
Cargos gerenciais	44,2	167,3	278,56%
Cargos universitários	59,9	61,0	1,90%
Cargos não universitários	86,3	49,6	-42,58%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

O número de participantes por categoria funcional e gênero, carga horária total e média, no período de 2016, está apresentado no quadro abaixo:

Quadro 5.1.3 Indicadores de treinamento no período de 2016

Categoria Funcional	Participantes			Carga Horária Total			Carga Horária Média		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Diretoria	5	5	0	80	80	0	16,00	16,00	0,00
Funções gerenciais	108	96	12	18.071	15.890	2.181	167,32	165,52	181,75
Cargos de nível superior	472	345	127	28.811	21.557	7.254	61,04	62,48	57,12
Cargos de nível médio	749	671	78	36.116	35.047	2.069	49,55	52,23	26,53
Total	1.334	1.117	217	84.078	72.574	11.504	63,03	64,97	53,01

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.4 Investimento em treinamento no período de 2016

	Funções Gerenciais		Nível Superior		Nível Médio		Total
	M	F	M	F	M	F	
Investimento Total (Valores em R\$ 1,00)	82.900,74	10.362,59	297.924,53	109.670,77	579.441,63	67.356,85	1.147.657,11
Hora Total Treinada	15.890	2.181	21.557	7.254	35.047	2.069	83998
Participantes	96	12	345	127	671	78	1329
Participações	617	73	1.972	729	4.140	318	7849

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Os tipos de treinamento fornecidos, número de participações e número de ações educacionais em 2016 estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 5.1.5 Tipos de treinamento realizados no período de 2016

Tipo de treinamento	Nº participações	Nº de ações educacionais
Administrativo	4.299	345
Comportamental	329	26
Contratual	47	9
Gerencial	19	1
Informática	157	16

Repasso Conhecimento	69	3
Técnico	2.933	319
Total	7.853	719

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos Público Interno

Em 2016, o quadro de pessoal próprio da Eletrosul contava, ao final do período, com um total de 1.347 profissionais. Houve o ingresso de 42 empregados por meio do Edital 001/2016 do Concurso Público e uma alteração da categoria de Diretor Empregado (DE) para Empregado (EPG), somando no cômputo do quadro de pessoal.

A Eletrosul realizou um concurso público contemplando 42 vagas para contratação imediata, com a composição de um cadastro reserva, reservando 5% do quadro de vagas para pessoas com deficiência e no mínimo 20% das vagas aos candidatos negros. O período de inscrições ocorreu de 29/04/2016 a 30/05/2016, a aplicação das Provas Objetivas ocorreu em 26/06/2016 e a homologação do Resultado Final ocorreu em 01/08/2016.

Houve ainda o egresso de 12 empregados, sendo 6 desligamentos a pedido do empregado, 3 por motivo de falecimento e a alteração da categoria de 3 empregados de EPG para DE, subtraindo no cômputo do quadro de pessoal.

No início de 2016, havia 17 empregados cedidos de outros órgãos em atuação na Eletrosul e no decorrer do ano, houve o ingresso de mais 6 e o egresso de 2. No final do período a Eletrosul contava com 21 empregados cedidos de outros órgãos alocados em áreas estratégicas de forma a colaborar com os desafios e as metas da empresa.

A proporção entre o menor salário praticado pela empresa (R\$ 3.096,11) e o salário mínimo nacional (R\$ 880,00) foi de 3,52 vezes, em 2016. Em relação ao salário base médio praticado na empresa, essa proporção é de 9,11 vezes.

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

O PCR é parte integrante do Modelo de Gestão Integrada de Pessoas das empresas Eletrobras, e a concepção metodológica adotada no desenvolvimento do PCR foi baseada no conceito de Competências e Resultados, sendo estes os orientadores da evolução dos empregados nas respectivas carreiras, observando-se o alinhamento com o Plano Estratégico da empresa. As competências subsidiam todos os processos de Gestão de Pessoas, tais como Carreira, Educação Corporativa, Captação, Planejamento de Recursos Humanos, Remuneração e Avaliação de Desempenho.

Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)

Implantado em 2011, o SGD foi unificado para todas as empresas Eletrobras e está estruturado em dois blocos distintos de avaliação: Competências e Resultados. Atualmente, são avaliadas apenas as competências gerais vinculadas aos cargos amplos. No que diz respeito aos resultados, são estabelecidas metas empresariais e de equipe alinhadas às estratégias empresariais, e a partir de 2016 foram implantadas também as metas individuais.

Na etapa de Planejamento do Ciclo 2016, realizada de fevereiro a março do referido ano, foram estabelecidas as metas, objeto do processo avaliativo. Logo após, deu-se início à Etapa de Acompanhamento, que finalizou em dezembro de 2016. O Ciclo 2016 de Gestão do Desempenho finalizou com as Etapas de Avaliação e de Desenvolvimento, realizadas de dezembro de 2016 a março de 2017.

Programas de preparação para o mercado de trabalho

A Eletrosul, consciente de sua responsabilidade social, desenvolve programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho, dentre os quais, se destacam:

- Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Santa Catarina (SENAI) que, no ciclo 2016, capacitou 25 jovens, representando um investimento de R\$ 612.477,58; e
- Programa Estágio Curricular, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior, que beneficiou, em 2016, 217 estudantes, com um investimento de R\$ 1.267.933,68.

Atendimento Acórdão 999/2015 – TCU Plenário - Processo TC nº 006.373/2013-5

Em atendimento ao item 9.2, do Acórdão 999/2015, Processo nº 006.373/2013-5, que determinou a Eletrosul, que informe nos próximos relatórios de gestão de suas contas anuais sobre o cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS 30.654, em especial quanto ao cronograma de substituição de terceirizados. Prestamos as seguintes informações:

Quadro 5.1.6 Base de Cálculo – Número de terceirizados em 31/12/2016

Descrição das atividades ou cargos	Quantidade
Advogado	4
Agente de ação Social	2
Analista de desenvolvimento de sistemas	1
Arquiteto de Edificações	1
Auxiliar de escritório, em geral	27
Auxiliar de serviços jurídicos	1
Biólogo	4
Contador	2
Desenhista industrial gráfico (designer gráfico)	1
Desenhista Técnico	2
Eletrotécnico	4
Engenheiro Agrônomo	1
Engenheiro Ambiental	1
Engenheiro Civil	6
Engenheiro de Produção	1
Engenheiro Eletricista	2
Engenheiro Florestal	6
Geólogo	1
Operador de processo de tratamento de imagem	3
Pesquisador em ciências florestais	1
Técnico de manutenção elétrica	2
Técnico eletricista	1
Técnico em eletromecânica	1
Técnico em geodésia e cartografia	1
Técnico mecânico	1
Total	79

Fonte: Departamento d Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.7 Análise Crítica das Obrigações do Acordo Judicial nº 30.654 do Supremo Tribunal Federal

Análise Crítica das Obrigações do Acordo Judicial no Mandado de Segurança n.º 30.654 do Supremo Tribunal Federal	
Desligamento de 10% da mão de obra terceirizada	Situação em 31/12/2015: Foi cumprido o acordo e realizados desligamentos, observando o limite máximo de 150 postos de trabalho.
Admissão de no mínimo 30 candidatos, por meio de concurso público, em até 520 dias a partir da data de assinatura do acordo judicial	Situação em 31/12/2016: O Concurso Público foi realizado, contemplando 42 vagas para contratação imediata, com a composição de um cadastro reserva para a reposição de vagas disponibilizadas durante a vigência do Concurso Público. O período de inscrições ocorreu de 29/04/2016 a 30/05/2016, a aplicação das Provas Objetivas ocorreu em 26/06/2016 e a homologação do Resultado Final ocorreu em 01/08/2016. As admissões referentes às 42 vagas de chamada imediata ocorreram entre os meses de Outubro e Novembro de 2016.
Vedações nos contratos vigentes de terceirização em 2015 e nos que vierem a ser firmados da presença de mão de obra constituída por familiares, cônjuges ou companheiros de empregados que exerçam cargo em comissão ou função de confiança, diretores ou conselheiros da Eletrosul (cláusula segunda, parágrafo quarto).	Situação em 31.12.2015: Informamos que nos contratos firmados com as empresas Cotesa Engenharia Ltda. e com a Núcleo Engenharia Consultiva S.A. (celebrados recentemente), consta cláusula (disposições finais) vedando o nepotismo, conforme texto a seguir mencionado: [...] Nos termos do parágrafo quarto da cláusula segunda do Termos de Conciliação Judicial, firmado nos autos do MS 30654/STF, fica vedado a utilização de mão-de-obra constituída por familiares, cônjuges ou companheiros de empregados que exerçam cargo em comissão ou função de confiança, diretores ou conselheiros da Eletrosul. Consideram-se familiares os parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. O atendimento do presente dispositivo ocorrerá por meio de apresentação de declaração emitida pelo ocupante do posto de trabalho, atestando inexistir a relação de parentesco mencionada. [...] 2. Adicionalmente, informamos que novos contratos que envolvam a contratação de postos de trabalho contemplarão a referida cláusula.

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 5.1.1.1 Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.672	1.368*	49	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.672	1.368*	49	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.672	1.347	43	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	21	6	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		1.368*	49	14

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

* Para este total de Empregados, consideramos 1.323 empregados, 21 empregados cedidos de outros órgão e 24 empregados cedidos para outros órgãos.

Quadro 5.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	548	820
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	548	820
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	540	807
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	13
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	548	820

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	114	107	7	13
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	104	7	12
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	3	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	114	107	7	13

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Análise Crítica

O Quadro de vagas aprovado para empresa é de até 1.672 empregados, enquanto que o Quadro de Pessoal em 31/12/2016 contava com 1.347 empregados, ou seja, 80,6% da ocupação.

Em relação ao período anterior, o Quadro de Pessoal teve um aumento de 2% devido ao ingresso de 42 empregados por meio do Edital 001/2016 do Concurso Público e uma alteração da categoria de Diretor Empregado (DE) para Empregado (EPG), somando no cômputo do quadro de pessoal.

Não há Cargos Comissionados na Empresa.

A Eletrosul conta com 807 empregados do Quadro Próprio enquadrados em eixos de atuação da área fim (Geração e Transmissão de energia elétrica) e 540 enquadrados na área meio, totalizando os 1.347 empregados.

O número de empregados afastados da empresa, em dezembro/2016, foi de 69 no total. Desse número, 34 estavam licenciados ou afastados, 24 estavam cedidos para outros órgãos e 11 estavam liberados para sindicatos.

5.1.2 Demonstrativo de Despesas com Pessoal

Quadro 5.1.2.1 Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade – Despesas em R\$ 1,00											
Exercícios	2016	168.675.493,49	0	26.872.403,17	65.239.891,81	29.275.992,28	27.981.490,01	33.312.672,40	0	0	0
	2015	148.689.221,63	0	24.569.607,13	61.872.327,69	28.735.517,91	22.468.687,37	42.085.359,78	0	0	0
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2015										

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

5.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Com relação aos riscos identificados na gestão de pessoas, cabe destacar que a Eletrosul possui um levantamento dos riscos aos quais a empresa está exposta, apresentado na forma de uma Matriz de Riscos. Esses riscos são decorrentes da estratégia para o atingimento da Missão, Visão e Valores Organizacionais, e estão divididos em 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade.

A Matriz de Riscos classifica os eventos de riscos na gestão de pessoas no pilar Operacional e identifica os seguintes : Administração de Pessoal; Desenvolvimento Profissional; Relacionamento Trabalhistas; e Saúde e Segurança do Trabalho.

Os riscos relacionados à Gestão de Pessoas, parte integrante a Matriz de Riscos da Eletrosul, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme RD 1650-03, de 08/11/2016 estão melhor apresentados em Quadro 5.1.3.1 Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas, anexo 03 deste relatório.

5.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

5.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 5.1.4.1 Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto ¹	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	R	1048117000108	2014	2017	médio	A
2012	MI	3446231000111	2012	2017	médio	A
2012	R	78533312000158	2012	2018	médio	A
2013	AA	3446231000111	2013	2017	médio	A
2013	AA	3446231000111	2013	2017	médio	A
2013	L	9284904000160	2013	2017	fundamental	A
2013	AA	3814774000144	2013	2017	médio	A
201	L	482840000138	2014	2017	fundamental	A
2014	L	3025365000169	2014	2017	fundamental	A
2014	L/MI	4260727000169	2014	2017	fundamental	A
2014	MM	3360551000154	2014	2017	médio	A
2014	AA	16920920000168	2014	2017	médio	A
2014	AA	5099250000144	2015	2017	médio	A
2014	T	95870069000182	2015	2017	médio	A
2015	AA	3219328000191	2015	2017	médio	A
2015	S	7094346000145	2015	2017	médio	A
2015	T	12283174000198	2015	2017	médio	A
2015	V	5497780000140	2015	2017	fundamental	A
2015	T	14010744000100	2015	2017	médio	A
2016	M	5166615000106	2016	2017	médio	A
2016	L	1569755000174	2016	2017	fundamental	A
2016	T	9249662000174	2016	2017	médio	A

2016	R	4854298000158	2016	2017	médio	A
2016	AA	3219328000191	2016	2017	médio	A
2016	AA	7593524000182	2016	2017	médio	A

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Informações extraídas do Módulo Força de Trabalho – Sistema GEM - Base e situação em 31.12.2016

1 - Objeto: L (Limpeza), V(Vigilância), S(Segurança), R(Recepção), O(outros), MI(Manutenção de bens Imóveis, AA(Apoyo Administrativo), MM(Manutenção de bens Móveis), T(Transporte), Te(telecomunicações).

Análise Crítica

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado que não são atendidas pelo Plano de Carreira e Remuneração da Empresa. Em 31/12/2016, esses tipos de serviços estavam sob a responsabilidade de 396 profissionais, que não são considerados para o cômputo do quadro próprio da Eletrosul.

Para facilitar o gerenciamento desses tipos de prestação de serviços, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Força de Trabalho, contido no ERP da empresa (Consist GEM), sendo designados na categoria: “Prestador de Serviços Terceirizado (PST)”.

O PST tem a seguinte definição: pessoa física vinculada a contrato de prestação de serviços de terceiros, notadamente nas atividades de conservação, limpeza, vigilância, transportes, informática, copeira, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção predial, equipamentos e instalações, cujos espaços ocupacionais não estejam previstos no Plano de Carreira e Remuneração da empresa.

5.1.4.2 Contratação de Estagiários

Quadro 5.1.4.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade: Médio/Técnico						
Área	Quantitativo Estagiários 2014	Despesas Totais no Exercício 2014 (Valores em R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2015	Despesas Totais no Exercício 2015 (Valores em R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2016	Despesas Totais no Exercício 2016 (Valores em R\$ 1,00)
Área Fim	15	42.024,05	22	70.731,67	24	70.990,87
Área Meio	16	60.412,01	18	50.848,10	17	57.967,47
Total	31	102.436,06	40	121.579,77	41	128.958,34

Nível de Escolaridade: Superior

Área	Quantitativo Estagiários 2014	Despesas Totais no Exercício 2014 (Valores em R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2015	Despesas Totais no Exercício 2015 (Valores em R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2016	Despesas Totais no Exercício 2016 (Valores em R\$ 1,00)
Área Fim	52	203.489,15	79	315.208,66	90	518.735,39
Área Meio	111	394.964,26	74	321.200,27	86	536.158,45

Total	163	598.453,41	153	636.408,93	176	1.054.893,84
Somatórios Gerais						
Totais (Aux Bolsa Educação + Aux Transporte)	194	700.889,47	193	757.988,70	217	1.183.852,18
Taxa Administrativa	Ano 2014	46.605,00	Ano 2015	50.973,00	Ano 2016	84.081,50
Total Geral (Valores em R\$ 1,00)		747.494,47		808.961,70		1.267.933,68

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Informações extraídas dos Relatórios: EL2102 (Planilha de Verbas Específicas) e EL2210 (Folha de Pagamentos – Estagiários)

O Programa de Estágio da Eletrosul, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior tem por objetivo proporcionar aos estudantes um ambiente de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis com o contexto básico da profissão.

A Norma de Gestão Empresarial da Eletrosul que regra a contratação de estagiários é a NG-032. Ela está baseada na Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. De acordo com o Art. 17 do Capítulo VI dessa lei, o número máximo de estagiários que uma empresa com mais de 25 empregados pode ter, em relação ao seu quadro de pessoal, é de 20%. Na Eletrosul, o Programa de Estágio estipulou que as vagas disponibilizadas são limitadas a 10% do quadro de pessoal aprovado para a empresa, ou seja, 167 vagas de estágio. A execução da contratação de estagiários é realizada por meio de um Agente de Integração.

Os benefícios concedidos aos estagiários são bolsa-auxílio educação, auxílio-transporte, seguro contra acidentes pessoais e recesso remunerado. Há também a possibilidade de participarem de treinamento promovido pela empresa, a critério do Órgão de Gestão de Pessoas e da área solicitante, desde que a carga horária do treinamento não ultrapasse a jornada de estágio permitida em Lei e não interfira nas atividades escolares do estudante.

Quanto à análise do quadro, os números mostram que o Programa de Estágio da Eletrosul beneficiou um número crescente de estudantes ao longo dos anos, alcançando em 2016 seu maior indicador.

O Programa atendeu em 2016, 217 estagiários, 12% a mais se comparado aos dois últimos anos. Deste total, 41 estudantes foram do Ensino Médio/Técnico e 176 estudantes do Ensino Superior, com investimento aproximado de R\$ 1,26 milhão.

Em comparação a 2014 e 2015, uma das causas para o aumento do investimento no Programa de Estagiários, pode ser explicada pelo reajuste das bolsas auxílio educação e auxílio transporte no final de 2015. Essa atualização foi aprovada pela RD-1596-07 de 30/09/2015 como resultado de uma pesquisa, onde se levantou os valores das bolsas praticadas pelas empresas do Sistema Eletrobrás. Em consequência desse estudo, deliberou-se um aumento das bolsas corrigidas pelo IPCA acumulado, além de definir que os valores delas tivessem atualização anual todo mês de maio, com pagamento na folha de junho.

Além do exposto, podemos citar que o número de estagiários ativos no final de 2014 e 2015 subiu de 108 para 118 em 2016, representando um investimento de mais de 9% nesse ano.

Por fim, conforme descrito no quadro acima, outro fator que influenciou o acréscimo no investimento total, foi o aumento da taxa de administração praticada por estagiário ativo, decorrente

do processo de licitação para contratação do novo agente integrador em maio de 2016, passando de R\$39,00 para R\$62,50, representando um impacto de mais de 60% no valor da nova taxa aplicada.

5.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

A gestão do patrimônio imobiliário dos empreendimentos de geração e transmissão sob concessão da Eletrosul é realizada pelo Setor de Gestão da Informação e Geoprocessamento - SEGIG, vinculado à Divisão de Engenharia Fundiária – DEFR, que, por sua vez, está vinculada ao Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária – DEA.

O DEA, juntamente com o Departamento de Engenharia de Geração – DEG e Departamento de Engenharia do Sistema – DES, está vinculado à Diretoria de Engenharia - DE.

No âmbito geral da gestão do patrimônio imobiliário, a empresa utiliza o Sistema DIM – Desapropriação de Imóveis, o qual possibilita o armazenamento e a manipulação de informações alfanuméricas relativas aos seguintes processos relacionados a imóveis, basicamente:

- Serviços administrativas para obras de Linhas de Transmissão.
- Desapropriações para obras de Subestações.
- Desapropriações para obras de Usinas Hidrelétricas.
- Serviços/Cessões de Uso/Desapropriações para obras de Usinas Eólicas.
- Locação/Comodato/Aquisição para obras de Telecomunicações.
- Outros.

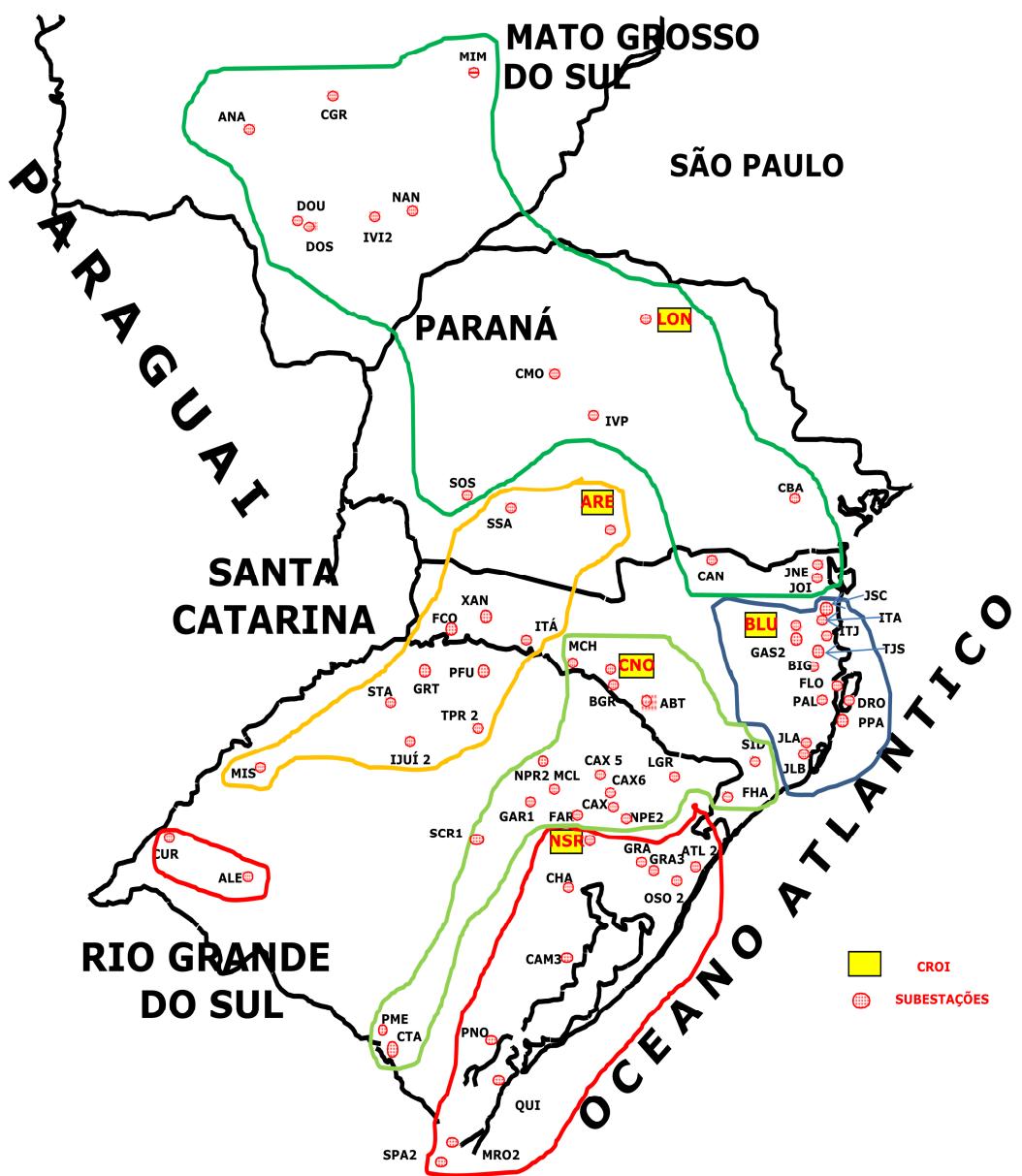
O armazenamento das informações consiste no registro de cada imóvel interceptado pelos empreendimentos, contendo, basicamente, a identificação cadastral do processo administrativo, a denominação do proprietário, a área total do imóvel e a área vinculada ao empreendimento, o valor indenizado pelo processo aquisitivo, o valor gasto com despesas legais (cartórios, etc), o valor indenizado pelas benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas, o valor indenizado pelos danos de obras, dentre outros. Permite ainda, a discriminação da situação do processo, ou seja, se encontra-se concluído, pendente ou tramitando em juízo (imissão na posse).

Atualmente, com o advento da implantação de um sistema multifinalitário e integrado de gestão da informação de forma corporativa, o Sistema DIM poderá ser substituído por um Sistema de Gestão Fundiária, o qual permitirá uma integração desse sistema com demais sistemas de informações, proporcionando a integração de informações alfanuméricas e espaciais de forma conciliada e em tempo real com outras informações dos empreendimentos, tais como: informações do licenciamento ambiental, da engenharia, de equipamentos, dentre outros.

Gestão dos Ativos – Operação e Manutenção

Conforme informado no item 2.1 – Finalidade e Competências, a Eletrosul coordena a operação, ininterruptamente, por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSEE), dividido em Centro de Operação da Transmissão (COT), Centro de Operação da Geração (COG) e Centro de Operação de Telecomunicações (CCT). Os comandos de operação são executados por Centros Regionais de Operação de Instalações (CROI) para as instalações de Transmissão e pelo próprio COG, para instalações de geração, com o auxílio de técnicos de apoio à operação nas instalações, com a possibilidade de operação do COSEE, em backup, por meio do Centro de Operação de Contingência (COC). As instalações de transmissão podem ser operadas, em backup, pelo COSEE.

Figura 3 Estrutura de operação das instalações da Eletrosul



Para gestão da operação dos ativos da Eletrosul, utilizam-se os seguintes sistemas informatizados:

Quadro 5.2.1 Sistemas Informatizados da Gestão de Operação

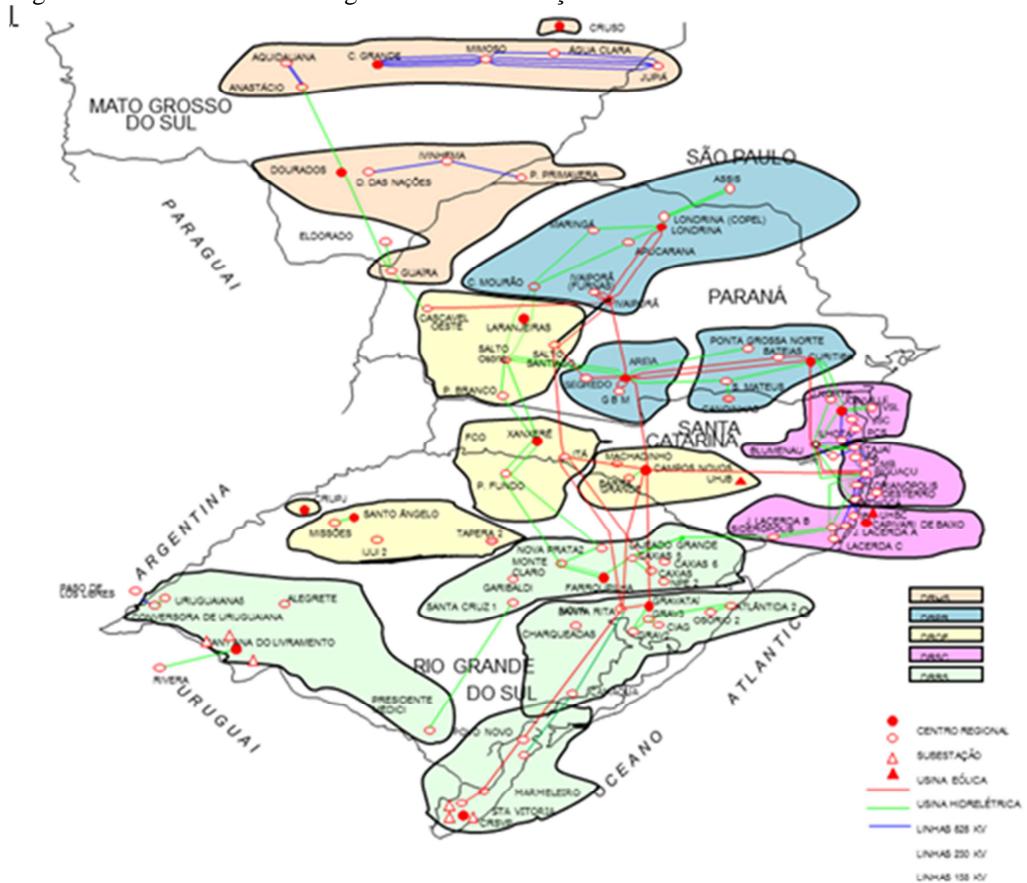
SISTEMA	FUNCIONALIDADE
GIRO – Gerenciador Informatizado de Rotina da Operação	Livro de turno, incluindo registros de manutenção e de intervenções.
GPI – Gerenciador do Processo de Intervenções	Solicitação e programação das intervenções no sistema.
Portal da Operação	Instruções operacionais.
RDOS – Relatório Diário de Ocorrência no Sistema	Registrar os eventos na operação do Sistema.
RRO – Relatório de Registro de Ocorrências	Registrar as ocorrências de desligamentos nas instalações de transmissão e geração.
LEQ – Localização de Equipamentos	Gestão de registro das localizações dos equipamentos operados ou mantidos pela Eletrosul

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação (AGO)

As responsabilidades, as regras e os procedimentos que envolvem a operação do sistema sob o comando e a execução da Eletrosul são normatizados no Manual de Operação, alinhados com os Procedimentos de Rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). As intervenções no sistema elétrico são analisadas, documentadas e otimizadas por uma equipe de programação de desligamentos, objetivando maximizar a disponibilidade do sistema. Para tanto, a empresa mantém uma equipe de engenharia especializada em estudos elétricos, que assegura a operação dentro dos padrões de segurança sistêmica, visando garantir confiabilidade e disponibilidade dos seus ativos. O controle da qualidade da operação é realizado pelas áreas de pós-operação.

A manutenção dos ativos de transmissão, geração e telecomunicação da Eletrosul é efetuada por cinco Divisões Regionais de Manutenção, segregadas em 13 Centros Regionais de Manutenção:

Figura 4 Divisões e Centros Regionais de Manutenção



Para gestão da manutenção dos ativos da Eletrosul, utilizam-se os seguintes sistemas informatizados:

Quadro 5.2.2 Sistemas Informatizados da Gestão da Manutenção

SISTEMA	FUNCIONALIDADE
BDE – Banco de Dados de Equipamentos	Gestão de ativos, incluindo cadastro, pedido de serviços, movimentações de equipamentos.
PPC – Prontuário e Plano de Contingência	Gestão de documentos de manutenção, incluindo prontuários de instalações e planos de contingências.
Recomendações Técnicas	Cadastro de recomendações técnicas de Engenharia de Manutenção.
Manual de Manutenção	Instrução de manutenção
SIM – Sistema de Informação da Manutenção	Geração de relatórios gerenciais de apoio à decisão.
MANPR – Manutenção Preditiva de	Gestão de registros e laudos de termovisão.

Equipamentos	
AEPC – Ajustes e Estudos de Proteção e Controle	Gestão de registros das parametrizações dos Relés de Proteção.
RTM – Relatório Técnico da Manutenção	Gestão de registro das ocorrências que necessitam de análise da Engenharia e/ou revisão de Instruções Normativas da Manutenção

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação (AGO)

A Eletrosul utiliza o BDE como o principal sistema informatizado de gestão da manutenção. Constitui-se no cadastro de todos os equipamentos instalados nas áreas operacionais da Eletrosul, mantendo registro histórico dos serviços de manutenção realizados, ensaios das análises preditivas, das movimentações e transferência de equipamentos.

Como principais aplicações deste sistema, temos os Pedidos de Serviços, relatórios de controle, consolidação das movimentações de equipamentos e atualização do cadastro de ativos operacionais.

A infraestrutura e procedimentos para gestão dos ativos da Eletrosul, em relação aos aspectos de operação e manutenção, apresentam-se adequadas, haja vista, os elevados indicadores operacionais da empresa.

5.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O patrimônio imobiliário gerido pela Eletrosul por meio do Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária – DEA - compreende assim, as áreas de terras cujos direitos foram adquiridos para fins de implantação e operação de empreendimentos sob sua concessão, tendo sido registrados tais direitos em nome da Eletrosul.

Os bens imóveis que constam em nome da União foram levantados e informados em resposta ao Ofício Eletrobrás CTA-PR-7706/2013, por meio da CE PRE-0116/2014, de 03/07/2014. Os bens informados restringiram-se ao levantamento de um imóvel no município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, o qual se encontra destinado à Subestação Alegrete, sob concessão de transmissão da Eletrosul.

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Telemática e Automação (PDTA) é um instrumento formal de planejamento, que orienta e disciplina as ações afetas à função de TI, Telecomunicações e Automação na empresa, que é apresentado para a aprovação da Diretoria Executiva.

Cabe ao Departamento de Telemática (DTL) a coordenação das ações e do grupo de trabalho multidisciplinar que revisa e propõem as ações do triênio. Cabendo a Diretoria de Operação a sua coordenação.

Em maio de 2010, por meio da Deliberação de Diretoria Executiva – DD 1320-03 de 05/05/2010, a empresa aprovou a Norma de Gestão Empresarial (NG 114) Provimento de Recursos de Telemática (Telecomunicações e Informática) e Automação, que normatiza o atendimento das demandas referentes a telecomunicações, informática e automação, para dar sustentação às decisões das Diretorias e processos da Eletrosul.

O atual Plano Diretor de Telemática e Automação da Eletrosul (PDTA) Triênio 2016 – 2018 foi aprovado por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD 1601-10, de 03/11/2015.

Tendo em vista as novas definições por parte da empresa, este plano necessitou sofrer alterações no ano de 2016 devido a restrições orçamentárias.

Adicionalmente, salienta-se o alinhamento da prática da Eletrosul em efetuar um planejamento de TI conforme as orientações do TCU, que por meio de questionário junto as empresas públicas “Levantamento de Governança de TI” questiona se a empresa possui plano de TI que contemple objetivos, indicadores e metas para TI, vinculado aos objetivos explicitamente alinhados ao planejamento estratégico da empresa.

As funções do comitê Gestor de TI estão inclusas no comitê gestor do PDTA, que engloba também as funções de telecomunicações e automações de toda a empresa.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas:

Composição do PDTA

O grupo de trabalho do PDTA foi determinado por meio da Resolução da Diretoria Executiva – RD 1601-10 de 03/11/15:

- Gerente do Departamento de Telemática - DTL (Coordenador)
Suplente - Antônio Fernando de Souza
- Gerente da Divisão de Supervisão e Suporte a Operação - DSSA representando a Diretoria de Operação
Suplente - Állan Falchetti Magri
- Gerente da Divisão de Planejamento e Operação de Telemática - DPOT representando a Diretoria de Operação
- Suplente - Daniel Kolm
- Gerente da ASG representando a Presidência (PRE)
Suplente - Carlos Henrique Machado
- Chefe de Setor de Engenharia de Projeto de Telecomunicações representando a Diretoria de Engenharia (DE)
Suplente - Léo Flávio Cardoso Pereira
- Gerente do DGI representando a Diretoria Administrativa (DA)
Suplente - Miguel Aldo Gutierrez
- Gerente do DEF indicado pela Diretoria Financeira (DF)
Suplente - Sandro Lacau

Reuniões e principais decisões tomadas:

O comitê revisor do PDTA reuniu-se em duas oportunidades para a elaboração do PDTA no primeiro semestre e no segundo semestre do ano de 2016. Os principais pontos tratados foram:

- Meta 1- Uso de software livre ou de código aberto;
- Meta 2 - Definição de política de segurança de Telemática e Automação;
- Meta 3 - Definição do plano de atualização do parque tecnológico e previsão de compras de equipamentos e consumíveis;
- Meta 4 - Definição de política de redistribuição, reaproveitamento e descarte de equipamentos;
- Meta 5 – Web e Intranet;
- Meta 6 - ERP Implantação SAP e ERP_CONSIST;
- Meta 7 – Implementação de Novo Sistema de Gestão Fundiária (SGF);
- Meta 8 - Implementação do Sistema de Ensino a Distância (EAD);

- Meta 9 – Implementação de Sistema de Controle de Inventário de Ativo Físico;
- Meta 10 – Renovação de Licenças dos Produtos de Colaboração IBM;
- Meta 11 - Infraestrutura de redes de telecomunicações;
- Meta 12 - Infraestrutura de Automação;
- Meta 13 - Convergência – Integração rede Eletrobras;
- Meta 14 - Monitoramento da qualidade de serviços e infraestrutura de telemática e automação; e
- Meta 15 - Melhoria da infraestrutura de Telemática que atende as Unidades Operacionais da Eletrosul.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade:

Manutenção: Os sistemas de informações: Software de Medição de Fronteira, Coleta Grandeza Anemométrica, Banco de dados Histórico do SAGE, estão em produção, e sua manutenção é realizada pelas equipes técnicas do Departamento de Telemática (DTL).

Desenvolvimento: Os sistema de informações (Software de Medição de Fronteira, Coleta Grandeza Anemométrica, Banco de dados Histórico do SAGE) estão em produção, foram desenvolvidos por equipes técnicas do Departamento de Telemática (DTL).

Riscos:

Avaliação de Riscos: Todos os procedimentos, para garantia da continuidade e disponibilidade dos sistemas de informação, estão contidos no Plano de Contingência da Eletrosul.

Sistema Software de Medição de Fronteira – O sistema atende a área de comercialização de energia da Eletrosul. A falha desse sistema ocasiona dificuldades na gestão da medição/comercialização de energia e a supervisão dos serviços de comunicações prestados para a CCEE para acessar aos medidores do Sistema de Medição para Faturamento da Eletrosul. Para mitigar eventuais risco de indisponibilidade, esse Sistema é monitorado continuamente pela ferramenta OPMON que verifica de forma online a disponibilidade dos serviços.

Sistema de Coleta Grandeza Anemométrica- O sistema de coleta diária de dados de intensidade e direção do vento nas usinas eólicas da Eletrosul atende às áreas de pós-operação e planejamento da Eletrosul, que elaboram estudos e relatórios que avaliam o desempenho dos parques eólicos, apontam necessidades de melhoria e servem como subsídios na implantação de novos empreendimentos. Além disso, a Eletrosul tem obrigatoriedade de enviar quinzenalmente esses dados à EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas, sob pena de receber multas em caso de descumprimento dos prazos pré-estabelecidos. Dessa forma, a indisponibilidade do sistema de coleta interrompe as atividades de análise, estudos e elaboração de relatórios pelas equipes de pós-operação e planejamento, podendo acarretar ineficiências na operação das usinas eólicas e baixa qualidade das informações que servirão de subsídios na implantação de novos projetos. Adicionalmente, a Eletrosul pode ser penalizada pela EPE no caso do não envio dos dados em tempo hábil.

Para mitigar eventuais risco de indisponibilidade o sistema é monitorado pela ferramenta OPMON que verifica de forma online a disponibilidade do sistema.

Banco de dados Histórico do SAGE - esse sistema de banco de dados histórico tem a função de guardar os dados de grandezas elétricas gerados a partir do monitoramento da rede elétrica da Eletrosul pelo Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (SAGE). Os dados ficam disponíveis para consulta através de uma interface específica, e podem ser consultados a qualquer momento

para dados com idade igual ou inferior a 2 meses, ou por solicitação à equipe de suporte para dados mais antigos. Os principais usuários são as equipes de pós-operação e planejamento do sistema elétrico.

A indisponibilidade temporária do banco de dados histórico do Sage pode provocar dificuldades na execução das atividades de análise e planejamento. A perda definitiva dos dados provocada por problemas de hardware não são toleradas. Para mitigar eventuais risco de indisponibilidade, esse Sistema é monitorado continuamente pela ferramenta OPMON que verifica de forma online as suas disponibilidades e são realizados backups diários como forma de preservar a integridade desses dados.

Quadro 5.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da Eletrosul

Sistema	Objetivo	Responsáveis Técnicos	Responsáveis Área	Tipo Manutenção	Despesas em 2016 (Valores em R\$ 1,00)
Software de Medição de Fronteira	Medição de energia para Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – Criticidade Alta.	Marlon Luis Petry	Anderson Maccarini Coral, Luciano Oliveira, Ricardo Matsukura Lindemeyer	Própria	R\$ 0,00
Sistema de Coleta Grandeza Anemométrica	Medição de grandeza anemométricas de parques eólicos – Criticidade Alta.	Diogo Vargas Marcos Luis Gustavo Coelho	Basilio Smaczilo Diogo Vargas Marcos Marcos R. Benedetti Tarcisio Kemper Anilson dos Santos Duarte	Própria	R\$ 0,00
Banco de dados Histórico do SAGE	Histórico do Sistema de supervisão do sistema elétrico – Criticidade Média.	Diogo Vargas Marcos	Anilson dos Santos Duarte	Própria	R\$ 0,00
Sistema de Leilão Digital da Eletrosul	Realização de Leilões de compra e venda de energia elétrica. Criticidade Baixa.	Carlos Alberto Ceolato Junior, Gustavo Fortes Tondello	Alceu Vieira Neto, Daniela Brandão Nascimento, Israel de Castro Palma, Julio Guido Signoretti Junior, Luís Felipe Schramm de Carvalho Rosa	Própria	R\$ 0,00
Sistema Integrado de Gestão - ConsistGEM/ConsistHR	Propiciar o suporte as Áreas de Negócio da Eletrosul para a execução das atividades Contábil, Fiscal, Financeira, Patrimônio, Suprimentos, Recursos Humanos e Informações Gerenciais da Eletrosul. Criticidade Alta.	Andre Demboski Pinter	Gerentes das Áreas de negócio da Eletrosul.	Terceirizada	R\$ 942.998,16
Inspecção de Linhas de Transmissão (SGS)	Gerenciar as inspeções nas linhas de transmissão. Criticidade Alta.	Carlos Alberto Ceolato Junior	Mara Beatriz Farias de Souza; Marcio Ribeiro Faverão; Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich.	Própria	R\$ 0,00

Sistema de Manutenção Preditiva de Equipamentos	Propiciar o suporte ao gerenciamento das manutenções preditivas em equipamentos do sistema elétrico da Eletrosul e que tem por objetivo prever e prevenir a ocorrência de falhas e defeitos nos equipamentos monitorados. Criticidade Baixa	Carlos Alberto Ceolato Junior	Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich	Própria	R\$ 0,00
Banco de Dados de Equipamentos	Gerenciar as tabelas de dados empregadas nos sistemas da Manutenção e da Operação do Sistema Elétrico. Criticidade Alta.	Andre Demboski Pinter, Carlos Alberto Ceolato Junior,	Altair Coutinho de Azevedo Junior; Cláudio Wanderlei Gomes Vargas; Mara Beatriz Farias de Souza; Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich.	Própria	R\$ 0,00
Manual de Manutenção	Contém as Instruções de manutenção da empresa. Criticidade Baixa.	Izi Silva Sena	Mara Beatriz Farias de Souza; Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich.	Própria	R\$ 0,00
Manual de Operação	Contém as Instruções de operação do sistema operativo da empresa. Criticidade Baixa.	Izi Silva Sena	Guilherme Belloli Réos; Sandro dos Santos Pereira.	Própria	R\$ 0,00
Gerenciamento do Processo de Intervenções	Disponibilizar ferramenta para criação, análise e programação de Solicitações de Intervenções no Sistema de Transmissão da Eletrosul. Criticidade Baixa.	Roberto Motta Neto	Luis Roberto de Oliveira; Maico Marques Dias.	Própria	R\$ 0,00

Fonte: Departamento de Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

Anualmente os treinamentos são identificados e registrados nos sistemas de PDEquipe (Planejamento de Desenvolvimento de Equipe) e PDI (Planejamento de Desenvolvimento Individual). Os treinamentos registrados no PDEquipe resultam das necessidades das equipes de acordo com os projetos e atividades planejadas no período. Os treinamentos registrados no PDI resultam das avaliações efetuadas no Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), de acordo com a necessidade de aprimoramento das competências avaliadas do empregado.

Plano de Capacitação de Pessoal de Telemática

- **Habilitar as questões legais de segurança e medicina do trabalho;**
 - i. Curso NR10;

- ii. Curso NR35;

Justificativa: Capacitar o empregado para o trabalho em equipamentos energizados, em área e altura de risco;

Resultado Esperado: Equipe certificada e habilitar legalmente a atuação dos empregados;

- **Participação em eventos de atualização tecnológica nas áreas de Telecomunicações, TI e Automação;**

- i. SUMMIT UTCAL;
- ii. FUTURECOM;
- iii. Encontro de provedores de serviços de telecomunicações;
- iv. Grupo de Trabalho de Engenharia e Operação de Redes (GTER);
- v. Grupo de Trabalho em Segurança de Redes (GTS);
- vi. Brazil Automation;

Justificativa: Capacitar o empregado com as novas tecnologias de telemática aplicadas ao setor;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter as novas tecnologias aplicadas ao setor;

- **Atualização em novas tecnologias para sistema SCADA;**

- i. protocolos IEC61850;
- ii. treinamento SCADA SAGE;
- iii. protocolo ICCP;

Justificativa: Capacitar o empregado com o uso dos novos protocolos aplicados a automação, telesupervisão e telecontrole;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter as novas tecnologias aplicadas ao setor;

- **Treinamento de sistema de monitoramento de infraestrutura de telemática;**

- i. Treinamento avançado no software OPMON;

Justificativa: Capacitar o empregado com técnicas de monitoramento de infraestrutura e serviços online aplicadas às áreas de telecomunicações, infraestrutura de TI e Automação do sistema elétrico de potência para que o mesmo possa planejar sua ampliação;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter novas tecnologias, garantindo a qualidade operacional através de monitoramento adequado;

- **Novas Tecnologias de ERP;**

- i. Treinamento básico SAP;

Justificativa: Capacitar o empregado com tecnologia ERP-SAP referente a infraestrutura de TI ;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter as novas tecnologias aplicadas ao setor;

- **Segurança da Informação (tecnologia);**

- i. ISO 27001;
- ii. Treinamento em técnica avançadas para proteção de ataques cibernéticos;

- iii. Treinamento em cybersecurity aplicado ao setor elétrico;
- iv. Datamining aplicado à segurança;

Justificativa: Capacitar o empregado em políticas, boas práticas e técnicas relacionadas à segurança da informação;

Resultado Esperado: Equipe apta a desenvolver políticas e boas práticas na gestão da segurança da informação corporativa e operacional;

▪ **Governança de Tecnologia da Informação;**

- i. Treinamento em ITIL;
- ii. Treinamento em COBIT;

Justificativa: Capacitar o empregado em políticas e boas práticas da gestão da segurança da informação;

Resultado Esperado: Equipe apta a desenvolver políticas e boas práticas na gestão da informação corporativa e operacional;

▪ **Negócios de Telecomunicações;**

- i. Tributação Federal e Estadual aplicadas a serviços SCM-Serviços de Comunicação Multimedia, regulação da ANEEL e ANATEL;
- ii. Participação em eventos de Telecomunicações;
- iii. Participação em congressos: FUTURECOM;

Justificativa: Capacitar o empregado na legislação e regulação do mercado de telecomunicações;

Resultado Esperado: Equipe apta a comercializar serviços de telecomunicações;

Quadro 5.3.2 Capacitação do Pessoal de TI Efetivamente Realizada

Evento	Início de Realização	Término de Realização
APG COMPACTO	05/10/2016	07/10/2016
APLICATIVO SAEC	01/04/2016	01/04/2016
APLICATIVO SAEC	30/03/2016	30/03/2016
BDE	19/10/2016	19/10/2016
BRIGADA DE EMERGÊNCIA	12/07/2016	13/07/2016
CAPACITAÇÃO NO USO DO AVA	29/02/2016	06/05/2016
CAPACITAÇÃO NO USO DO AVA	01/08/2016	12/08/2016
CAPACITAÇÃO NO USO DO AVA	29/02/2016	18/03/2016
CICLO 2016 DE GESTAO DO DESEMPENHO E PLANEJAMENTO DE METAS	16/03/2016	16/03/2016
CIPA	29/06/2016	01/07/2016
DILIGÊNCIAS PRÉVIAS (DUE DILIGENCE)	03/06/2016	03/06/2016
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIARIA	08/11/2016	08/11/2016
FUNDAMENTOS DO DOMINO DESIGNER	22/07/2016	05/08/2016
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	06/06/2016	06/06/2016
GERENCIAR E FISCALIZAR CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE FORMA EFETIVA	17/05/2016	17/05/2016
GESTÃO DE CONTRATOS	24/05/2016	25/05/2016

GESTÃO DE NEGÓCIOS PARA O SETOR ELÉTRICO	14/04/2016	17/03/2018
INTEGRAÇÃO DOS NOVOS EMPREGADOS	18/11/2016	18/11/2016
INTEGRIDADE E ÉTICA - COMPLIANCE	09/12/2016	09/02/2017
ISO 27001 FOUNDATION	03/03/2016	04/03/2016
LOTUS NOTES	09/11/2016	11/11/2016
MELHORES PRÁTICAS PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	20/10/2016	20/10/2016
NIVELAMENTO EM WEB MÍDIAS SOCIAIS E EAD	29/02/2016	18/03/2016
NIVELAMENTO EM WEB MÍDIAS SOCIAIS E EAD	29/02/2016	20/05/2016
NIVELAMENTO EM WEB MÍDIAS SOCIAIS E EAD	01/08/2016	12/08/2016
NIVELAMENTO EM WEB MÍDIAS SOCIAIS E EAD	29/02/2016	18/03/2016
NR 10 RECICLAGEM-SEG. EM INSTAL. E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE	11/04/2016	29/04/2016
NR35 -TRABALHO EM ALTURA - PRÁTICO	26/09/2016	26/09/2016
NR35 -TRABALHO EM ALTURA - TEÓRICO	16/09/2016	26/09/2016
OBRIGAÇÕES LEGAIS DO PATROCINADOR PERANTE SUA EFPC	24/10/2016	24/10/2016
PROCESSOS DE GESTÃO DE ATIVOS SUPORTADOS PELO SAP	24/11/2016	25/11/2016
PROCESSOS DE RECURSOS HUMANOS - SAP	30/11/2016	30/11/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	12/12/2016	16/12/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	12/12/2016	16/12/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	12/12/2016	16/12/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	12/12/2016	16/12/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	19/12/2016	21/12/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	19/12/2016	21/12/2016
PROERP - SAP SLO COMPARAÇÃO DE AMBIENTES DOS SISTEMAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS	19/12/2016	21/12/2016
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	21/11/2016	21/11/2016
RISCO, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE	04/11/2016	04/11/2016
SAP FUNDAMENTALS	27/06/2016	28/07/2016
SAP FUNDAMENTALS	27/06/2016	30/06/2016
THE DEVELOPER'S CONFERENCE	11/05/2016	13/05/2016
UTC AMÉRICA LATINA SUMMIT	06/04/2016	08/04/2016

Fonte: Departamento de Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

Quadro 5.3.3 Força de Trabalho de TI

Força de Trabalho de TI	Quatitativo
Empregados efetivos da carreira de TI da unidade	68
Terceirizados	8
Empregados efetivos de outras carreiras da unidade	2
Estagiários	3
Total	81

Fonte: Departamento de Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado:

O processo de gerenciamento de serviços de TI para manutenção e desenvolvimento de sistemas considera demandas definidas no Plano Diretor de Telemática e Automação da ELETROSUL (PDTA), revisado periodicamente e solicitações específicas realizadas pelas áreas da empresa. Os serviços de TI são solicitados por meio de sistema destinado a gestão das demandas.

Nas manutenções de sistemas em produção, os serviços de TI devem ser aprovados pelo Gestor do Sistema que enviará para os responsáveis de TI que definirão a prioridade, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, conforme tabela a seguir:

Quadro 5.3.4 Manutenções de Sistemas em Produção

Natureza do Serviço	Motivo
1 – Manutenção Corretiva	Paralisação Total do Sistema
	Paralisação da atividade, sem possibilidade de solução paliativa
	Paralisação da atividade, com possibilidade de solução paliativa
	Sem paralisação da atividade
2 – Manutenção Evolutiva	Exigência legal
	Melhoria no Processo
	Melhoria na Apresentação/ Layout
3 - Desenvolvimento	Exigência legal
	Melhoria no processo

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

Os serviços de TI são executados por equipe interna ou por empresas contratadas. Tanto os serviços de desenvolvimento de novos sistemas, quanto os serviços de manutenção de sistemas em produção, após a sua conclusão, são enviados para o solicitante da demanda que procederá a avaliação do serviço de TI.

Novos Desenvolvimentos

Os desenvolvimentos de novos sistemas necessitam aprovação do Gerente Formal da Área solicitante e o serviço é encaminhado para o Comitê de Priorização de Sistemas de Informática, formalmente constituído, conforme documento Correspondência Interna CI DGI-0345/2015 de 04/11/2015 e sua composição está relacionada a seguir:

Quadro 5.3.5 Composição do Comitê de Priorização de Sistemas de Informática

Nome	Matrícula	Espaço Ocupacional
Tarcisio Kemper (Coordenador)	1515933	Gerente de Departamento
Andre Demboski Pinter	1537664	Chefe de Setor II
Carlos Eduardo Sens Junior	1535189	Chefe de Setor II
Khaled El Adoui	1537573	Gerente de Divisão
Miguel Aldo Gutierrez Cordeiro	1506693	Gerente de Divisão
Sabrina Weiss Raupp	1535668	Analista de O & M
Vivianne Mehlan	1537630	Analista de O & M

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

No ano de 2016 foram realizadas oito reuniões do Comitê de Priorização de Sistemas de Informática e analisada 16 solicitações referentes a novos desenvolvimentos de sistemas de Tecnologia da Informação, sendo dois concluídos e em produção, quatro cancelados e 10 sistemas em processo de desenvolvimento.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:

A Norma de Gestão NG 114 Provimento de Recursos de Telemática (Telecomunicações e Informática) e Automação orienta a coordenação, a elaboração e o gerenciamento do PDTA, que é o "Instrumento formal de planejamento, que orienta e disciplina as ações afetas à função telemática e automação na empresa".

O atual Plano Diretor de Telemática e Automação da Eletrosul (PDTA) Triênio 2016 - 2018 foi aprovado pela RD 1601-10 de 03/11/15 e, por esse mesmo instrumento foi delegada a competência ao Diretor de Operação, a criação do grupo de trabalho para revisão periódica do PDTA, conforme proposto no RAD DTL-0006/2010.

As metas abaixo apresentadas fazem parte do PDTA do triênio 2016-2018, aprovadas pela Diretoria Executiva da Eletrosul, destacamos que tal Plano é o instrumento formal de planejamento, que orienta e disciplina as ações afetas à função telemática e automação na empresa.

Metas do PDTA ano 2016

A tabela PDTA faz um resumo das metas de TI (Tecnologia da Informação Administrativa), TO (Tecnologia da Informação Operacional) e TC (Tecnologia Telecomunicações).

Quadro 5.3.6 Resumo PDTA 2016

META	2016	
	Previsão (Valores em Reais Mil)	Realizado (Valores em Reais Mil)
1 - Uso de software livre ou de código aberto	20	0
2 – Implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações -PSIC	680	739,419
3 - Definição do plano de atualização do parque tecnológico e previsão de compras de equipamentos e consumíveis.	3.428	400,15
3.1 - Estações de trabalho, notebooks, monitores e tablets.	1.692	400,15

3.2 - Data Center (principal e contingência)	795	0
3.3 - Rede corporativa.	941	0
4 - Definição de política de redistribuição, reaproveitamento e descarte de equipamentos.	95	24,65
5 - Portal Web e Intranet	300	0
6 – ERP	17.325	4.232
6.1 – ERP em Produção – Consist GEM	700	943
6.2 – ERP em Implantação - SAP	16.625	3.288,94
7 – Implementação de Novo Sistema de Gestão Fundiária - SGF	300	0
8 – Implementação do Sistema de Ensino a Distância - EAD	33	20
9 – Implantação de Sistema de Controle de Inventário de Ativo Fixo	41	0
10 – Renovação de Licenças dos Produtos de Colaboração IBM	650	441,26
11 - Infraestrutura de redes de telecomunicações	852	15,4
11.1 - Implantação de DWDM no anel óptico	424	0
11.2 - Expansão do Backbone de telecomunicações	428	15,4
12 - Infraestrutura de Automação	865	43
12.1 - Centro de Operação do Sistema ELETROSUL (COSE)	200	41,0
12.2 - Centro de Operação de Contingência (COC)	10	0
12.3 - Centro de Controle da Automação (CCA)	0	0
12.4 - Laboratório de Automação Supervisão e Controle (LASC)	10	0
12.5 - Centro Regional de Operação de Instalações (CROIs)	60	0
12.6 - Usinas/Subestações Coletoras	81	0
12.7 - Subestações da Rede Básica	502	0
12.8 - Reset elétrico de equipamentos de SDSC	2	2
13 - Convergência – Integração rede Eletrobras	0	0
14 - Monitoramento da qualidade de serviços e infraestrutura de telemática e automação	4	3,52
15 - Melhoria da infraestrutura de Telemática que atende as Unidades Operacionais da Eletrosul	1.346	59,16
15.1- Sistema de comunicação satelital.	47	59,16

15.2 – Atualização tecnológica da comunicação operacional no pátio das SE's	204	0
15.3 – Atualização tecnológica do Sistema de VHF	655	0
15.4 - Telefonia Administrativa e Operacional	100	0
15.5 - Implantação de Sistema de Monitoramento através de CFTV para as Unidades Operacionais	300	0
15.6 - Manutenção e ampliação do Sistema de Medição de Faturamento	40	0
TOTAL ANUAL	25.939	5.978

Fonte: Departamento de Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

Meta 1 Uso de software livre ou de código aberto

Identificar áreas de tecnologia onde a aplicação de software de código aberto ou livre esteja consolidada, possuindo suporte e vantagem financeira para sua aplicação.

Resultado Esperado: Instalado sistema operacional GNU/Linux em 74 servidores de um total de 158. Também foram implantados os seguintes softwares livres: Servidor Radius para controle de acesso físico da rede (Free Radius), Servidor de controle de acesso e monitoramento a rede de convivência (PFSense) e Servidor de monitoramento de tráfego de rede (Cacti).

Observações referentes a essa meta: Não realizado devido a não haver necessidade, pois o conhecimento para implementar os novos softwares foram obtidos através das documentações.

Meta 2 Definição de política de segurança de Telemática e Automação

Implementação de ações em cumprimento às diretrizes da Política de Segurança da Informação e Comunicações.

Resultado Esperado: Implementar recursos necessários para garantir a segurança básica de acesso, de integridade e de disponibilidade das informações, através dos seguintes recursos de hardware e software: antivírus Symantec Endpoint Protection instalado nos servidores e nas estações de trabalho, firewall nos pontos de acesso da rede corporativa a rede internet, acesso a rede corporativa através de login e senha com regra de formação, controle de acesso a diretórios por perfil de usuário, controle de acesso a pontos de rede física, execução de rotinas de backup periódica e controle de acesso as dependências do Data Center Principal e Contingência e controle de acesso a Internet.

Observações referentes a essa meta: O valor ficou acima do previsto devido a correções monetárias e alta do Dólar.

Meta 3 Definição do plano de atualização do parque tecnológico e previsão de compras de equipamentos e consumíveis

Estabelecer critérios para atualização e substituição das estações de trabalho, dos servidores, notebooks e softwares da cesta básica utilizados na Eletrosul; reorganizar a infraestrutura do ambiente computacional corporativo centralizado; expansão da Rede Corporativa e Operacional.

Resultado Esperado: Estabelecer um plano de atualização, onde a substituição das estações de trabalho levando em consideração os critérios de desempenho requerido pelos softwares utilizados, tempo de garantia, vida útil, taxa de falha, perfil de usuário e local de instalação.

Consolidação dos servidores e serviços com a implantação dos novos servidores Blades (em lâminas), sistema de virtualização (XEN), melhorias no cabeamento estruturado de rede e readequação do layout dos Datacenters (Principal e Contingência).

Expansão da Rede Corporativa.

Contínua expansão das redes operacional e corporativa em atendimento a expansão do setor elétrico e novos clientes.

Observações referentes a essa meta: Não realizado todo o valor devido a restrições orçamentárias.

Meta 4 Definição de política de redistribuição, reaproveitamento e descarte de equipamentos

Identificar a possibilidade de reaproveitar equipamentos obsoletos entre áreas, e outras possibilidades de aplicações para esses equipamentos. Deverá ainda estabelecer os critérios para o descarte de peças e equipamentos, bem como a forma como isso será feito, em acordo com as normas vigentes de meio ambiente.

Resultado Esperado: Descarte consciente de equipamentos obsoletos.

Observações referentes a essa meta: Não realizado devido a não ter alcançado o uso do licenciamento atual.

Meta 5 Portal Web e Intranet

Disponibilizar informações e serviços para as partes interessadas, ou seja, sociedade, fornecedores, clientes, acionistas e empregados por meio do Projeto Portal da Eletrosul.

Resultado Esperado: Migração da atual tecnologia por uma mais segura, propiciando à Eletrosul uma maior agilidade da gestão de conteúdo externo, preparação do ambiente interno da Eletrosul para o crescimento horizontal do Portal.

Observações referentes a essa meta: Não realizado devido a restrições orçamentárias.

Meta 6 ERP Implantação SAP e ERP CONSIST

Implantação, e manutenção do Sistema Integrado de Gestão Empresarial, denominado SAP ERP, conforme Resolução DEE – RES 475/2013, da Eletrobras, denominado de Programa de implantação do padrão ERP nas empresas Eletrobras (PROERP).

Resultado Esperado: O objetivo principal da implantação deste sistema é a padronização dos Sistemas ERP das empresas Eletrobras, Além disso, para a Eletrosul, será possibilitar a integração dos diversos processos de negócio em substituição ao atual sistema implementado pela CONSIST com parte dos sistemas legados, conforme escopo definido e aprovado para a referida implantação.

Observações referentes a essa meta: Adequação orçamentária.

Meta 7 Implementação de Novo Sistema de Gestão Fundiária (SGF)

Aquisição de um Sistema Integrado de Gestão e Governança dos Processos Patrimoniais e Fundiários dos empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica em implantação e operação da Eletrosul.

Resultado Esperado: Disponibilizar o novo sistema para ser utilizado nos processos patrimoniais decorrentes do Leilão ANEEL 004/2014.

Observações referentes a essa meta: Parte do escopo está previsto na implantação do SAP. Não encaminhado por orientação da holding, aguardando definição do escopo SAP.

Meta 8 Implementação do Sistema de Ensino a Distância (EAD)

Contratação de serviço para a configuração, fornecimento, customização, operação e gestão de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), via WEB.

Resultado Esperado: Com a implantação de sistema para ações educacionais a distância haverá maior facilidade para a capacitação de um maior número de empregados, com redução significativa com despesa de viagens e hospedagem, bem como com inscrições em cursos.

Observações referentes a essa meta: Parte dos serviços foi executada pela equipe técnica da Eletrosul.

Meta 9 Implantação de Sistema de Controle de Inventário de Ativo Fixo

Implantação de novas soluções para controle de ativo fixo em virtude do sistema ineficaz existente para o controle dos Equipamentos Gerais pertencentes à Eletrosul.

Resultado Esperado: Maior eficiência de controle.

Observações referentes a essa meta: Restrição orçamentária. Atividade continua sendo executada de forma manual.

Meta 10 Renovação de Licenças dos Produtos de Colaboração IBM

Renovação das licenças de suporte/atualização dos produtos de colaboração IBM.

Resultado Esperado: Renovação efetuada bienalmente.

Observações referentes a essa meta: A renovação do produto foi alterada para bienual devido a restrição orçamentária. Expandir as licenças somente quando houver necessidade.

Meta 11 Infraestrutura de redes de telecomunicações

Ampliação, manutenção e adequação da infraestrutura de redes e de comunicação entre as unidades de produção e administrativas da ELETROSUL, bem como dessa com outros agentes. Implantação do novo projeto de convergência da empresa.

Resultado Esperado: Implantação e expansão do sistema DWDM. Expansão do meio de transmissão óptico. Implantação do novo projeto de convergência da empresa.

Observações referentes a essa meta: Não realizado todo o valor devido a restrições orçamentárias.

Meta 12 Infraestrutura de Automação

Estava previsto o retrofit dos equipamentos switches para as unidades de produção da empresa. Na sede da empresa, no COSEE (Centro de Operação do Sistema da Eletrosul) estava previsto a substituição do videowall da função operação e telecomunicação.

Resultado Esperado: Aumentar a segurança do sistema de telecontrole, como por exemplo, controle de acesso com autenticação centralizada e individualizada ao sistema de automação e telecontrole. Recapacitação da infraestrutura para atendimento aos serviços do ambiente industrial (SCADAs e gateway-ONS), baseada em virtualização.

Observações referentes a essa meta: Não realizado todo o valor devido a restrições orçamentárias.

Meta 13 Convergência – Integração rede Eletrobras

Permitir ambiente de integração das empresas do grupo Eletrobras em uma rede privada chamada Netbras, que agregue os serviços de videoconferência, telefonia e Intranet das empresas do grupo Eletrobras.

Resultado Esperado: A rede Netbras está integrando atualmente as empresas Eletrosul, CGTEE, Furnas, Eletronorte, Eletrobras RJ, Eletrobras Brasília em uma rede com quatro vlans, sendo que os serviços atualmente em operação são videoconferência e intranet para ligando as unidades da Eletrobras RJ e Brasília.

Observações referentes a essa meta: Coordenação da holding. Para a interligação (prevista para o triênio 2016/2017/2018) serão utilizados recursos existentes.

Meta 14 Monitoramento da qualidade de serviços e infraestrutura de telemática e automação

Realizar licitação para adquirir a plataforma de monitoramento de serviços e infraestrutura de rede de TI, TO e Telecomunicações.

Resultado Esperado: Adquirido através de licitação pública o software de monitoramento OPMON com os serviços e infraestrutura já configurados e operacionais.

Observações referentes a essa meta: Execução limitada a 25% do valor da licitação para aumento do número de pontos. Obtido de custo de oportunidade.

Meta 15 Melhoria da infraestrutura de Telemática que atende as Unidades Operacionais da Eletrosul

Identificação e implantação das melhorias nas infraestruturas de telecomunicações, TI e automação das unidades operacionais da Eletrosul.

Resultados Esperados: Avaliação, adequação e contratação de serviços de comunicação satelital para apoio a manutenção de linha de transmissão.

Avaliação de sistema de comunicação via VHF das controladoras com as subestações telecontroladas e dessas com o COSEE. Avaliação de atualização tecnológica do atual sistema de VHF da empresa.

Elaboração de política para a implantação do sistema de monitoramento patrimonial e operacional das unidades operacionais da Eletrosul. Elaborar projeto e implantação em algumas unidades operacionais para avaliação da sua eficácia.

Adequação e implantação de um sistema moderno de comunicação para atendimento às unidades administrativas e operacionais, integrando sistemas e garantindo os requisitos operacionais ditados pelos procedimentos de rede.

Elaboração de política para a implantação do sistema de monitoramento patrimonial e operacional das unidades operacionais da Eletrosul.

Implantar sistema de medição de faturamento para atender às solicitações das áreas afetas.

Observações referentes a essa meta: Llicitação pública para contratação de serviço satelital, serviço satelital com valor da tarifa vinculado a moeda estrangeira.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade:

Atualmente a Eletrosul necessita da prestação de serviços de TI do Sistema de Gestão Empresarial (ERP) desenvolvido por empresa especialista no assunto. Por decisão das empresas Eletrobras, iniciamos em 2014 o projeto de Padronização do ERP usando o Sistema SAP, o qual prevê capacitação especializada para todos os profissionais das empresas do Sistema Eletrobras, resultando em obtenção de conhecimentos fundamentais. Com isso prevemos uma menor dependência de empresas terceirizadas nas demandas de manutenção, parametrização e desenvolvimento.

5.3.1 Principais Sistemas de Informações

A resposta a este subitem encontra-se na letra “c” do item 5.3 - Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A resposta a este subitem encontra-se na letra “b” do item 5.3 - Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

a) Visão geral da Política de Sustentabilidade Ambiental adotada pela unidade:

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras está alinhada a Missão, Visão e Valores da empresa e tem como objetivo nortear o tratamento das questões socioambientais em consonância com os princípios da sustentabilidade.

A premissa fundamental é a conformidade com as diretrizes das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, bem como com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Foi elaborada em 2006 e passa por revisões periódicas com o intuito de contemplar em seu escopo os principais temas e disciplinas integrantes do cotidiano da gestão ambiental praticada pelas empresas Eletrobras.

As atualizações são discutidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Política Ambiental (GT1) do Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, e as revisões aprovadas pela Eletrobras passam por aprovação da Diretoria Executiva da Eletrosul.

A adesão da empresa à versão 3.0 da Política Ambiental foi aprovada por meio de Resolução da Diretoria Executiva da Eletrosul, na qual houve a inserção de preceitos associados ao remanejamento de populações atingidas por empreendimentos de energia elétrica.

As atividades de divulgação, internalização, acompanhamento e avaliação do processo de implementação da Política nas empresas, são discutidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Comunicação Ambiental (GT9), que atua em caráter permanente e possui um representante de cada uma das empresas Eletrobras.

Importante salientar que a Eletrobras coordena o Subcomitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras (SCMA), vinculado ao Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente (COPEM) que é vinculado ao Conselho Superior do Sistema Eletrobras (CONSISE). Esse Subcomitê é um colegiado composto pelos gestores das áreas de meio ambiente, contando com o apoio de 9 Grupos de Trabalho permanentes e 5 comissões temporárias formados por representantes das equipes técnicas de cada uma das empresas Eletrobras, para tratar de assuntos de interesse comum.

A Eletrosul em consonância com a recomendação da *holding*, aprovou a criação de uma Comissão Interna para o gerenciamento do Plano de Internalização da Política Ambiental na empresa.

As sugestões propostas nesse Plano foram objeto de ampla discussão pela citada Comissão Interna, composta pelas áreas de meio ambiente, responsabilidade social e comunicação, sempre propondo ações exequíveis, associadas ao mínimo dispêndio de recursos humanos e financeiros.

Algumas ações do Plano de Internalização já foram realizadas visando à disseminação aos empregados dos princípios e das diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, que reforçam o respeito ao meio ambiente, o compromisso com o desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos nos negócios de curto, médio e longo prazo.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):
A Eletrosul não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:
A Eletrosul separa seus resíduos recicláveis descartados, tanto nas áreas descentralizadas quanto na sede da empresa, conforme preconiza o Decreto 5940/2010.

Todas as informações referentes à destinação dos resíduos sólidos gerados na empresa são armazenadas num software denominado “Indicadores para Gestão da Sustentabilidade nas Empresas Eletrobras (IGS)”, software utilizado sob a coordenação da holding e operacionalizado pelo CEPEL. O aplicativo foi desenvolvido no ambiente da internet com a função de monitorar, registrar, arquivar e uniformizar mensalmente os indicadores ambientais, de forma corporativa.

Em 2016, a Eletrosul contratou a empresa Júnior do curso de engenharia sanitária e ambiental da UFSC para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na sede.

O objetivo do PGRS foi propor ações para implementação do correto manejo dos resíduos sólidos, de acordo com a Lei 12.305/2010, o Decreto 5940/2010 e demais normas e legislações vigentes que regem o tema. Com isso, apresentou um diagnóstico detalhado do gerenciamento de resíduos na sede da empresa e, a partir deste, ações corretivas, programas, metas e ações para a adequação às normativas legais e técnicas.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:
Apesar do Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, não ser aplicável à Eletrosul, pois esta não está enquadrada como administração pública federal direta, autárquica e fundacional ou empresa pública dependente, conforme definido no art. 1º do supracitado Decreto, a empresa está comprometida em estabelecer requisitos de sustentabilidade para as suas aquisições, visando a redução do consumo de insumos.

Como exemplo citamos a construção da edificação do Setor de Manutenção de Campos Novos, em que foram observados os critérios de sustentabilidade ao serem aplicadas tecnologias de aproveitamento da água da chuva, redução da necessidade de climatização, geração de energia fotovoltaica, dentre outras ações.

Importante destacar que foi criado no âmbito das empresas Eletrobrás o Grupo de Trabalho Sustentabilidade, vinculado ao Comitê Estratégico de Logística de Suprimentos do Sistema Eletrobrás (CELSE).

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012:

A Eletrosul não possui plano de gestão de logística sustentável.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema:

O Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030 apresenta em sua Missão, Visão e Valores, o compromisso de atuar de forma sustentável. A partir dessas premissas, a Eletrosul vem desenvolvendo diversas ações no sentido de aprimorar a gestão e os processos relacionados à sustentabilidade empresarial, incluindo metas ambientais de redução de consumo de energia, água e combustíveis fósseis.

Tanto na fase de implantação, quanto na fase de operação de seus empreendimentos, atua em absoluta observância às legislações ambientais e respeito às populações abrangidas pelos seus empreendimentos.

Para aferir os resultados da gestão ambiental, a empresa utiliza um conjunto de indicadores, que avaliam os quantitativos de insumos e resíduos produzidos no processo produtivo e seus impactos nos recursos naturais.

Tendo como base o monitoramento e análise desses indicadores, anualmente são elaborados inventários temáticos ambientais (água, energia, resíduos, combustíveis, supressão vegetal, entre outros), além de diagnósticos de desempenho para todas as áreas da empresa, permitindo o estabelecimento de estratégias, planos e metas de melhoria do desempenho ambiental, contribuindo para a redução do desperdício e incentivando a reutilização de materiais no processo produtivo.

Além disso, atendendo a objetivos estratégicos relacionados ao tema “mudanças climáticas”, anualmente, a Eletrosul contabiliza suas emissões de gases de efeito estufa, participando da elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa das Empresas Eletrobras. Este inventário é auditado anualmente, e em 2016 a Eletrosul foi selecionada como uma das empresas Eletrobras, cujos controles passarão por essa avaliação.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A resposta a este subitem encontra-se na letra “d” do item 5.4 - Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

A estrutura organizacional da Eletrosul contempla a Ouvidoria Geral subordinada à Presidência (PRE), e tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos. Já a Comissão Permanente de Ética foi criada para avaliar denúncias e indicar medidas aos agentes que agiram em desacordo com os princípios éticos.

São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões entre outros, tanto nas localidades em que atua quanto nas áreas de implantação de novos empreendimentos.

Quadro 6.1.1 Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico às partes interessadas	fone: (48) 3231-7300 3231-7000
Ouvidoria Geral – Tem por propósito receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informações decorrentes de procedimentos da atuação da empresa, com o objetivo de buscar soluções a estas com a maior brevidade possível, sempre observando os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.	Site da Eletrosul (www.eletrosul.gov.br): Ouvidoria e Canal Denúncia. E-mail: canaldenuncia@eletrosul.gov.br ouvidoria@eletrosul.gov.br Telefones: (48) 3231-7460 / 3231-7315 08006487822 – Ouvidoria e Frota da empresa 0800488048 – Meio ambiente e queimadas End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Em atendimento à Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), está disponível o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Esse sistema permite que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhe pedidos de acesso a informação a empresa.	E-mail: sic@eletrosul.gov.br Telefones: (48) 3231-7460 / 3231-7315 ou 0800.6487822/ End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal - Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Comissão Permanente de Ética – oportuniza ao seu corpo funcional o esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética dos empregados, administradores e prepostos, minimizando a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como busca fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados junto à sociedade.	e-mail: etica@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7117

Fonte: Ouvidoria Geral (OVGE) e Comissão Permanente de Ética

No período de 01/01/2016 a 31/12/2016, a Ouvidoria Geral recebeu através do Sistema de Gestão de Ouvidoria, 741 manifestações, sendo 596 solicitações de informações, 47 reclamações, 57

denúncias, 10 críticas, 3 elogios, 1 agradecimento, 15 sugestões e 12 canceladas.. Destaca-se que todas as manifestações recebidas nesse período foram respondidas.

Salienta-se, ainda, que no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, foram recebidas 41 solicitações e 26 recursos pelo sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (Lei 12.527/2011), sendo todos respondidos.

Informamos que não houve alterações dos procedimentos adotados pela unidade decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso ao cidadão. Da mesma forma, não há previsão de implementação de procedimentos em exercícios futuros a fim de otimizar o atendimento, tendo em vista que o mesmo atende as necessidades das partes interessadas.

A Comissão Permanente de Ética, de 01/01/2016 a 31/12/2016, recebeu 0 (zero) consultas e 1 (hum) denúncia através do Sistema de Consultas e Denúncias à Comissão de Ética. Com relação a esta denúncia, foi instaurado o Procedimento Preliminar de Apuração em 14/06/2016, o qual se encontra com o relator para elaboração do relatório de conclusão.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Eletrosul não se configura como unidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, não havendo publicação da Carta de Serviços ao Cidadão.

6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Os mecanismos para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e ou serviços da Eletrosul são as pesquisas, os diagnósticos e os canais de comunicação, disponibilizados para sugestões, reclamações entre outros. As pesquisas e diagnósticos elaborados pela empresa são:

Pesquisa de Satisfação de Clientes Eletrosul

A partir de 2001, a empresa incorporou na sua gestão a busca pela satisfação dos clientes, procurando identificar oportunidades para a melhoria de seus produtos e serviços, utilizando uma pesquisa, aplicada por empresa especializada, com objetivo de apurar o grau de satisfação dos clientes.

A pesquisa, que, entre os anos de 2001 e 2011 era realizada anualmente, passou a ser bienal. A decisão de alterar a periodicidade da aplicação da pesquisa se deu a partir da solidificação dos resultados ao longo dos anos e se mostrou acertada, pois não teve impacto negativo para os resultados, o que demonstra que a cultura para a melhoria da satisfação dos clientes já está incorporada na empresa.

A Eletrosul não realizou em 2015 a Pesquisa de Satisfação com os Clientes, o que acabou ocorrendo no primeiro semestre de 2016.

A Pesquisa de Satisfação de Clientes 2016 foi realizada via web, com intervenções realizadas por telefone, diferentemente de anos anteriores em que foi realizada de forma presencial. Além desta mudança, a empresa contratada para realização da Pesquisa trabalha com critérios de avaliação de respostas com medição por meio de escala Likert, atribuindo pesos diferentes para os conceitos “muito satisfeito” e para o “satisfeito”.

Apresentamos abaixo o resultado da Pesquisa da Satisfação dos Clientes aplicada em 2016:

Quadro 6.3.1 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2016

Índice/Ano	2016
Índice de satisfação geral Eletrosul	94,7

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Ao compararmos este resultado aos resultados de 2013 e 2011 (abaixo apresentados), houve uma pequena piora nesse índice atribuído principalmente as mudanças de metodologia adotados pela empresa contratada realizadora da pesquisa.

Quadro 6.3.2 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2011 e 2013

Índice/Ano	2011	2013
Índice de satisfação geral Eletrosul	95,5	100,0
Índice de satisfação geral no conceito muito satisfeito	53,3	57,1
Índice de satisfação geral no conceito satisfeito	42,2	42,9

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Após análise dos resultados da Pesquisa de Satisfação de Clientes Eletrosul 2016, apesar dos excelentes índices de satisfação dos clientes da Eletrosul, observa-se a necessidade de um trabalho de divulgação às partes interessadas dos principais meios de comunicação, bem como um aprimoramento destes canais, visando agilizar o retorno aos nossos clientes. A empresa não estabeleceu metas de aumento de medição nestes índices em função da atual restrição orçamentária.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Não foi realizado nenhum Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental em 2016, pois não houve implantação de novo empreendimento corporativo no referido ano.

Canais de Comunicação

A Eletrosul possui vários canais de comunicação, visando à aproximação da empresa com seus *stakeholders*.

A comunicação com a sociedade e com os clientes ocorre por meio de publicações em jornais de grande circulação, relatórios publicados (Relatório de Administração e Relatório de Sustentabilidade), internet (site, *facebook* e *twitter*) e por meio dos canais da Ouvidoria. Na comunicação com a sociedade ainda podem ocorrer eventos e programas próprios abertos ao público, como o Programa Casa Aberta e a Casa Eficiente.

Com os clientes, o relacionamento também é mantido por meio de reuniões técnicas, de relatórios, de pesquisas de satisfação, onde são extraídas informações de referência para a melhoria de produtos e serviços.

6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

Com o objetivo de garantir a transparência da gestão, o site da Eletrosul disponibiliza, de forma clara e direta, as informações sobre sua atuação. Entre os canais disponibilizados logo na primeira visualização do site está o “Acesso à Informação”, que traz informações institucionais, ações e

programas desenvolvidos, informações sobre despesas, repasses e transferências de recursos, licitações e contratos, entre outras.

O acesso aos Relatórios de Auditoria, de Gestão Empresarial, ao Certificado de Auditoria, ao Parecer do Dirigente de Controle Interno e ao Pronunciamento Ministerial relacionado também estão acessíveis logo a partir da primeira visualização, ao clique sobre “Processo de Contas Anuais”. Os editais e documentos públicos, bem como os relatórios com as demonstrações financeiras, também podem ser acessados de forma rápida e direta. A mesma facilidade para acesso, no site, é observada para os canais “Canal Denúncia”, “Ouvidoria” e “Fale Conosco”, oferecidos para manifestação da população.

Abaixo os links:

Acesso à Informação - <http://www.eletrosul.gov.br/ampnbsp/acesso-agrave-informacao>

Processo de Contas Anuais - <http://www.eletrosul.gov.br/investidores/relatorios/processo-de-contas-anuais/processos-de-contas-anuais>

Editais e Documentos Públicos - <http://www.eletrosul.gov.br/ampnbsp/editais-e-documentos-publicos>

Relatórios com as Demonstrações Financeiras - <http://www.eletrosul.gov.br/investidores/relatorios>

Canal Denúncia - <http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?Team={7D085061-4716-4E9F-9BD0-697DDEFB0AFF}>

Ouvidoria - https://www.eletrobras.com/SOU/Manifestante/Nova_Solicitacao.asp?empresa=Els

Fale Conosco - <http://www.eletrosul.gov.br/fale-conosco>

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho Financeiro no Exercício

O Fluxo Financeiro da Companhia é demonstrado no Quadro 7.1.1. Para este demonstrativo, foi adotada itemização da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFLUX), conforme apresentado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MP). Os saldos de caixa apresentados no DFLUX seguem o critério de Disponibilidades de Caixa e Bancos, incluídas as aplicações de alta liquidez, consideradas como equivalentes de caixa. Nas demonstrações financeiras esta apuração coincide com a soma das Rubricas Caixa e Títulos e Valores Mobiliários. De modo a trazer detalhamento de movimentações relevantes, foram abertos itens adicionais.

Quadro 7.1.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFLUX) Grupos de Receitas e Despesas	Realizado 2016 (em R\$)
Disponível Inicial	57.105.909
De Empréstimos em Moedas	254.287.014
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	1.581.102
Entradas de Vendas e Outras Receitas Operacionais	1.740.442.173
<i>Comercialização e Repasse de Energia</i>	276.001.544
<i>Venda de Energia Própria</i>	414.548.177
<i>Receita de Transmissão</i>	921.967.015
<i>Outras Receitas Operacionais</i>	127.925.437
Entradas de Receitas Não Operacionais (Exceto Financiamentos)	451.087.628
<i>Alienação de Ativos</i>	251.976.089
<i>Dividendos Recebidos</i>	12.304.763
<i>Outras Receitas não Operacionais</i>	186.806.776
Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações	29.328.501
Total de Recursos Financeiros	2.476.726.418
Saídas de Capital	1.083.845.976
<i>Pagamento de Empréstimos e Financiamentos</i>	426.796.189
<i>Investimento no Ativo Imobilizado</i>	209.660.360
<i>Inversões Financeiras</i>	447.389.427
Pagamento de Contas e Outras Obrigações	1.371.010.410
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	386.610.282
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	209.016.567
<i>Devolução de Recursos de Terceiros (Cauções, Depósitos e Outras Obrigações)</i>	5.616.143
<i>Materiais e Produtos</i>	330.727.472
<i>Serviços de Terceiros</i>	133.021.362
<i>Utilidades e Serviços</i>	4.001.705
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	77.502.536
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	224.514.343
Total das Saídas	2.454.856.386

Fonte: Assessoria Econômico-Financeira (AEF)

RECURSOS:

- **De Empréstimos em Moedas:**

Engloba a entrada de recursos através de operações de crédito de longo e curto prazo. Em 2016 foram contratados R\$ 4.287 mil em financiamentos de longo prazo e R\$ 250.000 mil de curto prazo para fazer frente ao programa de investimentos da companhia.

- **Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo:**

O valor realizado nesta rubrica refere-se ao recebimento dos recursos repassados através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, onde a Eletrosul atua como intermediador e repassador dos recursos entre a Eletrobras e as prefeituras participantes.

- **Comercialização e Repasse de Energia:**

Estão contabilizadas nesta rubrica a comercialização de energia própria ocorrida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a energia adquirida através dos contratos de Power Purchase Agreement (PPA) com as SPEs Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e eólicas Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX, empresas as quais a Eletrosul detém participação acionária.

- **Venda de Energia Própria:**

Refere-se aos valores recebidos da energia produzida pelas usinas pertencentes à Eletrosul vendidas nos contratos do mercado regulado. Por se tratarem de contratos de Longo Prazo no ambiente regulado do mercado de energia, o risco de inadimplência é muito reduzido. Não foram verificados atrasos nestes recebimentos.

- **Receita de Transmissão:**

Compreende a Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de subestações e linhas de transmissão sob a responsabilidade da Eletrosul. Por se tratar de mercado regulado, o risco de inadimplência é muito reduzido. Não foram verificados atrasos nestes recebimentos.

- **Outras Receitas Operacionais:**

Os maiores componentes desta rubrica são os recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros e os valores recebidos por pessoal próprio cedido a outras empresas do grupo ou órgãos governamentais, respondendo esses dois itens por aproximadamente 84% do total.

- **Alienação de Ativos:**

A receita de alienações refere-se, em quase sua totalidade, à transferência de ativos da Subestação Porto Velho e também da venda das participações nas SPEs Norte Brasil Transmissora de Energia (NBTE) e Integração, para a Eletronorte.

- **Dividendos Recebidos:**

Dividendos recebidos das empresas em que a companhia detém participação acionária.

- **Indenizações - Prorrogação das Concessões:**

Os recursos aqui contabilizados provêm das indenizações decorrentes da prorrogação das concessões de energia elétrica, conforme definido na Lei 12.783/13.

- **Outras Receitas não Operacionais:**
Aproximadamente 70% dos recursos recebidos nessa rubrica são decorrentes das liberações de cauções e depósitos em garantias e dos recebimentos provenientes de créditos da Lei 8727/93.
- **Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações:**
Esta rubrica refere-se às receitas auferidas pela aplicação da disponibilidade de recursos no mercado financeiro.

SAÍDAS:

- **Pagamento de Empréstimos e Financiamentos**
O item apresenta a amortização dos contratos de empréstimos e financiamentos. Do montante apresentado, 34% foram destinados à amortização de financiamentos do BNDES, e 47% à quitação de Notas Promissórias do BTG Pactual
- **Investimento no Ativo Imobilizado**
Apresenta desembolsos de grande monta, com destaque aos projetos Eólicos de Coxilha Seca e às Ampliações do Sistema de Transmissão da Região Sul e Mato Grosso do Sul.
- **Inversões Financeiras**
Um grande volume de recursos foi aplicado nas participações que a companhia possui em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). As Inversões Financeiras foram realizadas em 12 companhias, dos segmentos de geração e transmissão de energia.
- **Pessoal e Encargos Sociais**
Os desembolsos são predominantemente compostos pelo salário-base, encargos sociais e benefícios sociais. Também compõem esta rubrica os gastos com periculosidade, horas extras e demais gastos.
- **Encargos Financeiros e Outros**
O item apresenta o pagamento de juros e de outros encargos decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos em andamento. Do montante apresentado, 37% foram destinados aos encargos de financiamentos do BNDES e 22% aos empréstimos e financiamentos com a *Holding* Eletrobras. As demais despesas foram destinadas ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BTG Pactual e Fundação de Previdência ELOS.
- **Devolução de Recursos de Terceiros (Cauções, Depósitos e Outras Obrigações)**
A maior parte dos valores da rubrica refere-se à dação de valores em garantia, com destaque às garantias necessárias às operações na Câmara de Comercialização de Energia e às decorrentes dos contratos de financiamento.
- **Materiais e Produtos**
O item é majoritariamente composto, em 96%, da Compra de Energia, decorrente de contratos de Power Purchase Agreement (PPA) com as SPEs Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e Eólicas Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX, empresas as quais a Eletrosul detém participação acionária. O restante decorre dos gastos com material de escritório, limpeza, manutenção predial, despesas com combustíveis, etc.

- **Serviços de Terceiros**

Os Serviços de Terceiros apresentam as despesas com a prestação de serviços técnicos, administrativos e operacionais, compreendendo consultoria, auditoria, assessoramento, elaboração de projetos, manutenção de equipamentos, serviços de limpeza, vigilância, viagens de empregados, alimentação, auxílio transporte, seguros, treinamento, publicidade e propaganda, entre outros.

- **Utilidades e Serviços**

O item é composto pelos gastos relativos ao consumo de energia das instalações, telecomunicações, água, correspondências, etc.

- **Tributos e Encargos Parafiscais**

Os desembolsos com Tributos e Encargos Parafiscais são compostos em 2016 por Impostos sobre a Receita (PIS/COFINS, ICMS, ISS) representando 63% do total. Impostos sobre o Resultado (IRPJ e CSLL) com 4% e impostos e contribuições setoriais (RGR, Aneel, ONS, etc) com 33%.

- **Outros Dispêndios Correntes**

O grupo Outros Dispêndios Correntes engloba os dispêndios não relacionados nos itens anteriores e é composto principalmente por royalties, aluguéis, despesas judiciais, parcelamento PAES (Lei 10.684/2003), recolhimento de impostos de terceiros, seguros, entre outros.

Em relação ao equilíbrio de fluxos de entradas e saídas, pode-se separar a análise em dois pontos. A Companhia apresenta compatibilidade entre as suas receitas e despesas operacionais, com excedente para amortizar as dívidas com bancos e demais credores. Em relação à gestão de dívida, em 2016 a Eletrosul firmou acordos de rolagem de dívida com a Controladora Eletrobras. Estes acordos estão inseridos nas diretrizes do Plano de Negócios 2017-2021, aprovada pela Controladora, que prevê liquidação de parte desta dívida com base na transferência de ativos.

A Eletrosul atua em setor regulado, deste modo as receitas operacionais possuem risco muito baixo de inadimplência. No exercício de 2016 a companhia financiou seus investimentos com uma composição de recursos da seguinte forma: parte com recursos de terceiros, empréstimos e financiamentos; e com o recebimento decorrente de alienação de ativos fora de sua região de atuação, para outra empresa do mesmo grupo, ocorrida no ano de 2015.

7.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica. A Eletrosul não adota as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações financeiras da Eletrosul são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas regulatórias da ANEEL constantes no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 e os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

7.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A Eletrosul, por ser sociedade de economia mista, segue as normas contábeis aplicáveis às Sociedades por Ações, estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos Contábeis e demais orientações aprovadas pelos órgãos competentes. Também, como participante do setor elétrico, deve observar as normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em observância aos normativos, foram desenvolvidos controles contábeis internos. A apuração ocorre por meio de registros contábeis em Ordens ou Unidades, estas últimas denominadas internamente como Locais de Aplicação, bem como por meio de contas contábeis definidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela ANEEL. Os registros são efetuados com a finalidade principal de atendimento ao órgão regulador e normativos contábeis, e, por decorrência, também para fins gerenciais.

Destaca-se que a contabilidade da Eletrosul não efetua a apuração dos custos de programas, como ocorre na administração direta. A apuração tem como objeto a geração e transmissão de energia. O resultado é apresentado nas Demonstrações Financeiras, em Nota Explicativa com a segregação das informações por segmento de Negócio: Geração e Transmissão de Energia.

A estrutura orgânica responsável pelos controles contábeis é de responsabilidade do Departamento de Contabilidade, onde a atividade de elaboração de relatórios gerenciais relativos ao custeio operacional está sob a responsabilidade da Divisão de Informações Contábeis – DVIC, enquanto a atividade de elaboração de relatórios relativos a investimentos está sob a responsabilidade da Divisão de Controle Patrimonial – DVCP.

7.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis da Eletrosul, bem como as Notas Explicativas (parte integrante das demonstrações financeiras) encontram-se publicadas em seu sítio da *internet*, no link a seguir indicado:

<http://www.eletrosul.gov.br/files/files/Relat%C3%BDrio%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Demonstra%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202016.pdf>

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No ano de 2016 a Eletrosul recebeu do Tribunal de Contas da União - TCU, 4 acórdãos contendo 6 Determinações (DE) e 01 Recomendação (RE), as quais foram acatadas pela Eletrosul.

Quadro 8.1.1 Deliberações do Tribunal de Contas da União recebidas no exercício de 2016

Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação TCU	Assunto	Situação
009.183/2012-4	852/2016 - Plenário	9.1	DE	Ofício 0115/2016-TCU/SeinfraElétrica	Obras da UHE São Domingos – MS	Atendida
005.689/2011-2	1067/2016-Plenário	9.8	DE	Ofício 0170/2016-TCU/SeinfraElétrica	Obras da UHE São Domingos – MS	Atendida
012.309/2016-8	2338/2016-TCU-Plenário	9.2	DE	Ofício 0316/2016-TCU/SeinfraElétrica	Obra de Expansão do Sistema de Transmissão Relativos ao Sublote do Leilão 4/2014- Aneel	Atendida
012.309/2016-8	2338/2016-TCU-Plenário	9.3	DE	Ofício 0316/2016-TCU/SeinfraElétrica	Obra de Expansão do Sistema de Transmissão Relativos ao Sublote do Leilão 4/2014- Aneel	Atendida
026.401/2015-0	12355/2016-TCU-Segunda Câmara	1.7.1	DE	Ofício 1056/2016-TCU/SECEX-SC	Prestação de Contas ordinária relativa ao exercício de 2014.	Atendida
026.401/2015-0	12355/2016-TCU-Segunda Câmara	1.7.2	DE	Ofício 1056/2016-TCU/SECEX-SC	Prestação de Contas ordinária relativa ao exercício de 2014	Atendida
026.401/2015-0	12355/2016-TCU-Segunda Câmara	1.8	RE	Ofício 1056/2016-TCU/SECEX-SC	Prestação de Contas ordinária relativa ao exercício de 2014	Atendida

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Adicionalmente, foi recebido, ainda, por meio do Ofício 0276/2016, o Acórdão 1521/2016 – Plenário, para o qual foi solicitado pela Eletrosul, a sua exclusão da obrigação estabelecida no

referido acórdão, considerando o acordo judicial celebrado entre a Eletrosul e o TCU nos autos do Mandado de Segurança nº 30654, processo nº 006.373/2013-5.

O monitoramento das Determinações/Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) é realizado pela área técnica responsável pela implementação das medidas cabíveis e Auditoria Interna, que, desde 2013, dispõe de um sistema informatizado voltado exclusivamente para o registro e acompanhamento de pontos de auditoria provenientes dos órgãos de controle (SMROC).

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No ano de 2016 a Eletrosul recebeu, do órgão de controle interno, seis constatações desmembradas em 13 recomendações, das quais dez foram atendidas no próprio exercício de referência e as três restantes permanecem em atendimento, conforme tabela a seguir:

Quadro 8.2.1 Monitoramento de Recomendações do Órgão de Controle Interno em 2016

Diretoria	Área	Relatório	Constatação	Recomendação	Situação
DA	AGA	201600610	3.2.1.1	1	Atendida
DA	AGA	201600610	3.2.1.1	2	Em atendimento
DA	AGA	201600610	3.2.1.1	3	Atendida
DA	AGA	201600610	4.1.1.2	1	Atendida
DA	AGA	201600610	4.1.1.2	2	Atendida
DA	AGA	201600610	4.1.1.3	1	Atendida
DA	AGA	201600610	4.1.1.4	1	Em atendimento
DA	AGA	201600610	4.1.1.4	2	Atendida
DE	AGE	201600610	4.1.1.5	1	Atendida
DA	AGA	201600610	4.1.1.5	2	Atendida
PRE	AUD	201600610	4.1.1.5	3	Atendida
DA	AGA	201600610	4.1.1.5	4	Atendida
DE	AGE	201600610	4.2.1.1	1	Em atendimento

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

O monitoramento das Determinações/Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) é realizado pela área técnica responsável pela implementação das medidas cabíveis e Auditoria Interna, que, desde 2013, dispõe de um sistema informatizado voltado exclusivamente para o registro e acompanhamento de pontos de auditoria provenientes dos órgãos de controle (SMROC).

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

No decorrer do ano de 2016 não foram identificados registros de desvios de conduta ética e em desacordo com as Leis Anticorrupção que pudessem causar danos financeiros, operacionais ou de imagem à Eletrosul.

Com a responsabilidade de implementar o Programa de Compliance na Eletrosul e de investigar, apurar e supervisionar informações ou alegações de violação do Programa, a Assessoria de Conformidade Corporativa (ASC,) vem adotando medidas para assegurar a disseminação das políticas de conduta ética, para organizar a empresa de acordo com as melhores práticas de controles internos, com o objetivo de assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras,

administrar os riscos críticos de forma eficaz, e especialmente, criar uma estrutura de conformidade corporativa capaz de fortalecer o compromisso de conduzir as atividades da empresa sem a influência de condutas ilegais.

Tais medidas, além de fortalecer o comprometimento de manter os mais altos níveis e padrões profissionais e éticos na condução dos negócios, estimulam os colaboradores a cumprirem com os compromissos de conduta assumidos pela empresa e contribuem para que esses profissionais repudiem e denunciem aos canais adequados as tentativas de desvio de conduta.

8.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A realização dos pagamentos pela Eletrosul está regrada em normativos internos de gestão, os quais estabelecem normas, diretrizes, políticas e deliberações da empresa, assim como definem as regras e os princípios básicos para a implementação dessas políticas com observância às disposições contidas no art. 5º da Lei 8.666/1993, quanto ao cronograma de pagamento, seguindo os requisitos de exigibilidade previamente estabelecidos e critérios objetivos.

A exigibilidade do pagamento ocorre, basicamente, em função do recebimento do bem, da execução da parcela da obra (cumprimento de evento contratual), ou dos serviços adquiridos, que devidamente atestados e registrados pelos gestores/responsáveis por estas etapas do processo, geram o compromisso a pagar.

A quitação dos compromissos a pagar devidos pela Eletrosul segue a estrita ordem cronológica das suas exigibilidades, sendo as obrigações assumidas liquidadas mediante apresentação dos competentes documentos de cobrança e adimplemento, por parte da contratada, das demais condições preestabelecidas para tal, obedecendo aos prazos previstos nos contratos, nos normativos internos e na legislação vigente.

Os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei são estabelecidos pelas Normas (NGs) e Procedimentos de Gestão Empresarial (PGs), destacando-se as Normas de Gestão NG-005 Aquisição e Alienação de Bens Móveis e NG-034 Contas a Pagar, bem como Procedimentos de Gestão Empresarial subordinados a estas normas.

8.5 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 8.5.1 Despesas com Publicidade

Publicidade		Valores Orçados (R\$ 1,00)	Valores Pagos (R\$ 1,00)
Legal	351	1.830.458,00	1.695.458,12
Institucional	352	4.464.960,00	3.962.561,65
Utilidade Pública	355	300.000,00	93.363,64
Total		6.595.418,00	5.751.383,41

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Com relação ao quadro acima, referente à dotação orçamentária para 2016, foi aprovado o valor de R\$ 6.595.418,00 para os serviços de publicidade na Unidade Jurídica. Com uma realização de R\$ 5.751.383,41 a Eletrosul alcançou 87,2% do previsto para o exercício.

Publicidade Institucional: as ações de Publicidade Institucional são realizadas por meio da Agência MOB Comunicação Ltda, com a qual a Eletrosul possui contrato vigente até 24 de abril de 2017. Ao longo de 2016, realizamos uma campanha institucional que veiculou até abril ,com o objetivo de valorizar a imagem da empresa por meio de sua atuação no setor de energia. Buscando estimular a participação dos empregados e público externo em temas que afetam nossa sociedade, tivemos ações como a Campanha Contra a Cultura do Estupro, produção dos vídeos sobre Acessibilidade e Protagonismo (Programa PAPD de inclusão profissional). Essas ações obtiveram grande repercussão e fortaleceram o papel da Eletrosul como instituição pública.

Publicidade Legal: as informações como balanços, atas, editais e avisos foram publicadas conforme as prescrições legais. Para isso, são utilizados os contratos com a Empresa Brasil de Comunicação S.A.(EBC), no valor de R\$ 9.990.000,00 (nove milhões, novecentos e noventa mil reais) e vigência até 18 de março de 2016; e com o Diário Oficial de Santa Catarina, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e vigência até 24 de novembro de 2020.

Publicidade Mercadológica: não é realizada porque a Eletrosul não atua em relação de concorrência no mercado.

Publicidade de Utilidade Pública: a Campanha contra Queimadas tem como objetivo educar e orientar a população (especialmente na área rural) sobre os riscos da realização de queimadas, especialmente próximo a linhas de transmissão e subestações de energia. A campanha, realizada anualmente, tem grande repercussão e contribui para a redução no número de desligamentos ocasionados por queimadas.

Quadro 8.5.2 Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2016

Descrição	Valor (R\$)
Publicidade Legal	1.695.458,12
Imprensa Nacional (04196645000100)	269.746,34
Ederson Orkiel (04533800939)	741,16
Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC (09168704000142)	1.007.169,15
Psr Soluções e Consultoria em Energia Ltda. (09305983000149)	5.000,00
M&W Comunicacao Integrada Ltda – Me (09656613000156)	1.149,00
Fundo De Materiais, Publicacoes E Impressos Oficiais Sc (14284430000197)	361.298,83
Corag Companhia Rio Grandense de Artes Graficas (87161501000138)	49.290,38
David M. Baini Me (87892675000170)	380,00
Fundo Rotativo de Caixa	683,26
Publicidade Institucional	3.962.561,65
AgenciaMOB Comunicacao Ltda (00403498000133)	3.977.592,64
Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC (09168704000142)	12.378,95
Fundação Carlos Chagas (60555513000190) – reembolso publicidade concurso	-28.075,00
Trf Vr P/Cosirf	665,06
Publicidade de Utilidade Pública	93.363,64
AgenciaMOB Comunicacao Ltda (00403498000133)	93.363,64

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

9 TÓPICO ESPECIAL RELATIVO AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO ACÓRDÃO Nº 12.355/2016

Em atendimento ao Ofício 1056/2016-TCU/SECEX-SC de 23/11/2016 referente ao processo 026.401/2015-0, cuja notificação determinou à Eletrosul, com fundamentos no art. 208, §2º, do RI/TCU:

9.1 Providências adotadas para o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD-Elos/Eletrosul

a) **No Exercício de 2014:** nos termos da legislação vigente à época, especificamente da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 com as alterações dadas pelas Resoluções MPS/CNPC Nº 13/2013 e 14/2014, o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (108.535.720,26), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Artigo 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (84.123.900,75), equivalente a 8,02% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.049.573.878,90, percentual este que ficou abaixo do limite de 10% das provisões matemáticas, não requerendo assim, providências imediatas desta Patrocinadora, posição esta confirmada no Parecer Atuarial constante dos relatórios atuariais elaborados pela Consultoria Atuarial externa da Fundação ELOS relativos às Demonstrações Atuariais (DA's) dos Planos BD-ELOS/Eletrosul, correspondentes ao exercício de 2014.

b) **No Exercício de 2015:** a situação financeiro-atuarial do Plano BD ELOS/ELETROSUL, em 31/12/2015, avaliada pelo Regime Financeiro de Capitalização na versão Agregado, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), equivalente a 13,92% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 1.015.386.315,40. Com base na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, não há necessidade de equacionamento deste déficit ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12), equivalente a 8,30% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.156.740.266,93. Considerando que a Duração do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 13,69 anos e que conforme estabelece a Resolução CNPC nº 22/2015 é exigido o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado somente se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4)$, tendo que no Plano BD ELOS / ELETROSUL resulta em um limite de 9,69% ($1\% \times 13,69 - 4$) em 31/12/2015, conclui-se que o limite do equilíbrio técnico ajustado de 8,30% para este exercício ficou abaixo do estipulado na legislação vigente, devendo ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano, quando necessário.

c) **No Exercício de 2016:** o Plano de Benefícios Definidos BD ELOS/ELETROSUL apresentou em 31/12/2016, um Déficit Técnico Acumulado de R\$(103.518.350,31) equivalente a 8,45% das Provisões Matemáticas, então existentes, de R\$ 1.224.681.553,76. Após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014, de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução da PREVIC nº 19/2015, de 04/02.2015, o Déficit Técnico Apurado no encerramento corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (72.640.351,99), equivalente a 5,93% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.224.681.553,76 na posição de 31/12/2016.

Como a Duração do Passivo do Plano foi calculada na posição de 31/12/2016 em 13,09 anos, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº26/2008, observadas as informações constantes em

estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, e considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 13,09 \text{ anos} - 4)$, que resulta em um limite de déficit que pode ser mantido no Plano BD- ELOS/Eletrosul de 9,09% das Provisões Matemáticas na posição de 31/12/2016, para o Equilíbrio Técnico Ajustado apurado neste encerramento do exercício de 2016, equivalente a 5,93% das Provisões Matemáticas, não é obrigatório que seja elaborado e/ou aprovado, durante o exercício de 2017, um plano de equacionamento.

Apesar de não ser determinada a obrigatoriedade de realização de um plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017 para o do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado no encerramento do exercício de 2016 de R\$ (72.640.351,99), que equivale a 5,93% do valor total das Provisões Matemáticas obtido em 31/12/2016, uma vez que ficou em patamar inferior ao limite de Déficit nos termos estabelecidos pelo Artigo 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterado pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, as situações de déficit que vêm sendo apresentadas no Plano de Benefícios Definidos BD ELOS/Eletrosul estão sendo monitoradas e controladas pelos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação ELOS, sobretudo pelos representantes desta Patrocinadora, assim como estão sendo periodicamente acompanhadas pela Consultoria Atuarial contratada pela Fundação, tanto por ocasião de encerramento do exercício como em períodos intermediários, de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações de custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais requeridos para a manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, permitindo vislumbrar soluções para o equacionamento do déficit, quando necessário, de forma que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e capacidade de pagamento dos participantes, assistidos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira do Plano de Benefícios.

No quadro abaixo, apresentamos um resumo da situação financeira/atuarial do Plano BD ELOS/Eletrosul no encerramento do exercício de 2016 e os limites legais permitidos para déficit sem obrigatoriedade de plano de equacionamento no exercício seguinte, no caso, até dezembro de 2017:

Quadro 9.1.1 Situação Financeira/Atuarial 2016 do Plano BD ELOS/Eletrosul

Referência (Valores em R\$ 1,00)	31/12/2016
PM de Benefícios Concedidos	812.003.383,35
PM de Benefícios a Conceder	412.678.170,41
Provisão Matemática a Constituir	-
Provisões Matemáticas (PM)	1.224.681.553,76
Patrimônio Líquido	1.121.163.203,45
RESULTADO	- 103.518.350,31
% em relação às Provisões Matemáticas	-8,45%
Equilíbrio Técnico Ajustado (CNPC nº 16/2014, de 19/11/2014 - DOU de 24/11/2014)	
Ajuste de Precificação	30.877.998,32
Equilíbrio Técnico Ajustado (base p/equacionamento)	- 72.640.351,99
% em relação às Prov. Matem. Após "Ajuste de Precificação"	-5,93%
Limite do Resultado deficitário (Res. CNPC nº 22 de 25/11/2015 - DOU de 03/12/2015)	
Duração do Plano	13,09
Limite Déficit (solvência) em % = 1% x (duração - 4)	-9,09%
Limite Déficit (solvência) em R\$ = Limite Déficit % x PM	- 111.323.553,24

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira (AGF)

9.2 Cumprimento das recomendações constantes no Relatório Auditoria Anual de Contas 201503917

Quadro 9.2.1 Constatação 1.1.1.5

1.1.1.5 CONSTATAÇÃO. Inexistência de área, em nível de diretoria ou presidência, com competências diretamente relacionadas à gestão de SPE e ausência de normativo interno para tratamento de todas as responsabilidades relacionadas à gestão de SPE.

Recomendação 1: Atribuir a uma área interna de elevada hierarquia competências diretamente relacionadas à gestão de Sociedades de Propósito Específico com responsabilidades de gestão das informações, de elaboração e atualização normativa relacionada ao assunto e de fomento à transparência.

Recomendação 2: Estabelecer em normativo todas as responsabilidades relacionadas ao processo de gestão de SPE.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: A recomendação foi atendida com a criação da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações - AGP, através da RD 1590-05 de 17/08/2015.

Recomendação 2: A recomendação foi atendida com o estabelecido no Manual de Organização de todas as responsabilidades relacionadas ao processo de gestão de SPE.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Sidney Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.2 Constatação 1.1.1.6

1.1.1.6 CONSTATAÇÃO. Matriz de Controles para Gestão do Negócio de SPE e Consórcios desatualizada, sem indicadores definidos e sem procedimento de monitoramento estabelecido.

Recomendação 1: Estabelecer procedimento sistemático de revisão da "Matriz de Controles para Gestão do Negócio de SPE's e Consórcios".

Recomendação 2: Agilizar a elaboração dos indicadores associados ao processo de gestão de SPE.

Recomendação 3: Estabelecer procedimento sistemático de monitoramento dos controles estabelecidos.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: O procedimento de revisão está descrito na versão 2 da NG-121 - Gestão Integrada de Riscos, aprovada pela RD-1646-05, de 16/08/2016.

Recomendação 2: Os indicadores estão descritos no Mapa de Risco do evento "50. Gestão do Negócio de SPEs".

Recomendação 3: O procedimento de monitoramento esta descrito na versão 2 da NG-121 - Gestão Integrada de Riscos, aprovada pela RD-1646-05, de 16/08/2016.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Luiz Arthur Duarte Nunes

Cargo: Gerente da Assessoria de Conformidade Corporativa - ASC

CPF: 003.611.629-05

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.3 Constatação 1.1.1.7

1.1.1.7 CONSTATAÇÃO. Controles inadequadamente considerados implementados e inexistência de evidências quanto ao desenvolvimento de atividades.

Recomendação 1: Implementar efetivamente os controles CT#01.01, CT#01.02, CT#02.01, CT#02.02, CT#02.03, CT#02.07, CT#02.08, CT#03.01, CT#03.04, CT#04.03, CT#05.03 e CT#05.06.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1:

A implantação dos controles acima encontram-se no seguinte status:

CT#01.01 – Elaboração de Políticas e Procedimentos

Recomendação atendida com a revisão da NG-084 e NG-097.

CT#01.02 – Níveis de Alçada para Acordo de Acionistas e Aportes de Recursos

Aprovação de Acordo de Acionistas - NG 087, itens 6.12, "c" e 6.13 "c"/Aprovação de aportes - NG 084, item 5.6

CT#02.01 – Elaboração e Formalização do Estatuto Social

O conteúdo do Estatuto Social seguirá a estrutura básica definida pela holding Eletrobrás, no "Manual de de SPE - versão 2.0", Item 12.

CT#02.02 – Alçada Competente para aprovação do Estatuto Social - NG 087, itens 6.12, "c" e 6.13 "c"

CT#02.03 – Formalização e Divulgação do Acordo de Acionistas

O conteúdo do Acordo de Acionistas seguirá a estrutura básica definida pela holding Eletrobrás, no "Manual de de SPE

- versão 2.0, Item 9".

CT#02.07 – Arquivamento Centralizado de documentos das SPEs.

Este item foi normatizado na NG-084, Subitem 6.1 a).

A AGP/CPAR possui atualmente arquivo centralizado de documentos no ambiente Notes e na pasta de rede X, com delimitação dos usuários acessante.

CT#02.08 – Definição e Formalização dos requisitos para indicação de representantes

Foi divulgada pela Eletrobras a Política de Representantes em SPE. Com base nas diretrizes ali expostas foi revisada a NG- 97 que traz os requisitos mínimos para as indicações aos cargos de Conselheiros (Administração e Fiscal) e Diretores de SPEs, já contemplando as alterações advindas do Decreto nº 8.945 de 27/12/2016.

CT#03.01 – Cadastro e Atualização de dados em Sistema de Acompanhamento.

Estão sendo utilizados pela Eletrosul, em conformidade com o Manual de SPE os sistemas SAE, SGT.

O Sistema SAE- Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos, utilizado para os empreendimentos de Geração está operando, porém estão sendo implantadas melhorias; o SGT- Sistema de Gestão da Transmissão, para os empreendimentos de transmissão está em fase inicial de operação.

A Eletrobras está viabilizando também a utilização pelas empresas do SISSPE – Sistema de Supervisão de SPE, para a Gestão Integrada dos empreendimentos.

CT#03.04 – Reporte a Alta Administração.

Está sendo emitido Relatório pela AGP/CPAR e enviado a Eletrobras e ao Presidente da Eletrosul. O Relatório passou a ser emitido em Outubro/2016, todavia o mesmo deverá ser substituído pelos relatórios extraídos dos Sistemas acima.

CT#04.03 – Aprovação por alçada competente de aportes fase pré-operacional. Item 5.6 da NG-084 estabelece o procedimento a ser estabelecido quanto à solicitação e pagamento de aportes.

CT#05.03 – Por alçada competente de aportes fase operacional. Item 5.6 da NG-084 estabelece o procedimento a ser estabelecido quanto à solicitação e pagamento de aportes.

CT#05.06 – Análise de indicadores das empresas que participam do empreendimento em parceria.

PG 087.02 - item 3.1 "c" e "e"

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.4 Constatação 1.1.1.8

1.1.1.8 CONSTATAÇÃO. Normas e procedimentos relacionados à Gestão das Sociedades de Propósito Específico insuficientes e desatualizados.

Recomendação 1: Efetuar a revisão da base normativa relacionada ao Processo de Gestão de SPE compreendendo todos os processos e atividades relacionadas ao devido gerenciamento.

Recomendação 2: Estruturar documentos padronizados aprovando-os pela administração superior que deve também instituí-los.

Recomendação 3: Estabelecer procedimento sistemático de revisão da base normativa.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Foi efetuada pela CPAR a revisão da NG 084, aprovada em 08/08/2016 (que estabelece diretrizes para a gestão da participação em Sociedade de Propósito Específico onde a Eletrosul detém participação acionária) e elaborada Norma específica para representantes - NG 097, cuja versão 3 foi aprovada em 27/01/2017, contemplando as alterações advindas do Decreto nº 8.945 de 27/12/2016.

Recomendação 2: A recomendação está contemplada na NG 084, itens 5.4.3.

Recomendação 3: A NG-001 da Eletrosul traz a sistemática de revisão da base normativa da empresa.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.5 Constatação 1.1.1.9

1.1.1.9 CONSTATAÇÃO. Transparência interna e externa de informações insuficiente.

Recomendação 1: Estabelecer um controle básico de atualização periódica, pelo menos trimestral, das informações relacionadas a SPE no sítio eletrônico da empresa.

Recomendação 2: Revisar as informações disponibilizadas à sociedade com relação às SPE acrescentando outras informações, incluindo: o valor inicial e o valor atualizado do empreendimento; o montante aportado pela Eletrosul e por seus parceiros no empreendimento; e o percentual de conclusão das obras.

Recomendação 3: Implementar o Controle CT#01.03, ou seja, elaborar políticas e procedimentos,

envolvendo a Companhia e suas SPE, diretamente ou através de suas controladas, formalizando-os em ambas as empresas, definindo formato, conteúdo e periodicidade de reporte para a Companhia das operações das SPE.

Recomendação 4: Implementar o Controle CT#02.10, ou seja, formalizar documentos padronizados a serem emitidos pelas empresas sócias de SPE e consórcios para reporte e acompanhamento dos empreendimentos dos quais a Companhia participa.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendações 1 e 2: Esta recomendação foi contemplada na NG 084, item 5.8.1., aprovada em 08/08/2016, porém a sua implantação prescinde da participação de outras áreas da empresa, dentre elas a área de comunicação e TI, além das próprias SPEs. A sistemática de implantação do controle encontra-se em fase de análise para aprovação.

Recomendações 3 e 4: O Relatório do Conselheiro está contemplado na NG 084, itens 5.4.3.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.6 Constatação 1.1.1.10

1.1.10 CONSTATAÇÃO. Gestão de informações deficiente, com apresentação de dados incorretos e incompletos.

Recomendação 1: Estudar a viabilidade de implementação de um sistema de gerenciamento das informações relacionadas ao processo de Gestão de SPE, o qual, caso seja viável, deve ser implementado. Constatando-se a inviabilidade, estabelecer instrumentos de controle com a finalidade de aprimorar as informações relacionadas ao processo de Gestão de SPE.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Estão sendo utilizados pela Eletrosul, em conformidade com o Manual de SPE os sistemas SAE, SGT. O Sistema SAE- Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos, utilizado para os empreendimentos de Geração está operando, porém estão sendo implantadas melhorias; o SGT- Sistema de Gestão da Transmissão, para os empreendimentos de transmissão está em fase inicial de operação. A Eletrobras está viabilizando também a utilização pelas empresas do SISSPE – Sistema de Supervisão de SPE, para a Gestão Integrada dos empreendimentos.

Prazo de Atendimento: 31/12/2017

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.7 Constatação 1.1.1.11

1.1.11 CONSTATAÇÃO. Informações insuficientes quanto aos valores informados de aportes autorizados da SPE Livramento nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Recomendação 1: Efetuar os devidos esclarecimentos nas Demonstrações Contábeis da empresa, de forma a tornar coerentes e transparentes as informações sobre o montante total investido e integralizado na SPE Livramento, durante o exercício de 2014.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Conforme informado na CE SGE 0015/2015, de 23 de julho de 2015, os esclarecimentos constam em Nota Explicativa (NE) às Demonstrações Contábeis. A partir das Informações Trimestrais de 30 de Junho de 2015, para facilitar a análise, houve inclusão de comentário e quadro de mutação das ações resgatáveis na NE inerente a Investimentos (NE 11). Manteremos tal estrutura para as Informações Trimestrais e Demonstrações Anuais, salvo se houver regulamentação externa que modifique o procedimento.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sandro Rodrigues da Silva

Cargo: Gerente do Departamento de Contabilidade - DCO

CPF: 623.295.109-34

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.8 Constatação 1.1.1.12

1.1.12 CONSTATAÇÃO. Ausência de acompanhamento gerencial da evolução do valor dos empreendimentos conduzidos via SPE.

Recomendação 1: Estabelecer um procedimento de acompanhamento da evolução dos valores dos empreendimentos realizados via SPE.

Recomendação 2: Identificar os motivos dos aumentos mais significativos e realimentar o processo de gestão de

SPE aprimorando-o.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: Atualmente às SPEs em implantação tem encaminhado mensalmente relatório com o valor do investimento e sua respectiva evolução.
Recomendação 2: A recomendação está contemplada no item 3.2 da PG 087.03, em fase de elaboração.
Prazo de Atendimento:
Recomendação 1: Recomendação atendida
Recomendação 2: 31/07/2017
Recomendação 1
Nome do Responsável: Daniel Vieira de Almeida
Cargo: Gerente da AEE
CPF: 021.438.239-75
Recomendação 2
Nome do Responsável : Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.9 Constatação 2.1.1.2

2.1.1.2 CONSTATAÇÃO. Termos de Compromisso sem previsão de sanção na ocorrência de falhas na exclusividade e na confidencialidade e sem procedimento de controle para evitar favorecimentos às empresas parceiras.
Recomendação 1: Solicitar ao setor jurídico que verifique a viabilidade de aprimorar a Cláusula de Penalidades do Termo de Compromisso padrão estabelecendo a previsão de sanções na ocorrência de desrespeito às Cláusulas Terceira e Quarta, "Da Exclusividade" e "Da Confidencialidade".
Recomendação 2: Implementar procedimento de controle para verificação da versão final do Termo de Compromisso antes de sua assinatura.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: A recomendação foi atendida pela Solicitação de Análise Jurídica SAJU SJ AGP-0001/2016.
Recomendação 2: A recomendação está contemplada pela PG-087.02, no item 3.1, Alíneas "h" e "i", aprovada em 13/02/2017.
Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações (AGP) até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.10 Constatação 2.1.1.3

2.1.1.3 CONSTATAÇÃO. Acordo de Acionistas padrão com conteúdo mínimo protetivo à Eletrosul, exceto quanto aos assuntos penalidades, acesso às informações técnicas e operacionais e garantias.
Recomendação 1: Condicionar cláusulas com a previsão de atuação em outros empreendimentos pela SPE, mediante alteração de seu Estatuto Social, à prévia análise que demonstre que a solução de manutenção da SPE já constituída é a que melhor atende ao interesse da Administração.
Recomendação 2: Harmonizar as previsões constantes do Anexo denominado "Diretrizes para a Constituição, Capitalização e Governança da SPE" constante do Termo de Compromisso padrão em uso com a minuta de Acordo de Acionistas.
Recomendação 3: Contemplar, na minuta do Acordo de Acionistas, a previsão de multa na ocorrência de outros inadimplementos, além da não integralização de capital.
Recomendação 4: Contemplar, na minuta do Acordo de Acionistas, a previsão de acesso irrestrito, para a sócia, às informações técnicas e operacionais, pertinentes à fase de construção e operação da SPE.
Recomendação 5: Contemplar, na minuta do Acordo de Acionistas, disposições relacionadas à garantia e ao seu tratamento nos casos de alienação de ações para terceiros.
Recomendação 6: Estabelecer o conteúdo mínimo a ser preservado na minuta de Acordo de Acionistas, cuja alteração requeira tratamento especial no âmbito da empresa em termos de análise pelo setor jurídico e de necessidade de alçadas de aprovação.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: Conforme subitem 10.6, do "Item 8 - Modelo do Termo de Compromisso", da versão atual do Manual de SPE da Eletrobras, versão 2.0, de junho de 2016, a constituição da SPE deverá ter como objeto único e

exclusivo as atividades necessárias à implantação e exploração de Contrato de Concessão de Serviço Público Específico.
Recomendação 2: O Anexo denominado "Diretrizes para a Constituição, Capitalização e Governança da SPE" não faz mais parte da versão atual do Manual de SPE da Eletrobras, versão 2.0, de junho de 2016, para elaboração de Termos de Compromisso e Acordo de Acionistas.
Recomendação 3: A recomendação consta ao longo do texto do "Item 9 - Modelo de Acordo de Acionistas", da Versão 2.0 do Manual de SPE, de junho de 2016, em especial nos subitens 5.23, 5.24 e 5.25 e, de maneira geral o dispositivo de avença jurídica no subitem 16.1.
Recomendação 4: A recomendação consta ao longo do texto do "Item 9 - Modelo de Acordo de Acionistas", da Versão 2.0 do Manual de SPE, de junho de 2016, em especial no subitem 2.3, Alínea "E".
Recomendação 5: A recomendação consta ao longo do texto do "Item 9 - Modelo de Acordo de Acionistas", da Versão 2.0 do Manual de SPE, de junho de 2016, em especial nas Cláusulas 6º, 7º, 8º e 9º.
Recomendação 6: Quanto ao seu conteúdo, do Acordo de Acionistas seguirá a estrutura básica definida pela holding Eletrobrás, no Manual de SPE versão 2.0, de junho de 2016. Em termos de tratamento especial no âmbito de análise e aprovação dentro da Eletrosul, a minuta de acordo de Acionista seguirá o definido na PG 087.02, item 3.1, Alínea "H", aprovada em 13/02/2017, que define que os Acordos de acionistas serão submetidos a Aprovação da Diretoria Executiva, com a devida Chancela do órgão jurídico da Eletrosul, pois se tratam de instrumentos de livre acordo entre as partes. Por fim, cabe destacar que a Eletrosul não participou de leilões ANEEL após elaboração do referido Manual.
Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.11 Constatação 2.1.1.4

2.1.1.4 CONSTATAÇÃO. Celebração de Acordos de Acionistas com Cláusulas que fragilizam a posição da Eletrosul como acionista, com favorecimentos de particulares e sem a aprovação prévia do Ministério da Fazenda.
Recomendação 1: Caso a Eletrobras não autorize a execução do Acordo de Acionistas referente à Livramento em favor da Eletrosul, buscar junto aos parceiros a alteração do referido Acordo, excluindo a Cláusula 9.4, pois o próprio corpo técnico da Eletrosul entende tratar-se de um equívoco a citada cláusula.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: Conforme já informado na CE SGE 0015/2015 a referida Cláusula foi negociada e obteve-se avanço, que culminou com o resultado do aditivo ao Acordo de Acionistas já apresentado à CGU. Importante frisar que diante da aplicação das demais disposições do Acordo, a cláusula 9.4 não possui qualquer efeito prático. Destacamos que foi iniciado procedimento interno na Eletrosul para a execução do referido Acordo de Acionistas em favor da Eletrosul, restando pendente a aprovação final pela Eletrobras, conforme CE PRE-041/2015, de maneira que qualquer nova negociação com o outro acionista torna-se inviável neste momento. Por oportuno, ressaltamos que a referida cláusula não consta da minuta padrão do Acordo de Acionistas do Manual de SPEs, aprovado pela Eletrosul através da RD 1582-08, de 22.06.15.
Prazo de Atendimento: Recomendação atendida
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.12 Constatação 2.1.1.5

2.1.1.5 CONSTATAÇÃO. Aumento expressivo de aportes pela Eletrosul favorecendo os demais Acionistas da SPE Livramento Holding.
Recomendação 1: Estabelecer rotina nos procedimentos de aprovação dos investimentos a serem realizados nas SPE Controladas em conjunto, da obrigatoriedade da realização de análises econômico-financeira quanto à vantajosidade da realização de compra de ações e antecipação para futuro aumento de capital de aportes devidos pelas demais acionistas, considerando-se a evolução das Taxas Internas de Retorno do empreendimento, o histórico dos resultados financeiros do empreendimento e os fatores que estejam impactando no aumento de custos imprevistos, a taxas de custo de capital próprio dos empréstimos a serem obtidos para fins de aporte nos empreendimentos e situações que ensejem aumento dos riscos dos investimentos de forma a melhor embasar a resolução por parte da Alta Administração.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: A recomendação está contemplada na NG 084, aprovada em 08/08/2016.
Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.13 Constatatação 2.1.1.6

2.1.1.6 CONSTATAÇÃO. Ausência de procedimentos para: definição de forma de reporte dos membros indicados à Eletrosul; avaliação da atuação dos indicados; e controle e acompanhamento das SPE estruturados que envolvam o ambiente de controle, gestão de riscos, informação e comunicação, controle e monitoramento.

Recomendação 1: Estabelecer procedimento de controle interno com o objetivo de controle e acompanhamento da estrutura de governança das SPE em processo de implantação abarcando, sempre que possível, os componentes ambiente de controle, gestão de riscos, informação e comunicação, controle e monitoramento.

Recomendação 2: Implementar efetivamente o controle CT#05.07.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: A recomendação está contemplada na NG 084, item 5.4.3 (aprovada em 08/08/2016) e sua evidência são os Relatórios de Reporte dos Conselheiros.

Recomendação 2: Foi realizado um levantamento da estrutura de governança da Gestão de SPE na Eletrosul conforme relatório apresentado à CGU.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.14 Constatatação 2.1.1.7

2.1.1.7 CONSTATAÇÃO. Elaboração de Plano de Negócios dos empreendimentos meramente informativo, sem comparações, análises e justificativas associadas.

Recomendação 1: Elaborar estrutura modelo para a formalização de Plano de Negócios, devidamente aprovado pela alta administração, de forma a contemplar os aspectos técnicos como, por exemplo: dados da documentação técnica onde constem os orçamentos dos investimentos, cronograma de desembolsos dos investimentos, com valores e prazos, além dos aspectos legais, como identificação da equipe técnica responsável pela elaboração, a devida chancela de aprovação da área/gerência supervisora, a fim de permitir um adequado monitoramento da execução do empreendimento.

Recomendação 2: Disciplinar em normativo interno os requisitos técnicos que devem constar dos Planos de Negócios a serem elaborados para futuros empreendimentos, especialmente quanto à necessária aprovação pelas áreas responsáveis e a necessidade de: análise das informações, explicação das alterações informadas, identificação do responsável pela sua elaboração e assinatura.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendações 1 e 2: A recomendação está contemplada na minuta da PG-087.03, em fase de elaboração, que visa estabelecer as etapas, pontos de avaliação e itens de verificação/controle para elaboração de Plano de Negócios.

Prazo de Atendimento: 31/07/2017

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.15 Constatatação 2.1.1.8

2.1.1.8 CONSTATAÇÃO. Ausência de gerenciamento do risco ambiental associado aos empreendimentos viabilizados via SPE.

Recomendação 1: No âmbito da "Matriz de Controles para Gestão do Negócio de SPE's e Consórcios", contemplar a gestão do risco ambiental dos empreendimentos e respectivos procedimentos de controle.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Foi inserido nas planilhas do evento de risco "50. Gestão do Negócio de SPEs", o que segue:

a) Perfil do Risco - "FR#08 - Ausência ou deficiência no monitoramento do risco ambiental dos Empreendimentos das SPE's e respectivos procedimentos de controles na fase pré-operacional e de operação";

b) Matriz de Controles - "CT#08.01 - Reporte das SPEs, na fase pré-operacional, da aderência à legislação ambiental, às exigências de órgãos ambientais reguladores e fiscalizadores, visando mitigar riscos inerentes as seguintes ocorrências: acidentes com danos ambientais; multas e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores / fiscalizadores; custos

adicionais com medidas compensatórias e indenizações; imagem da SPE e de suas controladoras, relacionada com acidentes ambientais; plano de contingência mal executado; não obtenção de Licenciamento Ambiental para construção; geração de passivos ambientais";
 c) Matriz de Controles - "CT#08.02 - Reporte das SPEs, na fase de operação, da aderência à legislação ambiental, às exigências de órgãos ambientais reguladores e fiscalizadores, visando mitigar riscos inerentes as seguintes ocorrências: acidentes com danos ambientais; multas e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores / fiscalizadores; custos adicionais com medidas compensatórias e indenizações; imagem da SPE e de suas controladoras, relacionada com acidentes ambientais; plano de contingência mal executado; não obtenção de Licenciamento Ambiental para operação; geração de passivos ambientais";
 d) Matriz de Controles - Reporte à Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações (AGP) - "Emissão de Relatório de Reporte pelos Conselheiros das SPE's indicados pela Eletrosul, à Área de Responsabilidade encarregada da gestão de Sociedades de Propósito Específico e Consórcios".

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Luiz Arthur Duarte Nunes

Cargo: Gerente da Assessoria de Conformidade Corporativa - ASC

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.16 Constatação 2.1.1.9

2.1.1.9 CONSTATAÇÃO. Ausência de acompanhamento, pela Eletrosul, de prejuízo potencial de R\$ 7.229.114,12, no âmbito da TSBE, originário de penalidade imposta pelo Operador Nacional do Sistema por atraso na entrada em operação comercial, decorrente, parcialmente, de atraso na obtenção de licenças ambientais.

Recomendação 1: Estabelecer procedimento de controle das penalidades aplicadas ao empreendimento visando monitorar a atuação da SPE e os desdobramentos decorrentes.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Foi implantada Sistemática de Monitoramento da Gestão de Processos de Fiscalização das Agências Regulatórias através de correspondência externa enviada às SPEs. Com relação às demais multas e penalidades foi inserido um campo no relatório do Conselheiro (Item 9) para envio destas informações.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.17 Constatação 2.1.1.10

2.1.1.10 CONSTATAÇÃO. Emissão de Licenças Ambientais dos Empreendimentos da SPE Livramento em nome da Eletrosul.

Recomendação 1: Acionar o órgão ambiental responsável pela emissão das Licenças de Operação dos empreendimentos Eólica Cerro Chato V, VI e Ibirapuitã, quanto a identificação da empresa que deve figurar como empreendedor responsável pelo cumprimento das obrigações e condicionantes ambientais, fazendo recair a responsabilidade sobre aquelas a quem compete.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Recomendação atendida. Foram encaminhados ofícios que formalizam a alteração do empreendedor junto à FEPAM.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Giovani Gonçalves Petri

Cargo: Gerente do DEA

CPF: 260.793.800-72

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.18 Constatação 2.1.1.11

2.1.1.11 CONSTATAÇÃO. Descumprimento dos Prazos fixados pela ANEEL para Implantação dos Empreendimentos e consequente aplicação de multas, sem adoção de medidas preventivas por parte da Eletrosul, indicando ausência de gerenciamento adequado dos riscos associados à gestão social e ambiental.

Recomendação 1: Definir os aspectos da gestão ambiental dos empreendimentos realizados por meio de SPE, a serem analisados pelas áreas técnicas da empresa e a estrutura dos relatórios de reportes à Alta Administração, por serem fatores que impactam os resultados dos investimentos.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: As informações referentes licenciamento ambiental estão disponíveis no Relatório de

Acompanhamento emitido pelo Conselheiro.
Prazo de Atendimento: Recomendação atendida
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.19 Constatação 2.1.1.12

2.1.1.12 CONSTATAÇÃO. Prática de Taxas Internas de Retorno inferiores ao mínimo estabelecido pela Eletrobras Holding.
Recomendação 1: Implementar procedimento de gestão integrada dos empreendimentos.
Recomendação 2: Implementar procedimento de identificação de melhores práticas e correção de rumos com lições aprendidas para aprimoramento do processo de gestão de SPE.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: Estão sendo utilizados pela Eletrosul, em conformidade com o Manual de SPE os sistemas SAE, SGT. O Sistema SAE- Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos, utilizado para os empreendimentos de Geração está operando, porém estão sendo implantadas melhorias; o SGT- Sistema de Gestão da Transmissão, para os empreendimentos de transmissão está em fase inicial de operação. A Eletrobras está viabilizando também a utilização pelas empresas do SISSPE – Sistema de Supervisão de SPE, para a Gestão Integrada dos empreendimentos.
Recomendação 2: De acordo com o item 5.4.5 da NG-084, aprovada em 08/08/2016, será realizada reunião com os Conselheiros e demais áreas de gestão de SPE visando a divulgação das obrigações, lições aprendidas visando o aprimoramento do processo de gestão. Foi realizado em 03/03/2016 um seminário, cujo objetivo principal foi dar orientação aos novos Conselheiros quanto a sua atuação e obrigações.
Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.20 Constatação 2.1.1.13

2.1.1.13 CONSTATAÇÃO. Verificação contábil sem emissão de opinião acerca da suficiência de recursos para a realização dos investimentos previstos e da adequação dos lançamentos contábeis, efetuados pela SPE quanto aos valores aportados.
Recomendação 1: Estabelecer um procedimento estruturado de análise contábil, prevendo a emissão de relatório, acerca da suficiência de recursos da SPE para a realização dos investimentos.
Recomendação 2: Estabelecer um procedimento estruturado de análise contábil, prevendo a emissão de relatório, acerca da adequação dos lançamentos contábeis efetuados pela SPE quanto aos valores aportados pela Eletrosul.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: A recomendação está contemplada na NG 084.
Recomendação 2: Conforme informado anteriormente, a Eletrosul já adota procedimento estruturado de análise, que resulta na elaboração de Notas Explicativas – NE às Demonstrações Contábeis, sendo estas, objeto de auditoria externa e validação formal pelo contador responsável. Tal procedimento foi adotado a partir da elaboração das Informações Trimestrais – ITR de 30 de setembro de 2015, com evidências encaminhadas à CGU relativas aos três primeiros trimestres de 2016. Evidências anteriores constam da CI DCO-0169/2015 e da CI DCO-0035/2016.
Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas. A partir das Informações Trimestrais de 30 de Setembro de 2015
Recomendação 1:
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20
Recomendação 2:
Nome do Responsável: Sandro Rodrigues da Silva
Cargo: Gerente do Departamento de Contabilidade - DCO
CPF: 623.295.109-34

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.21 Constatação 2.1.1.14

2.1.1.14 CONSTATAÇÃO. Ausência de informações gerenciais pautadas no acompanhamento da execução física e financeira de cada SPE para tomada de decisões pelas Diretorias e Conselhos.
Recomendação 1: Alterar os Procedimentos PG-115.01 Resolução de Diretor, PG-115.02 Resolução da

Diretoria Executiva e PG-115.03 Deliberação do Conselho de Administração, estabelecendo o conteúdo técnico mínimo que deve constar da documentação de suporte às decisões de Diretoria e Conselhos no âmbito de SPE.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Foi inserida na NG-084 (aprovada em 08/08/2016) o conteúdo mínimo que deverá constar na PRD para suporte às decisões da Diretoria e Conselho.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.22 Constatação 2.1.1.15

2.1.1.15 CONSTATAÇÃO. Descumprimento do cronograma de desembolso inicial e inexistência de evidências de que a liberação de recursos pela empresa tenha sido realizada a partir de análise de informações gerenciais pautadas no acompanhamento da execução física e financeira do empreendimento.

Recomendação 1: Quando da elaboração das propostas de resolução, contemplar no campo "Exposição de motivos" o conteúdo técnico mínimo de suporte às decisões de Diretoria e de Conselhos no âmbito de SPE.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Foi inserida na NG-084, aprovada em 08/08/2016, o conteúdo mínimo que deverá constar na PRD para suporte às decisões da Diretoria e Conselho.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.23 Constatação 2.1.1.16

2.1.1.16 CONSTATAÇÃO. Ausência de verificação se as SPE estão adotando procedimentos que visem ao pagamento do preço de mercado e à fiscalização da execução contratual, evitando-se a celebração de aditivos indevidos e a ocorrência de atrasos.

Recomendação 1: Implementar efetivamente o controle CT#02.05.

Recomendação 2: Estabelecer procedimento de controle com o objetivo de acompanhamento dos contratos celebrados por SPE, de modo a verificar os procedimentos que a SPE adota para garantir o pagamento a preços de mercado e para evitar a celebração de aditivos indevidos.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: CT # 2.05 - Verificar a manutenção dos pré-contratos.

A recomendação foi inserida como responsabilidade da área de negócios na NG 087, item 6.1, alínea “t”, aprovada em 08/08/2016.

Recomendação 2: O acompanhamento e o controle dos contratos é realizado pela diretoria das SPE's, que possui autonomia para a prática de tais atos de gestão. Na ocorrência de pleitos que possam implicar no aumento do custo do empreendimento, a Diretoria das SPE's elaborará Nota Técnica justificando a elevação do orçamento e a necessidade da contratação, dando conhecimento ao Conselho de Administração e/ou as Acionistas, diretamente, conforme dispuser o Estatuto Social e/ou o Acordo de Acionistas.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.24 Constatação 2.1.1.17

2.1.1.17 CONSTATAÇÃO. Ausência de evidência de: prática de controles de gastos não previstos no projeto; acompanhamento de pleitos da TSBE junto à ANEEL; e de acompanhamento da recomposição do equilíbrio contratual, tendo ocorrido reconhecimento de R\$ 15.221.472,68 (R\$ 12.177.178,14 referentes à participação da Eletrosul), em contratação por empreitada integral a preço global realizada pela TSBE, sem que se demonstrasse que todos os elementos relacionados à sua pertinência tenham sido analisados.

Recomendação 1: Implementar efetivamente os controles CT#04.01 e CT#04.02.

Recomendação 2: Apresentar análise comparativa entre as propostas apresentadas pela Cymimasa, que evidencie que a fornecedora não embutiu, nos valores de sua proposta final, o risco de alteração futura do cabo condutor. Caso os

valores tenham sido embutidos, considerar indevido o aditamento no montante de R\$ 15.221.472,68, comunicando a TSBE para que não efetue o respectivo pagamento ou para que busque a sua reversão, se já ocorrido.

Recomendação 3: Em processos pré-leilão de seleção de fornecedores, adotar mecanismos que garantam a divulgação das informações de forma isonômica entre os possíveis interessados.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: CT # 4.01 Acompanhamento do empreendimento fase pré-operacional por gestor responsável. O acompanhamento do empreendimento é realizado pelo Conselheiro que reporta a acionista através do Relatório de Acompanhamento, NG-084 item 5.4.3.

CT #4.02 - Realização de Auditoria. A realização de auditoria foi contemplada no item 5.5.6 da NG-084, cuja proposta (PG) está em fase de aprovação.

Recomendação 2: A Eletrosul demonstrou por meio da CI AEE-0017/2016, que a fornecedora não embutiu, nos valores de sua proposta final, o risco de alteração futura do cabo condutor.

Recomendação 3: A recomendação está contemplada pela PG-087.02, no item 3.1, Alínea "A", aprovada em 13/02/2017.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Recomendações 1 e 3:

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Recomendação 2:

Nome do Responsável: Daniel Vieira de Almeida

Cargo: Gerente da AEE

CPF: 021.438.239-75

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.25 Constatatação 2.1.1.18

2.1.1.18 CONSTATAÇÃO. Ausência de procedimento estruturado para acompanhamento dos empreendimentos executados por SPE.

Recomendação 1: Implementar efetivamente os controles CT#03.03, CT#04.04, CT#05.01, CT#05.02, e CT#05.04.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1:

CT # 3.03 - Avaliação e Acompanhamento dos investimentos pela Holding. A AIP e AEF inserem as informações no SAE/SGT, o CISE- Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras emite relatório a partir destes sistemas e avalia os investimentos.

CT# 4.04 – Orçamento SPE fase pré-operacional. Orçamento anual da Eletrosul, aprovado pela Alta Administração da Companhia, contém a previsão orçamentária dos valores a serem aportados em SPEs na rubrica inversões Financeiras do PDG. A partir daí, os aportes necessários são aprovados pela Diretoria Executiva até o limite máximo aprovado.

CT # 5.01 - Acompanhamento do empreendimento fase operacional por gestor responsável. O acompanhamento do empreendimento é realizado pelo Conselheiro que reporta a acionista através do Relatório de Acompanhamento, NG-084 item 5.4.3.

CT# 5.02 – Realização de Auditoria. A realização de auditoria foi contemplada no item 5.5.6 da NG-084, cuja proposta (PG) está em fase de elaboração.

CT #5.04 - Orçamento SPE fase operacional. Orçamento anual da Eletrosul, aprovado pela Alta Administração da Companhia, contém a previsão orçamentária dos valores a serem aportados em SPEs na rubrica inversões Financeiras do PDG. A partir daí, os aportes necessários são aprovados pela Diretoria Executiva até o limite máximo aprovado.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.26 Constatatação 2.1.1.19

2.1.1.19 CONSTATAÇÃO. Ausência de controles relacionados à aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento.

Recomendação 1: Estabelecer procedimento de controle específico para o acompanhamento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento realizados pela SPE.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: As informações referentes ao gasto com pesquisa e desenvolvimento são acompanhadas através do item 7 do Relatório de Acompanhamento emitido pelo Conselheiro.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida
Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017
CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.27 Constatação 2.1.1.20

2.1.1.20 CONSTATAÇÃO. Não implementação de procedimentos para aprimoramento da gestão de SPE.
Recomendação 1: Estabelecer procedimento de controle visando ao aprimoramento do processo de gestão de SPE pela adoção de melhores práticas, conforme orientações emanadas dos órgãos de controle e lições aprendidas nos projetos executados.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: De acordo com o item 5.4.5 da NG-084, aprovada em 08/08/2016, será realizada reunião com os Conselheiros e demais áreas de gestão de SPE visando a divulgação das obrigações, lições aprendidas visando o aprimoramento do processo de gestão Foi realizado em 03/03/2016 um seminário, cujo objetivo principal foi dar orientação aos novos Conselheiros quanto a sua atuação e obrigações.

Prazo de Atendimento: Recomendação atendida

Nome do Responsável: Sidney do Lago Júnior

Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações – AGP – Até 05/04/2017

CPF: 145.393.819-20

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.28 Constatação 2.1.1.22

2.1.1.22 CONSTATAÇÃO. Falha no detalhamento de escopo contratual e prestação de serviços sem a correspondente cobrança tempestiva dos valores envolvidos.
Recomendação 1: Estabelecer um procedimento interno estruturado de suporte à prestação de serviços pela Eletrosul que compreenda desde a especificação dos serviços, a formalização dos contratos até a medição e a emissão tempestiva das notas fiscais para pagamento.
Recomendação 2: Apostilar o Contrato nº 80150010 detalhando a que se refere o serviço de limpeza de faixa constante do item 3.6 do Anexo 3 ao referido contrato.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: Recomendação atendida. CI AEE – 0065/2016 com a aprovação da Norma - NG-044 - Negociação de prestação de serviços para terceiros, parte integrante do Manual de Gestão Empresarial, que estabelece diretrizes para a negociação e formalização de contratos de prestação de serviços para terceiros. Recomendação 2: Foi efetuado um termo aditivo epistolar para contemplar a solicitação.

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Recomendação 1:

Nome do Responsável: Daniel Vieira de Almeida

Cargo: Gerente da AEE

CPF: 021.438.239-75

Recomendação 2:

Nome do Responsável (à época do Acórdão): Joaquim Garcia Badoch – até 30/11/2016

Cargo: Gerente da DRPR

CPF: 290.367.559-72

Nome do Responsável (atual): Airton Luiz Marcondes de Brito – a partir de 01/12/2016

Cargo: Gerente da DRPR

CPF: 487.272.889-00

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.29 Constatação 2.1.1.23

2.1.1.23 CONSTATAÇÃO. Contratação sem pré-contrato ou proposta comercial formalizada. Orçamento insuficiente. Ausência de controle das atividades e despesas realizadas na execução dos serviços que permitisse verificar se os valores cobrados são adequados.
Recomendação 1: Quando da elaboração de propostas para prestação de serviços por parte da Eletrosul, elaborar orçamentos detalhados que deem suporte aos preços praticados, inclusive quando de eventuais prorrogações contratuais.
Recomendação 2: Efetuar o levantamento de custos completo relativos aos serviços do Contratos n.º 1101130078 e n.º 1101130080, e, caso os preços dos serviços contratados estejam subestimados, apurar as responsabilidades pelos

prejuízos incorridos.
Manifestação do Gestor / Ações adotadas
Recomendação 1: Aprovação da Norma - NG-044 - Negociação de prestação de serviços para terceiros, parte integrante do Manual de Gestão Empresarial, que estabelece diretrizes para a negociação e formalização de contratos de prestação de serviços para terceiros (CI AEE – 0065/2016).
Recomendação 2: CIs AEE-0037/2016 e AGO-0023/2016 com o levantamento dos custos incorridos, sem indicativos de prejuízo à empresa.
Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas
Nome do Responsável: Daniel Vieira de Almeida
Cargo: Gerente da AEE
CPF: 021.438.239-75

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 9.2.30 Constatação 2.1.1.25

2.1.1.25 CONSTATAÇÃO. Prestação de serviços sem cobrança da contraprestação pecuniária tempestiva; Prestação de serviços adicionais e após prazo final de execução sem assinatura de aditivo ao Contrato n.º 80112005 e sem cobrança dos valores devidos ensejando prejuízos à empresa; Ausência de controle efetivo quanto aos serviços de engenharia do proprietário prestados à SPE.

Recomendação 1: Efetuar o levantamento de todos os serviços adicionais executados e os realizados após o prazo definido para conclusão dos serviços pelas áreas técnicas da Eletrosul, além dos estabelecidos nos Contratos n.º 80112005 e n.º 80112025, com estabelecimento dos custos incorridos para sua execução, fundamentados em orçamento tecnicamente sustentável, para fins de cobrança dos valores devidos pela SPE Livramento à Eletrosul.

Recomendação 2: Apurar as responsabilidades de quem houver dado causa aos eventuais prejuízos suportados pela empresa, pela ausência de cumprimento dos termos estabelecidos nos Contratos n.º 80112005 e n.º 80112025 de serviços de engenharia do proprietário e de acompanhamento do comissionamento, prestados à SPE Livramento, em especial quanto à intempestividade na cobrança dos valores devidos.

Recomendação 3: Aprimorar os controles estabelecidos para execução dos serviços de engenharia do proprietário e outros, prestados a terceiros, e em especial às SPE, estabelecendo normativos internos para cumprimento por todas as áreas da empresa, disciplinando os procedimentos operacionais obrigatórios quanto à formulação de propostas, orçamentação de custos de serviços e execução de contratos, de forma a garantir eficiência na realização de atividades que impactam na obtenção de resultados financeiros à empresa.

Recomendação 4: Estabelecer a obrigatoriedade de observância ao previsto no art. 47 da Lei nº 8.666/93 e na jurisprudência do TCU relacionado ao tema, de forma a aplicar o regime adequado de contratação quando da realização de contratos de prestação de serviços de engenharia pela Eletrosul, e em especial para as SPE.

Manifestação do Gestor / Ações adotadas

Recomendação 1: Conforme a CI AEE-0032/2016, de 30/05/2016, foram levantados todos os serviços adicionais prestados, bem como os custos referentes à extensão do prazo contratual, os quais estão apresentados em três relatórios (DEG, DES, DO). Informamos que não foram prestados serviços adicionais pelo Departamento de Engenharia Ambiental (DEA).

Adicionalmente, apesar da existência formal de dois contratos, a presente análise foi realizada de forma única, identificando os serviços adicionais prestados pela Eletrosul, os quais serão tratados junto à SPE Livramento no contrato principal nº 80112005.

Do exposto, entendemos que estamos atendendo à supramencionada recomendação com os citados relatórios, os quais também estão sendo utilizados como base no processo de reivindicação contratual em andamento junto à SPE Eólicas do Sul.

Recomendação 2: Relatório de apuração da não conformidade dos contratos nº 80112005 e 80112025, concluído pela não identificação de prejuízo financeiro concreto à empresa (CI AGE-0047/2016).

Recomendação 3: Aprovação da Norma (NG-044) Negociação de prestação de serviços para terceiros, parte integrante do Manual de Gestão Empresarial, que estabelece diretrizes para a negociação e formalização de contratos de prestação de serviços para terceiros (CI AEE-0065/2016).

Recomendação 4: Aprovação da Norma (NG-044) Negociação de prestação de serviços para terceiros, parte integrante do Manual de Gestão Empresarial, que estabelece diretrizes para a negociação e formalização de contratos de prestação de serviços para terceiros (CI AEE-0065/2016).

Prazo de Atendimento: Recomendações atendidas

Nome do Responsável: Daniel Vieira de Almeida

Cargo: Gerente da AEE

CPF: 021.438.239-75

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 25 de maio de 2017.



Diretor-Presidente

Gilberto Odilon Eggers
Diretor-Presidente

Anexo 1 – Regulamento da Auditoria Interna

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.- ELETROSUL

REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna da ELETROSUL, visando ao desenvolvimento de suas atividades, de acordo com os normativos vigentes e com as Resoluções CGPAR nº 2 e nº 3, de 31 de dezembro de 2010.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3591/2000, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à empresa, fortalecendo seus controles e operações.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento;

II - atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da empresa, zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;

III - avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando

o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o adequado gerenciamento dos processos;

IV - promover a realização de auditorias internas, visando à verificação da regularidade, eficácia dos serviços e à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento;

V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à empresa;

VI - recomendar à Diretoria da empresa a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VII - avaliar o cumprimento, pelas áreas, das recomendações ou determinações feitas pela auditoria interna e pelos órgãos de controle interno e externo;

VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, quando convocada, para manifestação sobre os assuntos de sua área de atuação;

IX - comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade da empresa ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis;

X - acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com a Controladoria-Geral da União -CGU e o Tribunal de Contas da União -TCU;

XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da empresa e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;

XII - submeter ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;

XIII - submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte à aprovação do Conselho de Administração, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes;

XIV - encaminhar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, bem assim aos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa e

XV - encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando o resultado dos trabalhos realizados, ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo único. Os órgãos de direção podem fazer uso da auditoria interna no assessoramento relativo às decisões importantes da empresa, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Art. 5º A Auditoria Interna da Companhia é composta pela Gerência e corpo técnico capaz de atender suas finalidades, devendo ser provida dos recursos materiais adequados, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

Parágrafo Único -A designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Diretor Presidente, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 6º O titular da Auditoria Interna é substituído, em suas faltas e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna, designado de acordo com os normativos vigentes.

Art. 7º Os membros da Auditoria Interna estão obrigados a cumprir todas as normas aplicáveis aos demais empregados da empresa, inclusive o Código de Ética.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico, que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas. Os resultados serão consubstanciados em relatórios de auditoria a serem encaminhados aos gestores e Diretorias envolvidas para justificativas e implementação das recomendações apresentadas.

Parágrafo Único. Constatando-se, no decorrer dos trabalhos, indícios do cometimento de irregularidades deve ser dado o devido tratamento, com vistas a permitir que os responsáveis da

empresa possam adotar as providências cabíveis.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão da especificidade ou singularidade da matéria, pode ser requerida a participação de outros empregados da empresa.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da empresa, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, qualquer processo, documento ou informação. As informações e documentos de que tiver conhecimento terão tratamento confidencial e serão utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado dos trabalhos.

Art. 11º Os empregados lotados na Auditoria Interna devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manterem atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento das suas competências.

Art. 12º Objetivando o pleno exercício de suas competências, o corpo técnico da Auditoria Interna deve ser submetido a programa de capacitação contínua que abranja treinamentos voltados não só à realização de trabalhos de auditoria, mas também ao desenvolvimento do conhecimento dos negócios da empresa.

Anexo 02 – Norma Organizacional da Auditoria Interna



Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

VIGENTE

NORMA ORGANIZACIONAL Auditoria Interna AUD

NO: PRE/AUD
Versão: 3
Aprovação: DD-1259-
08
04/12/2008

MISSÃO:

- assessorar a Administração da empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência.

POSIÇÃO:

- vinculada administrativamente à Presidência.
- vinculada funcionalmente ao Presidente do Conselho de Administração.

RESPONSABILIDADES:

- I. elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT atendendo às necessidades dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria e ao disposto na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União – CGU;
- II. executar as atividades constantes do PAINT, examinando e avaliando sistemas, transações, procedimentos, operações e normas da empresa, com o objetivo de certificar que os controles existentes garantem:
 - a salvaguarda do Patrimônio;
 - a confiabilidade dos sistemas de informações contábeis, financeiros e operacionais;
 - a otimização dos recursos;
 - a eficiência operacional;
 - a adesão às políticas, normas e procedimentos vigentes;
- III. realizar trabalhos especiais de auditoria, no âmbito da Eletrosul, não previstos no PAINT, determinados pelo Presidente da empresa;
- IV. participar de trabalhos de auditoria nas empresas do Sistema Eletrobrás, por solicitação da holding;
- V. prestar assessoria aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Presidente, aos Diretores e ao corpo gerencial, com relação aos assuntos de sua competência profissional;
- VI. examinar e avaliar as transações, procedimentos, operações, normas internas e demonstrações financeiras das entidades das quais a empresa seja mantenedora;
- VII. estender os procedimentos de auditoria onde quer que sejam administrados interesses da empresa;
- VIII. atender às visitas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria Geral da União - CGU e coordenar a preparação de respostas às diligências e ressalvas emitidas por esses órgãos;

- IX. coordenar a preparação da Prestação de Contas da empresa e emitir Parecer sobre a mesma;
- X. atestar a conformidade de viagens internacionais, em consonância com os instrumentos normativos da empresa;
- XI. elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINt de acordo com o disposto na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União – CGU, encaminhando-o aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Presidente da Eletrosul e à CGU.

Anexo 03 - Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas

Quadro 5.1.3.1 Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas

Pilar	Categoría	Evento de Risco	Descrição	Alguns Fatores de Risco	Impacto do Risco	Providências para Mitigar os Riscos
OPERACIONAL	Gestão de Pessoas	Administração de Pessoal	Administração de pessoal desalinhada com as melhores práticas de mercado ou em não conformidade com a legislação vigente.	Dimensionamento inadequado da necessidade de pessoal da Companhia; Restrições na legislação para contratação de pessoal (ex: número de vagas limitada por concurso); Inexistência de um planejamento para renovação quadro funcional; Mecanismos pouco flexíveis para contratação de pessoal para atender às necessidades da Companhia; Despesas e cálculos, relacionados à folha de pagamentos (tais como salário, PLR, férias, e outros), realizadas em desacordo com políticas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente; Cálculos, relacionados à Folha de Pagamentos, realizados incorretamente ou não realizados; Colaboradores (empregados, terceirizados, menores aprendizes, etc.) não cadastrados, com cadastros desatualizados, com dados indevidos ou sem dados;	Quadro de profissionais subdimensionado; Ausência de renovação no quadro de colaboradores; Perda de qualidade e excelência operacional; Passivos trabalhistas. Não atingimento dos objetivos empresariais. Aumento do turnover.	- Mapeamento dos processos; - Certificação SOX; - Ciclos de testes da Auditoria Interna; - Ciclos de testes Auditoria Externa ; - Normas de Gestão: 010 - Jornada de Trabalho ; 018 - Benefícios legais e assistenciais; 020 - Afastamento de empregado; 040 - Transferência ou Remanejamento de Empregado; 047 - Registro e Documentação de Empregados e Dependentes; 061 - Pagamento de pessoal, descontos e encargos sociais; 080 - Solicitação de Cessão de Pessoas. - Alguns Procedimentos de Gestão: 005.10-Homologação do Processo de Aquisição e Formalização da Contratação 010.01-Registro da Jornada de Trabalho 018.01-Benefícios assistenciais 020.01- Licenças e Afastamentos 040.01-Proposta de Alteração de Quadro de Lotação 047.01-Registro de Empregado 061.01-Remuneração, Descontos e Encargos Sociais 080.01-Cessão de Pessoas.

		Desenvolvimento Profissional	<p>Quadro de profissionais sem conhecimento necessário, treinamento ou experiência suficiente para realizar as atividades de negócio definidas; e/ou com desempenho profissional avaliado e monitorado de maneira inadequada;</p>	<p>Desalinhamento entre o programa de treinamento e as competências exigidas para os planos de negócio; Ausência de mecanismos de transferência de conhecimento / know-how; Ausência ou deficiência na transferência de conhecimento entre os profissionais nos processos críticos da Companhia. Ausência de engajamento gerencial no cumprimento das etapas do SGD (Planejamento, Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento). Não utilização dos resultados da avaliação do SGD no processo de carreira. Não execução das ações de desenvolvimento definidas no PDI (Ações educacionais formais ou não formais). Ausência de plano de carreira e remuneração (PCR) formalmente definido e amplamente divulgado; Defasagem de remuneração e benefícios em relação ao mercado de empresas de Energia Elétrica; Não aplicação do processo de mérito anualmente. Ausência de acompanhamento da carreira do empregado pelo gestor imediato.</p>	<p>Desmotivação / frustração do quadro de profissionais; Perda de qualidade e excelência operacional. Comprometimento do desempenho empresarial. Aumento do turnover.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Anual de Educação Corporativa; - Plano de Gestão do Conhecimento; - Desenvolvimento Gerencial; - Plano de Carreira e Remuneração (PCR) - Sistema de Gestão do Desempenho (SGD) - Mapeamento dos processos - Ciclos de testes da Auditoria Interna - Ciclos de testes Auditoria Externa - Certificação SOX - Normas de Gestão: 014 - Educação Corporativa 016 - Substituição Temporária de Empregado 025 - Movimentação funcional e salarial no PCS 032 – Programa de Estágio 043 - Captação de Pessoal 070 - Certificação de Empregados que realizam atividades vinculadas à Operação de Sistemas e de Instalações 120 - Movimentação funcional e salarial no PCR. - Alguns Procedimentos de Gestão: 014.01 Demanda de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas - T&D 032. 01 Execução do Programa de Estágio 043.01-Execução de Seleção Interna 070.01 - Operacionalização do Processo - avaliação dos conhecimentos técnicos.
--	--	-------------------------------------	---	---	---	--

		Relacionamento Trabalhista	<p>Falhas no relacionamento entre a Companhia e os sindicatos e outras associações de trabalhadores.</p> <p>Ausência de um canal de comunicação formal da Companhia com os trabalhadores;</p> <p>Indefinição do papel político do sindicalismo, o papel político das centrais sindicais e suas relações com os partidos políticos;</p> <p>Baixo número de filiações de empregados (principalmente os mais jovens) aos Sindicatos, gerando a divisão entre eles, reduzindo o contexto coletivo;</p> <p>Desconhecimento de leis e regulamentações trabalhistas;</p> <p>Ingerência governamental / política;</p>	<p>Greves, radicalizações e conflitos nas discussões;</p> <p>Desmotivação do quadro de profissionais;</p> <p>Processos trabalhistas movidos contra a Companhia;</p> <p>Prejuízos à operação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acordos Coletivos firmados com as entidades sindicais. - Realização de reuniões periódicas com as Entidades Sindicais para avaliar reivindicações do coletivo sindical. - Implantação de plano de redução de custos de passivos trabalhistas. - Adoção de plano de contingencia de greve. - Plano de Ação para melhoria dos índices na pesquisa de clima organizacional
--	--	-----------------------------------	---	--	---

		Saúde e Segurança do Trabalho	<p>Falhas nos procedimentos relacionados à saúde e segurança do trabalho.</p> <p>Limitação de recursos orçamentários; Necessidade de acompanhamento regular das leis e regulamentações da área de saúde ocupacional e de assistência à saúde suplementar; Falta de profissionais com especializações técnicas da área de saúde, como médico do trabalho, assistente social e psicólogo. Ausência de políticas e procedimentos de segurança formalmente definidos e comunicados a todos as partes envolvidas; Ausência de auditorias de segurança sobre os serviços de terceiros; Atuação ineficaz das CIPAS; Falta de preocupação com os requisitos da ergonomia do trabalho.</p>	<p>Processos movidos contra a Companhia; Aumento de licenças médicas; Clima organizacional negativo; Acidentes e mortes das partes interessadas (empregados, comunidade e terceiros).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS) que abrange o conjunto de ações na área de gestão da segurança e saúde ocupacional, acompanhamento sócio funcional. - Plano de Ação para melhoria dos índices na pesquisa de clima organizacional. - Normas de Gestão: NG 15 – Saúde Ocupacional NG 39 – Segurança do Trabalho - Procedimentos de Gestão: PG15.1-Exames de Saúde Ocupacionais Admissionais PG 15.2-Informações de Saúde PG 39.1-Accidentes e Incidentes do Trabalho PG 39.3-Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva PG 39.4-Sistema de Proteção Contra Incêndio PG 39.5-Periculosidade por Eletricidade PG 39.6-Sinalização de Segurança PG 39.7-Trabalhos em Espaços Confinados. - Ciclos de testes da Auditoria Interna - Certificação SOX - Ciclos de testes Auditoria Externa.
--	--	--------------------------------------	---	---	---

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)